



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH  
LINHA 01: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E LINGUAGENS

A ATUALIZAÇÃO DA POLÊMICA RACIAL NAS POSTAGENS DOS NOVOS  
ESPAÇOS VIRTUAIS DE SOCIALIZAÇÃO

*Bruna Soraia Ribeiro Maia*

REDENÇÃO-CE

2019

BRUNA SORAIA RIBEIRO MAIA

A ATUALIZAÇÃO DA POLÊMICA RACIAL NAS POSTAGENS DOS NOVOS  
ESPAÇOS VIRTUAIS DE SOCIALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Humanidades.

Área de concentração: Interdisciplinar.

Linha de pesquisa: Educação, política e linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito.

REDENÇÃO

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Maia, Bruna Soraia Ribeiro.

M181a

A ATUALIZAÇÃO DA POLÊMICA RACIAL NAS POSTAGENS DOS NOVOS ESPAÇOS  
VIRTUAIS DE SOCIALIZAÇÃO / Bruna Soraia Ribeiro Maia. - Redenção,  
2019.

114f: il.

Dissertação - Curso de Programa De Pós-graduação  
Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. Do Curso De Mest.  
Interdisciplinar Em Humanidades, Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito.

1. Colonialismo. 2. Discriminação racial. 3. Mídias sociais.  
4. polêmica. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 321.6

---

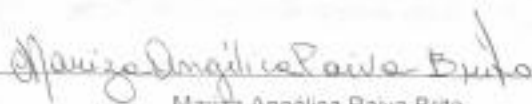
BRUNA SORAIA RIBEIRO MAIÁ

**A Atualização da Polêmica Racial nas Postagens dos Novos Espaços  
Virtuais de Socialização.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em  
Humanidades (MIH) Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos  
para obtenção do título de Mestre. Área de concentração:  
Humanidades.

Aprovada em: 29/01/2019.

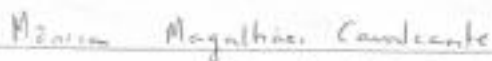
**BANCA EXAMINADORA**



Mariza Angélica Paiva Brito  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Presidente



Carlos Henrique Lopes Pinheiro  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Interno ao Programa



Mônica Magalhães Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará  
Examinador Externo à Instituição

## DEDICATÓRIA

À memória de minha avó materna, Raimunda Ribeiro da Silva, mulher valente, que na vida não teve a oportunidade de se alfabetizar, mas que a mim ensinou muito.

À minha mãe, Francisca de Fátima Ribeiro, mulher guerreira, forte e independente, que é minha referência na vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, meu alicerce, por segurar sempre em minha mão nos momentos de aflição e por ter concedido sabedoria, inteligência, luz aos meus olhos e saúde ao meu corpo, para que este trabalho fosse concluído.

À Unilab, por todo o período em que fui amparada pelo financiamento concedido, tornando essa jornada acadêmica mais tranquila.

À minha mãezinha, Fátima, pelo apoio e afeto incondicionais.

À minha orientadora, Dra. Mariza Angélica Paiva Brito, por ter apostado em minha capacidade para desenvolver este trabalho, tão desafiador para mim. Agradeço também pela sua amizade, dedicação e incentivo constantes.

À Profa. Mônica Magalhães Cavalcante, por toda a sua imprescindível contribuição com este trabalho no exame de qualificação e por sua participação na banca de defesa. Serei eternamente grata.

Ao Prof. Carlos Henrique Lopes Pinheiro, pelo incentivo e pela contribuição valiosa no exame de qualificação e pela aceitação do convite para a banca de defesa, gratidão!

À minha família Ribeiro, pela harmonia e pela união nos momentos festivos e nas situações difíceis. (Tia Lúcia, Tia Francisca e Tio Edilton, meus queridos primos Soriano, Messias, Hedson, em especial ao meu primo Marcelo).

A todos os professores e professoras do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, que contribuíram para a minha formação ao longo do curso.

Aos colegas do mestrado, que de algum modo fizeram parte deste processo.

Aos colegas do GELT (Grupo de Estudos em Linguística Textual, da Unilab) pelo carinhoso acolhimento e pela efetiva colaboração.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. (Nelson Mandela)

## RESUMO

Partindo do pressuposto de que a partir do discurso é possível compreender o contexto sócio-histórico dos interlocutores como atores sociais, neste trabalho, nosso objetivo foi analisar como se atualiza a polêmica em torno da discriminação racial contra a população negra a partir de novos espaços, nas mídias sociais do domínio virtual, especificamente nas postagens no site de relacionamentos Facebook. A polêmica se apresenta neste estudo como norteadora para a seleção do material a ser investigado e analisado, por isso primeiro construímos o contexto discursivo em que as polêmicas aparecem e interpretamos as três propriedades que a caracterizam, conforme Amossy (2011): a dicotomização, a polarização e a desvalorização do outro em cada contexto. Em seguida, procedemos às análises da discriminação racial nas mídias sociais com base nos estudos e teorias sociológicas dos autores e autoras descoloniais, entre eles Quijano (2005) e Fanon (2008), Mignolo (2008), Lugones (2014) e Mbembe (2014), para compreender os já ditos, preconcebidos, que são bases para os posicionamentos racistas, e verificamos como esses posicionamentos se atualizam nos novos espaços das mídias sociais. Como resultado, encontramos a atualização da modalidade argumentativa polêmica nos seguintes modos: a polêmica que se desenvolve por meio do encadeamento de gêneros: por meio dos comentários de uma notícia que tem um viés direcionado para determinada questão social e faz com que os actantes se posicionem; a polêmica que se desenvolve a partir dos comentários numa notícia ou *post* em que a questão discutida não está colocada e é atualizada nos comentários; e a polêmica que se desenvolve através de uma notícia/*post* que gera comentários e que posteriormente se transforma em *meme*. Também encontramos a discriminação racial que ocorre no dia a dia transferida para o novo espaço de interação, a internet, que se dá principalmente partindo de estereótipos e sempre com a negação, através de uma discriminação velada. Além deste aspecto, a pesquisa nos mostrou que a discriminação racial pode ser interseccional, em alguns casos encontrados, ela ocorre em razão da raça e também do gênero. No caso da mulher negra, a imposição é dupla.

**Palavras-chave:** colonialismo; discriminação racial; mídias sociais; polêmica.



## **ABSTRACT**

Based on the assumption that from the discourse it is possible to understand the socio-historical context of the interlocutors as social actors, in this work, our objective was to analyze how the controversy around the racial discrimination against the black population is updated from new spaces, in social media of the virtual domain, specifically in the posts in the site of relationships Facebook. The controversy is presented in this study as a guide to the selection of the material to be investigated and analyzed, therefore, we first construct the discursive context in which they appear and interpret the marks that evidence the dichotomization, the polarization and the devaluation of the other in this context, characteristics that mark the controversy, according to Amossy (2011). We then proceeded to analyze racial discrimination in social media based on sociological studies and theories of decolonial authors, including Quijano (2005) and Fanon (2008), Mignolo (2008), Lugones (2014) and Mbembe (2014). to understand the already-said, preconceived ones that are bases for racist stances, and how these positions are updated in the new spaces of social media. As a result, we find the updating of the controversial argumentative mode in the following ways: the controversy that develops through the chain of genres: through the comments of a news that has a bias directed to certain social question and causes the actantes to position themselves; the controversy that develops from the comments in a news or post in which the issue is not discussed and updated in the comments; and the controversy that develops through a news / post that generates comments and that later turns into meme. We also find the racial discrimination that occurs on a daily basis transferred to the new space of interaction, the internet, which occurs mainly from stereotypes and always with denial, through veiled discrimination. Besides this aspect, the research showed us that racial discrimination can be intersectional, in some cases found occurs due to race and also gender, in the case of black women the imposition is double.

Keywords: colonialism; racial discrimination; social media; controversy.

## SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	5
2	Análise argumentativa e discursiva .....	10
2.1	Definição de polêmica .....	17
3	O EUROCENTRISMO COMO CONCEITO FUNDAMENTAL PARA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL .....	22
3.1	A ideia de raça como base para a naturalização da discriminação racial .....	27
3.2	A naturalização do preconceito a partir do conceito de raça e o contexto brasileiro .....	29
3.3	A Dominação Branca.....	32
3.4	A discriminação na interseccionalidade de raça e gênero .....	34
3.5	Uma epistemologia descolonial.....	38
4.	A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO .....	41
4.1	O discurso nas teorias da argumentação .....	41
4.2	A argumentação numa abordagem sociodiscursiva .....	42
4.3	O lugar da argumentação na análise do discurso .....	44
4.3.1	Sujeito da TAD .....	44
4.4	Argumentação para Amossy .....	47
5.	A POLÊMICA .....	48
5.1	A polêmica como modalidade argumentativa.....	48
5.2	O olhar sobre a polêmica .....	49
5.3	A democracia no desacordo: uma retórica do <i>dissenso</i> .....	52
5.4	As modalidades da polêmica.....	56
6	METODOLOGIA .....	57
6.1	Uma abordagem de análise complexa do objeto em estudo .....	58
6.2	Técnica de coleta dos dados.....	61
7	A ATUALIZAÇÃO DA POLÊMICA E OS JÁ DITOS DO COLONIALISMO.....	62

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, nosso intuito foi compreender de que maneira são construídos os discursos de cunho racista no ambiente virtual. Como recurso metodológico para alcançar esse propósito, valemo-nos dos estudos empreendidos por Ruth Amossy (2011; 2016; 2017), no que concerne à argumentação no discurso e à modalidade argumentativa que a autora caracteriza como polêmica. A partir dos modos de atualização da polêmica que identificamos, abordamos o fenômeno social da discriminação racial e de outras discriminações que são associadas ao racismo - no caso da mulher negra, por meio de uma análise histórica e social com base nos estudos empreendidos pelos autores utilizados. Essas associações se devem ao fato de acreditarmos que uma análise da modalidade polêmica, tal como propõe Amossy, não deve abordar apenas o contexto histórico e social das dicotomias que existem na sociedade de modo descritivo sem aprofundamento teórico crítico, pois a mera descrição não possibilitaria um entendimento adequado das situações em que se forma a polêmica. Este trabalho considera importante reunir saberes para a compreensão de fenômenos complexos, como os sociais. Por isso, empreendemos as análises abrangendo o linguístico e também o social.

Realizamos uma aplicação da teoria, analisando os comentários de discriminação racial por meio de uma modalidade argumentativa específica, a polêmica, para chegarmos ao objeto de análise, que são os discursos e posicionamentos racistas na mídia social. Nosso exemplário foi definido a partir dos novos modos de atualização da polêmica que encontramos, dentre os quais a polêmica que se desenvolve por meio do encadeamento de gêneros: por meio dos comentários de uma notícia que tem um viés direcionado para determinada questão social e faz com que os actantes se posicionem; a polêmica que se desenvolve a partir dos comentários numa notícia ou *post* em que a questão discutida não está colocada e é atualizada nos comentários; e através de uma notícia/*post* que gera comentários e que posteriormente se transforma em *meme*.

Para explicar e problematizar as discussões, no que se refere à discriminação racial, tomamos como base teórica fundamental os autores e autoras descoloniais, que defendem que a segregação entre negros e brancos se dá em razão do colonialismo e que estes modos de discriminação e opressão ainda permanecem por meio do que denominam de colonialidade, razão pela qual os autores e autoras falam em *descolonização*, como Quijano (2005), Fanon (2008) e Mbembe (2014). Analisamos o percurso histórico e político em que foi construído o

racismo no Brasil, para que, a partir da análise desse contexto, fosse possível compreender as bases dos discursos disseminadores da discriminação racial nas mídias sociais, em específico nas páginas de notícias do Facebook. A partir da sistematização do contexto discursivo em que aparece a discriminação racial, interpretamos as marcas que evidenciam a dicotomização, a polarização e a desvalorização do outro nesse contexto. Assumimos como princípio norteador dos dizeres a modalidade argumentativa polêmica e partimos da compreensão de que os discursos se formam a partir de contextos sócio-históricos, pois, como destaca Amossy (2011), o discurso é sempre resultado de pressupostos, que podem estar implícitos, mas que, ainda assim, não deixam de existir:

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, a priori no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à coconstrução de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos languageiros, e numa estreita relação com eles. (AMOSSY, 2011, p.130)

Para Amossy (2011), a argumentação e o discurso partem de uma perspectiva dialógica, e a palavra, mesmo que espontânea, é sempre uma resposta, uma ação construída de uma premissa do outro, sendo, assim, um modo de agir sobre o outro em um processo dialético. Neste estudo, como propõe a Teoria da Argumentação no Discurso proposta por Amossy (2011), promovemos uma análise que se detém em compreender a partir do corpus abordado, como o linguístico e o social são constituídos mutuamente. O propósito é compreender como a polêmica se desenvolve em torno da discriminação racial e como essa discriminação se desenvolve na contemporaneidade a partir de novos espaços, nas mídias sociais.

Este trabalho não precisou ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, visto que, de acordo com a resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- que é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho, a partir do que se diz no artigo 1º desta mesma resolução, parágrafo único, inciso III, não serão registradas nem avaliadas pelo conselho pesquisas que utilizem informações de domínio público.

No capítulo inicial deste trabalho, realizamos uma apresentação da proposta de pesquisa desenvolvida, apontando o percurso metodológico em que ela se efetivou e a definição da modalidade argumentativa polêmica, além do que justifica a pesquisa dos posicionamentos que discriminam o negro nas mídias sociais. Apresentamos a proposta de integração entre a análise

do discurso e a argumentação, proposta por Amossy, em seguida discorreremos sobre a modalidade de argumentação com a qual trabalhamos para a coleta de dados, a modalidade polêmica, apresentamos o embasamento teórico no qual nos amparamos para proceder às discussões e análises do exemplário.

No capítulo III, discutimos a partir de uma perspectiva teórica e histórica sobre a complexidade inerente ao racismo na sociedade brasileira, mostrando como a disseminação do racismo tem como base, ao longo da história, um processo de inferiorização do negro, através de estereótipos negativos e desqualificadores. Mostramos o que é a colonialidade e que os autores defendem que na colonização teve origem a segregação entre negros e brancos. Discutimos como o conceito de raça fundamenta toda a discriminação contra os negros e coloca o branco em situação de superioridade.

Nos capítulo IV deste trabalho, seguimos dando um aprofundamento na proposta de integração entre a análise do discurso e a argumentação, segundo o que a autora Amossy defende. No capítulo V, continuamos explicando de modo mais específico e abrangente sobre como se desenvolve a modalidade argumentativa polêmica.

No capítulo VI, apresentamos a técnica de coleta dos exemplos e os procedimentos metodológicos. No último capítulo, temos as análises das postagens em que a polêmica se desenvolve em torno da discriminação racial, modalidade argumentativa utilizada como pano de fundo para esta análise. Permitindo com isso, perceber como são perpetuados discursos, valores e crenças acerca de negros e negras, legitimando relações raciais hierárquicas entre negros e brancos.

O conceito de raça está diretamente relacionado com as questões de reprodução das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil. Nesse sentido, a questão racial é de fundamental importância para a compreender seu papel determinante na estruturação das relações sociais. Nos casos que fazem parte do corpus desta pesquisa, veremos que a discriminação racial contra negros e negras nas mídias sociais evidencia a imagem do sujeito negro preso a um passado colonial, prejuízos que perpassam o material e abrangem o simbólico e que ainda seguem vivos na contemporaneidade.

De acordo com Munanga (1988, p.09), a colônia, como uma sociedade dicotômica, que vive em constante situação de violência e que depende da relação de força entre dominadores e dominados, e que se utiliza da força como meio para manter esse violento equilíbrio, também

recorreu aos estereótipos e preconceitos por meio de uma produção discursiva. Trata-se de um ideário racista promovido por discursos pseudojustificativos, que parte da comparação entre o branco e o negro, qualificando o segundo como uma versão degenerada do primeiro. Sendo assim, é pertinente dizermos que a estrutura de pensamento de cunho segregacionista na contemporaneidade tem origem na formação social brasileira, por meio da hierarquização de um ideal de superioridade do colonizador. Esses conflitos são fruto de interesses e dominação datados historicamente.

Compreendendo que não existem discursos não argumentativos, partimos da aplicação da teoria de Amossy, selecionando o corpus da pesquisa a partir do que configura a modalidade argumentativa polêmica, para compreender e analisar como são construídos historicamente os discursos da discriminação racial que surgem em novos espaços, nas mídias sociais na internet. Supondo que os enunciados de injúria racial são uma atualização do “já dito” do discurso escravocrata, utilizamos os autores das ciências sociais que tratam da dominação do mundo pelo sistema colonial, processo que denominam de colonialidade do poder, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2005).

Para discutir as bases históricas que embasam, ainda que implicitamente, os discursos da discriminação racial, partimos do que afirmam os autores descoloniais, dentre os quais Quijano (2005), sobre a existência de um modelo de organização mundial dos modos de ser, pensar e agir, orientados por um padrão de poder e de dominação que tem origem no sistema colonial e que nos influencia diretamente nos dias atuais. Esses padrões são definidos com base no conceito de raça, dividindo o branco e o negro, definido o branco como estereótipo ideal em detrimento do negro. A construção fundamentada em bases biológicas que define uma raça como superior a outra determinou também papéis na sociedade, além de uma separação entre negros e brancos. Compartilhamos com esta percepção de fundamentação da discriminação racial discutida pelos autores descoloniais e consideramos que a colonização da América teve influência fundamental para as construções sociais da discriminação contra a população negra a partir do que atenta Mignolo (2007), quando defende a modernidade assim como a colonização são acontecimentos que juntos construíram a supremacia europeia sobre o resto do mundo.

A escolha pela polêmica e os discursos que envolvem o racismo se dão pelo entendimento que temos em relação à sociedade brasileira, partindo do pressuposto de que no Brasil existe um mito de democracia racial, em que o racismo é velado. Esse conceito ganhou

ênfase com a obra de Gilberto Freyre (1933) “Casa Grande e Senzala”. Segundo Guimarães (2006), essa concepção de democracia racial foi denunciada posteriormente como um mito, em 1965, por Florestan Fernandes e foi alvo de ataques em 1980, sendo considerada uma ideologia racista e mito fundador da nacionalidade.

A princípio, prevaleceu a compreensão de que se tratava realmente de um mito fundador da nacionalidade. Afinal, o Brasil teria sido percebido historicamente como um país onde os brancos tinham uma fraca, ou quase nenhuma, consciência de raça (cf. Freyre, 1933); onde a miscigenação era, desde o período colonial, disseminada e moralmente consentida; onde os mestiços, desde que bem-educados, seriam regularmente incorporados às elites; enfim, onde o preconceito racial nunca fora forte o suficiente para criar uma “linha de cor”. (Guimarães, IBIDEM, p.269)

Ainda segundo Schwarcz (1999), Casa Grande e Senzala é percebido como um mito, o mito da democracia racial que carregava excessos em vez de faltas. Ao mesmo tempo que era possível refletir sobre um padrão de democracia racial, também era possível perceber desigualdades nas relações entre brancos e negros e foi a partir dessa constatação que, nas décadas de 1950 e 1960, intelectuais empreenderam uma série de pesquisas. “Segundo seus autores a alentada democracia racial “disfarçava” uma evidente discriminação, uma divisão que não era racial ou cultural, mas, sobretudo econômica” (SCHWARCZ, 1999, p.278).

Consideramos que viver a partir dessa ideologia de democracia nos impede de agir para a desconstrução do racismo, assim como promove uma falsa harmonia social, que desconsidera a realidade e inviabiliza políticas de estado efetivas no combate ao racismo. Através dos discursos que geram polêmicas que envolvem o preconceito por pessoas negras, pretendemos mostrar como numa sociedade que tenta esconder seu racismo, existem discursos que evidenciam o seu preconceito. O fato de a pesquisa se realizar nas redes sociais permite que seja possível apreender o que há de mais sincero e espontâneo na opinião de indivíduos que se valem do meio virtual para se expressar de maneira livre e protegida, já que as discussões não se desenvolvem no âmbito físico.

Quijano (2005) defende a existência de um padrão de poder mundial europeu ao qual nos submetemos, e que é vivenciado nas experiências do nosso dia a dia, nas subjetividades do cotidiano. Concordando com essa percepção, pretendemos reconhecer, nos discursos veiculados nas mídias sociais em notícias da atualidade, dizeres que evidenciam toda essa subalternização e a violência a que estamos sujeitos, especificamente, a população negra.

Nosso trabalho buscou identificar quais os “já ditos” que embasam os dizeres de discriminação racial, constatando como premissa maior a concepção escravocrata do negro, a colonialidade do poder. Analisamos como velhas práticas de discriminação racial são reproduzidas em novos espaços e como os discursos do racismo são construídos (a partir da exclusão, da segregação, da determinação de papéis). Identificamos as bases históricas da construção das dicotomias entre os grupos: o negro e o branco, e discutimos como esses diferentes discursos servem para construir (ou reinventar) uma imagem de preconceito racial no Brasil.

Partimos da hipótese de que a internet é um meio propício para a disseminação de preconceitos, especificamente do preconceito racial. A partir dos discursos que possam fazer emergir uma polêmica sobre o preconceito racial e que, ao mesmo tempo, sejam de cunho preconceituoso, buscamos explicar de que maneira essas construções se originaram no histórico social brasileiro, e como **o racismo se atualiza nos novos espaços**, nas mídias sociais. Partindo da concepção de Amossy (2017) de que por trás de todo discurso existe um já dito, compreendemos que, na base das concepções de preconceito racial e discriminação do negro, encontra-se o discurso escravocrata, originado na colonização. Nosso corpus é principalmente de **interações polêmicas**, isso se justifica em razão de que, por meio do embate, do choque de opiniões entre internautas, é possível identificar por meio dos actantes (que correspondem os papéis sociais), os posicionamentos de caráter racista e discutir suas bases históricas. A interação polêmica para Amossy se dá quando uma questão social polêmica se desenvolve de modo dialogal, não no intuito de se chegar a um consenso, mas pelo fato de os dois lados opostos estarem presentes na discussão.

## 2 Análise argumentativa e discursiva

Amossy (2016) explica a maneira como se realiza uma análise apenas **argumentativa** e puramente **racional** no contexto do projeto de lei que pretendia proibir o uso da burca (um véu integral, de origem afegã, que esconde inteiramente o corpo, livrando apenas os olhos da mulher) no espaço público francês, a partir da análise de um artigo de opinião, assinado por Bénédicte Charles, da revista de esquerda Marianne (de junho de 2009). A autora focaliza o seguinte comentário: *"Pela liberdade de expressão e pelo direito às mulheres de se vestir como elas o desejam. Dos homens de jilbabi na rua, nada se diz!!!!"*

O primeiro passo da autora foi identificar os dois agenciamentos:



O primeiro é um **entimema**. Em que a premissa maior está implícita: a liberdade de expressão é um valor (democrático) importante. A premissa menor mostra que o vestuário (neste caso, a burca ou a jelaba) constitui uma maneira de expressão individual ou coletiva; a conclusão é que as mulheres têm o direito de expressar-se portando a burca. O segundo agenciamento comporta uma argumentação por **analogia**: A – a burca – é igual a B – jelaba, em que elas compartilham uma mesma propriedade P: são roupas usadas pelos muçulmanos no espaço público. O que é legítimo para B deve sê-lo também para A; em outras palavras: se a jelaba é permitida nas ruas da França, a burca deve ser, igualmente, para A, em virtude da semelhança P entre elas. (AMOSSY, 2016, p.14)

Amossy (2016) destaca que, se nos detivermos apenas à análise do ponto de vista argumentativo racional, avaliando a validade lógica dos argumentos fora do seu contexto discursivo, poderemos realizar uma análise normativa em termos de paralogismo. Ou seja, uma análise inverídica. Assim, é possível identificar o carácter falacioso do argumento no uso errado de analogia. Trata-se de analisar se a semelhança entre A e B justifica aplicar-se na mesma medida, ou se emergem diferenças que exigem que não seja aplicado a eles um tratamento semelhante:

Assim, por exemplo, pode-se argumentar que a burca, ao contrário da jelaba, não é uma vestimenta simples, mas um símbolo religioso (ela afirma atender a preceitos divinos). Além disso, ela é reservada unicamente às mulheres, para escapar do olhar masculino, enquanto que a jelaba é um casaco longo, com mangas, e eventualmente capuz, que é uma moda oriental (sem relação com rituais religiosos), que pode ser usado indiferentemente pelos homens e pelas mulheres. Estas diferenças, que dizem respeito à relação de discordância entre A e B sobre a prática religiosa e sobre o sexo, feminino, prevaleceriam sobre a similitude na base da analogia de partida. (AMOSSY, 2016, p. 179)

O analista, ao realizar essa análise contextual, denuncia uma falsa analogia que indevidamente justifica o tratamento desigual aplicado à burca e à jelaba na França. O analista, ao fazer isso, se engaja no debate e refuta o argumento proposto, desqualificando sua validade lógica. Sendo assim, a análise consiste em uma dupla abordagem.

Por um lado, emerge da materialidade dos enunciados de esquemas abstratos para reconstruir o raciocínio. Ela os encontra, retirando deles alguns tipos de formulações verbais: ela transforma os enunciados em proposições lógicas, parafraseando-os ao preço de uma redução do discurso. Poder-se-ia dizer que os especialistas da argumentação procuram a espinha dorsal, em vez da textura, da carne do texto. (AMOSSY, 2016, p. 179)

Os defensores da lógica informal não o negam, por outro lado. Mas o processo lhes parece não só aceitável, como necessário, na medida em que ele aparece como o único meio de identificar a estrutura do argumento para reconstruí-lo e avaliá-lo. Na abordagem de ordem normativa e avaliativa. “Importa medir a validade lógica do argumento com base em critérios

estabelecidos.” O teórico da argumentação, que reivindica ser da lógica informal ou da pragmatialética, atua defendendo os direitos da razão, medindo a argumentação proposta às normas do bom raciocínio e tenta sustentar um modelo ideal, que dirige as pessoas nas suas construções argumentativas. “A análise se define, então, tanto como uma reconstrução dos argumentos, quanto como uma avaliação de sua validade à luz de critérios estabelecidos” (AMOSSY, 2016, p.180).

Devemos analisar, além dos argumentos em si, o enunciado em situação, por isso é necessário identificar o gênero do discurso para pensar nas possibilidades e restrições do contexto em que ele se insere. Por isso, Amossy (2016) explica que a análise será realizada a partir de um *post* em um fórum de discussão na internet aberto a todos. A autora descreve as características do sujeito do comentário: um internauta cadastrado com pseudônimo, que toma parte de um debate, o qual se dá por meio de interação ou confronto entre pontos de vista diferentes. O objetivo do locutor é, portanto, intervir no debate sobre a autorização ou a proibição legal do véu integral em lugares públicos, que se propõe sancionar por uma lei na França. Segundo Amossy (2016), o *post* é abertamente polêmico, uma vez que se apresenta como um contradiscurso e engatilha uma polarização de posições antagônicas. Não se trata de um raciocínio válido apenas, mas de uma tomada de posição.

Ele não constitui apenas um raciocínio mais ou menos válido, mas uma tomada de posição forte em um debate contraditório, em que o internauta está do lado daqueles que violentamente rejeitam a posição assumida pelo jornalista da revista *Marianne* contra o uso da burca na França. O texto se estabelece, portanto, por uma dupla regulação: a do gênero do fórum eletrônico, que autoriza uma intervenção breve e quase elíptica – ela toma seu sentido com base em uma fundamentação global que circula em praça pública; e a da polêmica, que se expressa frequentemente como "chamas" ou ataques virulentos e desenfreados contra o adversário no *ciberespaço*. É nesta situação particular e neste quadro de comunicação (um discurso polêmico na tela, no gênero fórum de discussão *on-line*) que é criado o *logos* – o discurso como linguagem e razão. (AMOSSY, 2016, p.180)

O internauta realiza uma escolha: contra ou a favor. Ele reage ao *post* que, para ele, é um apelo em favor da proibição do uso da burca, e toma uma posição violenta contra o *post*, posicionando-se na defesa do uso da burca. O internauta considera que o posicionamento do jornalista do *post*, por ser a favor da proibição do uso da burca também seja contra a liberdade de expressão. Toma a proibição da burca como uma transgressão da liberdade de expressão, que é parte fundamental para a democracia. Através dessa estratégia, o internauta realiza um apelo à mobilização, para defender uma causa, a causa da liberdade de expressão, instigando os outros leitores a se juntarem em defesa de uma causa já conhecida. O enunciado é um ato de

reivindicação e um ato implícito de protesto. O internauta, ao clamar “pela liberdade de expressão”, defende que a escolha das roupas que cada um quer vestir depende de uma decisão individual, a qual não pode estar sujeita a um constrangimento.

Nesta perspectiva, o uso da *burca* aparece como uma maneira de se vestir como um outro; é uma roupa trivial, que pode ser adotada a partir de uma escolha pessoal. “Porém, se considerarmos o fato de a *burca* ser interpretada como uma marca de pertencimento ao Islã, o *post* defende ao mesmo tempo – embora implicitamente – a liberdade de afirmar a sua identidade religiosa ou comunitária no espaço público (“na rua”). Todavia, este aspecto é, em parte, encoberto pelo princípio de liberdade individual.” A liberdade de expressão supõe a possibilidade de uma escolha de acordo com o coração, o que é reforçado pela seleção do termo “desejo”. Esse termo marca o livre arbítrio das mulheres para adotar a *burca*. Explica a autora:

A inversão da noção de “desejo” é aqui flagrante; o fato de esconder inteiramente seu corpo e seu rosto tornou-se sinônimo do desejo (amoroso), que remete ao prazer. O implícito é que as mulheres satisfazem seu desejo vestindo essa roupa que as esconde aos olhos do público – e dos homens. Proposição que vai de encontro ao que é dito em outros lugares, a saber: que este traje é imposto às mulheres e que as priva de sua liberdade, de sua autonomia e do livre contato com seu corpo. **A polêmica está aqui em pleno andamento, sem que a confrontação entre essas duas concepções de liberdade – a de se vestir como se quer e a de se exhibir livremente aos olhos dos outros – seja claramente exposta.** O contra-argumento é ignorado e, portanto, não é, via de regra, sujeito à refutação. A palavra tomada em nome dos grandes princípios e o ato de apelo autorizam e cobrem a ausência de um verdadeiro contra-argumento, surtindo efeitos de evidência. Ao mesmo tempo, eles sugerem que as palavras de que se socorrem os leigos franceses são consideradas em um outro modo de vida que não compete àqueles que não compreendem a condenação, ignorando o livre arbítrio e a vontade dos interessados. (AMOSSY, 2016, p.180)

O locutor inscreve sua afetividade no discurso também pela multiplicidade de pontos de exclamação. Estes manifestam a sua revolta frente à injustiça: é uma explosão de indignação da qual ele quer que seus leitores participem. A autora explica como o locutor se vale do *pathos* e do *ethos* no seu discurso.

O efeito de *pathos* vem aqui sustentar o raciocínio. Esse efeito se alia ao argumento por analogia, do qual já falamos, e ao que Perelman denomina como regra de justiça: o que é válido para X vale também para Y, quando houver igualdade das duas partes. O estilo conduzido indica que não se trata de uma violação sem importância à regra de justiça, que deve ser a norma, mas de uma transgressão vergonhosa e revoltante, que é necessário denunciar publicamente. O pressuposto do apelo numérico é que o homem e a mulher são iguais, e que o que chega a um chega automaticamente ao outro. A recusa imposta às mulheres de usarem uma vestimenta (local) seria uma infração não apenas à regra de justiça, mas também ao direito das mulheres à liberdade e à igualdade. O internauta constrói, assim, um *ethos* alternativo de defensor dos direitos da mulher que se opõe ao dos defensores do direito da mulher de não expor seu rosto aos olhos dos transeuntes e de não deixar usarem de seu corpo. Esse internauta solicita uma identificação tanto racional quanto passional por parte do

auditório, que se supõe revoltar-se contra o fato de que “dos homens com jelaba, nada se diz”, enquanto que, no caso das mulheres com burca, quer-se interdita-las. Dessa forma, ele projeta a imagem de um auditório que seria um Ele-Mesmo: imbuído do princípio de igualdade dos sexos e do direito da mulher a se dispor de si mesma, princípios feministas e republicanos que são precisamente defendidos pelo hebdomadário no qual se situa o fórum, *Marianne*. Ele tenta, assim, voltar suas próprias armas contra seu adversário por um procedimento de retorsão. (AMOSSY, 2016, p. 183)

Segundo Amossy (2016), a questão não é avaliar a validade lógica do *post* ou julgar sua validade deliberativa na esfera da democracia. Essa microanálise argumentativa e discursiva consiste em tornar claro o contexto do *post*, do espaço virtual em que o internauta como um indivíduo simples, demonstrando ter pouco conhecimento através dos erros ortográficos que comete, participa de uma discussão sobre uma problemática atual na sociedade. A autora reflete, assim, sobre os modos como se dão os raciocínios em uma determinada cultura e as modalidades em que o discurso polêmico pode cumprir a função de protesto, agrupando pessoas com os mesmos pontos de vista em um espaço como a internet. “Essa análise permite também reconstruir o sistema de razões e de justificações que sustentam a posição expressa, reinserindo o enunciado elíptico em seu intertexto, e indexando-o aos argumentários dos quais ele se alimenta.” (AMOSSY, 2016, p.185). Essa análise também permite reconstruir as bases que alicerçam o texto de maneira implícita, os dizeres que o influenciaram.

Desse modo, perceber que o raciocínio é construído fortemente por afetividade refere-se ao que é sentido para além do racional. A autora destaca como o *pathos* e o *ethos* estão em parte ligados no centro dos sentimentos morais, dentre eles a indignação. A partir dessa abordagem, a autora comenta sobre a natureza passional do engajamento que leva o internauta a militar em favor da liberdade de expressão, principalmente das muçulmanas da França atacadas por essa proibição em seus modos de vida e em sua prática religiosa. Desse modo, Amossy (2016) destaca que o valor argumentativo do discurso não pode ser medido por si só, apenas com base em critérios racionais. Mas é preciso compreender que o *post* que defende o uso da burca pelas mulheres na França está atrelado à lógica singular do contexto sociocultural que constitui o discurso social do momento, ao conjunto de opiniões, de crenças e conflitos.

A partir dessa perspectiva, o analista nem denuncia a defesa do véu integral, nem acusa o oponente de irracional. Mas encontra no nível argumentativo (os esquemas de raciocínio) e no discursivo (colocação em palavras) os elementos que constituem o discurso no espaço da internet, examinando como os elementos são agenciados pelo indivíduo para produzir sentidos e efeitos. Desse modo, o analista atenta tanto para as influências das determinações sociais que

agem sobre o discurso quanto para as possibilidades da tomada de posição do sujeito, da ação cidadã que é possibilitada ao indivíduo através do discurso.

Segundo Amossy (2016), o analista, ao decompor e em seguida reconstruir um objeto discursivo para compreender seu funcionamento, sua lógica interna e suas questões, está realizando uma ruptura nítida com as teorias normativas da argumentação e com as abordagens críticas da análise do discurso. Mas esse desvencilhamento também traz problemáticas, uma vez que as teorias normativas da argumentação que estabelecem regras lógicas aos argumentos, separando o válido do inválido, podem cumprir uma missão social, pois proporcionam que os cidadãos possam identificar raciocínios falsos, contribuindo para a defesa dos valores democráticos.

Essa abordagem crítica possibilita uma missão educativa, desempenhando um papel social que promove a construção de um espaço de **discussão racional**, a fim de se chegar a uma **negociação**. Nesse sentido, as teorias da argumentação não são meros empreendimentos científicos, mas se partem do pressuposto de contribuir com a resolução de conflitos, para uma boa governança e gestão humana.

A teoria da **argumentação no discurso** não se propõe a esses objetivos normativos e críticos: ela não tem caráter prescritivo. Essa teoria constrói um objeto discursivo do seu interior, a partir da compreensão de que os modos de dizer são também modos de fazer. Essa teoria considera a adversidade, a pluralidade, e a existência de racionalidades alternativas. Partindo dessa compreensão, propõe-se a pesquisar fenômenos discursivos diversos. A teoria toma geralmente como objetos de análise situações sempre situadas no quadro social e examinadas a partir do contexto que os gera e onde eles ocupam funções que importa examinar. Amossy (2016, p.186) realiza uma analogia entre o etnógrafo e o historiador em relação à teoria da argumentação no discurso, ressaltando que essa teoria, assim como os profissionais citados, “explora fenômenos culturais reveladores do sistema de crenças e de pensamento de um grupo humano”, tentando “reconstituir modos de vida e de interações, ‘mentalidades’ e práticas culturais, em suas condições sócio-históricas.”

A microanálise do *post* sobre a *burca* possibilita perceber como os indivíduos contrários à proibição legal de usar o véu integral na rua raciocinam e agem discursivamente no contexto de uma polêmica que divide a França. A análise também revela como cidadãos que não tiveram uma educação formal podem utilizar a internet como meio de se expressar, de protestar e de agregar pessoas em torno de uma questão. Amossy (2016) destaca algumas características que o analista precisa ter para empreender a análise argumentativa e discursiva, a saber:

Ao mesmo tempo, o analista pode selecionar um *corpus* – como o *post* sobre a *burca* – relacionado aos problemas da sociedade que ele destaca, e para os quais ele fornece instrumentos de reflexão crítica. Se o analista não se posiciona diretamente na polêmica enquanto pesquisador, ele não deixa, no entanto, de intervir, à sua maneira, na sociedade da qual participa: ele recorta problemáticas, desvela a natureza das disputas entre os grupos sociais, expõe bases dóxicas e modos de raciocínio divergentes e frequentemente incompatíveis. Assim procedendo, ele faz mais do que oferecer um saber – tenta suscitar a reflexão, elevando-a acima do nível dos confrontos verbais nos quais estão inseridos os atores envolvidos. (AMOSSY, 2016, p.187)

Segundo Amossy (2016), a análise do discurso e a argumentação no discurso fazem o objeto a partir de vários usos, dentre os quais, o científico, o prático e o sociopolítico:

Na verdade, a análise do discurso – e a argumentação no discurso que dela se origina – faz o objeto a partir de vários usos. O primeiro é científico, no sentido da integração de novos conhecimentos do saber comum e do aporte de um olhar inédito sobre os fenômenos da sociedade considerados em seu aspecto discursivo – é o pesquisador, na definição de Nathalie Heinich (2002). O segundo uso pode ser prático – no sentido da utilização que podem fazer diversos atores (instituições, empresas, profissionais do saber) trazidos pelo analista do discurso, que se torna então um “expert” ao qual fazemos apelo (Heinich 2002). Cada vez mais, conselhos municipais, órgãos de decisão, diretores de empresas apelam às competências dos analistas de discurso em seus objetivos de realização concreta. O terceiro, enfim, é sociopolítico. É isso que podemos fazer da análise do discurso para denunciar ideologias consideradas como nefastas e combater posições consideradas como contrárias à ética. Heinich fala, a esse respeito, de “pensador”, sinônimo da noção de intelectual, que tenta criticar ou justificar uma situação como qualquer cidadão, mas com a ajuda de sua competência intelectual e de sua notoriedade (2002: 118). Eu preferiria ver nisto um prolongamento direto do trabalho do pesquisador, sustentado pelos próprios resultados de sua pesquisa. (IBIDEM, p.187)

Segundo Amossy (2016), quando o analista atua como pesquisador, apreende um conhecimento que ajuda a compreender o mundo e a favorecer a sua intercompreensão; para o analista como indivíduo inserido em uma sociedade, este mesmo conhecimento pode contribuir para transformar a realidade.

Para o analista como pesquisador, o conhecimento ajuda a “compreender o mundo e a favorecer a intercompreensão”; para o analista como indivíduo implicado em uma sociedade, este mesmo conhecimento pode contribuir para “mudar o mundo”, apelando, assim, para um engajamento declarado (Fleury-Vilatte e Walter, 2003: 101). Mais do que de uma oposição, trata-se de uma distinção que visa a manter a possibilidade para o analista de investigar seu objeto sem posicionamento já tomado, e de discernir a partir disso todas as facetas de sua complexidade, ou mesmo suas tensões e suas aporias, sem qualquer programa determinado *a priori*. (IBIDEM, p.188).

Abordando as discussões que se desenvolvem por meio da modalidade argumentativa polêmica nas redes sociais, estamos também buscando compreender a partir de que bases sócio-históricas os indivíduos construíram os seus posicionamentos discriminatórios, entendendo o contexto no qual se inserem. Para além disso, buscamos, a partir de autores das ciências sociais,

compreender como a dicotomia entre negros e brancos se originou e a partir de que elementos ainda se mantêm. A seguir, explicamos como a modalidade argumentativa polêmica é definida por Amossy (2017) e seus elementos principais.

## 2.1 Definição de polêmica

Trazemos, aqui, a definição de polêmica, modalidade argumentativa que orientou nossa abordagem aos posicionamentos de cunho discriminatório nas mídias sociais. Amossy (2017) elenca categorias que são usadas para denominar os confrontos verbais tanto no espaço público quanto no nosso dia a dia, como debate, discussão, disputa, querela, altercação, controvérsia, tentando especificar a natureza das especificidades da polêmica. A autora fundamenta-se em três fontes diferentes: as definições lexicográficas dos dicionários, o discurso corrente e as conceitualizações dos pesquisadores em ciências da linguagem. Ressalta que essas fontes definem a polêmica de modo comum, ao qualificá-la sempre de maneira pejorativa, como algo ruim, caracterizado pelo conflito.

A autora destaca que é preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares. “A polêmica pode, evidentemente, se desenvolver sobre a base de um assunto inicialmente privado, um conflito de locação, por exemplo, mas é necessário que esse conflito assuma contorno público pondo em causa grandes princípios e os grupos de defensores ligados a eles (identificados a esses princípios)” (PLANTIN, 2003, p. 387, *apud* AMOSSY, 2017, p.04).

Amossy (2017) analisa dois exemplos de polêmicas: uma em torno de uma foto “politicamente incorreta”, que exibe um homem de costas utilizando a bandeira da França no lugar do papel higiênico; e a outra acerca do exílio fiscal do ator Gerard Depardieu, após o projeto de reforma dos impostos lançado pelo presidente François Hollande, em 2012. No primeiro caso, o rapaz, ao realizar o ato, pretendia apenas atrair os holofotes para si, aparecer. Porém os jornalistas trataram de noticiar o ocorrido destacando aspectos para criar a polêmica, como “a falta de respeito”, “o atentado à Nação”, “o ultraje à pátria”, para sublinhar o caráter ofensivo à pátria da atitude do rapaz. O caso acaba ganhando ainda mais repercussão em razão do momento sócio-histórico em que ocorre, no período em que acontece o debate sobre a identidade nacional, lançado em 2009, pelo governo de Nicolas Sarkozy. Esse debate é iniciado e dirigido por Eric Besson, ministro da Imigração, da Integração e da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário, que pretendia reafirmar os valores da identidade nacional e o

orgulho de ser francês. A autora utiliza esse exemplo para mostrar como um incidente aparentemente corriqueiro, que poderia ter sido posto de lado no noticiário, desencadeia a polêmica na medida em que ele comporta questões maiores que convocam o grande público. A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que expressa os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura. Nesse caso, a autora procedeu à análise para compreender o porquê de a polêmica ter sido desenvolvida em torno do patriotismo, justificando um acontecimento anterior, que fez com que houvesse um debate sobre a identidade nacional. Apesar de não ser interesse da autora realizar um percurso histórico para entender o motivo de, na França, o nacionalismo ser tão importante, nas análises deste trabalho, realizamos uma contextualização sócio-histórica do surgimento do racismo, suas origens e elementos que o mantêm resistente na contemporaneidade. Nesse sentido é que avançamos, pois buscamos compreender, dentro do campo contextual, o histórico e o social, por meio do campo teórico crítico, através dos autores utilizados.

Além do caráter público e de seu surgimento na atualidade, Amossy ainda destaca o caráter efêmero da polêmica:

Estreitamente ligada àquilo que preocupa o público num momento preciso, a polêmica é efêmera e, frequentemente, tão rapidamente esquecida quanto cheia de razão no momento em que ela eclode. É por isso que seu sentido e seus anseios deixam de ser perceptíveis para além de sua duração, assim como, por outro lado, do espaço cultural no qual ela emergiu. Ainda alcançamos a extensão das polêmicas que agitaram o início dos anos 1930 em torno do testemunho da guerra de 1914? Não compreendemos muito mais aquelas que se desenrolam em outras culturas quando ignoramos suas normas, seus valores e seus problemas de sociais. (AMOSSY, 2017, p. 48).

Brito (2018) diz que, na verdade, o que é efêmero não é a polêmica em si, mas a sua atualização no espaço público. Como exemplo, podemos citar a Lei de Cotas nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Apesar de a lei ter sido sancionada, a discussão e as divergências sobre sua legitimidade não se encerraram e estão sempre presentes atualmente na sociedade.

Amossy (2017) defende que a polêmica é argumentação retórica, pois ambos se esforçam para defender seus pontos de vista e desqualificar o outro, porém não visam ao acordo, como na retórica. Na polêmica, não se visa convencer o outro, mas arrebanhar o público para um dos lados. Não há acordo, há sempre o conflito e a desqualificação do outro. Se existe o



choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara *dicotomização* na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente. Enquanto o debate argumentado supõe direcionar os participantes para uma possibilidade de solução, a dicotomização radicaliza o debate, tornando-o difícil e muitas vezes impossível de resolver.

A polêmica é definida como um debate da atualidade que parte de uma oposição de discursos, em que argumentos a favor e contra uma determinada tese são postos em confronto. Amossy (2017) elenca três traços fundamentais que especificam a polêmica na esfera da argumentação retórica: a dicotomização de teses; a polarização social e a desqualificação do outro.

A dicotomização situa o conflitual no cerne da polêmica, que trata da “(...) manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam em praça pública. Enquanto interação verbal, ela surge como *um modo particular de gestão do conflito*” (AMOSSY, 2014, p. 53, grifo da autora). A dicotomização se dá pelo choque de opções antitéticas que se excluem mutuamente, diferenciando-se do debate argumentativo que busca a solução dos conflitos, a dicotomização, ao contrário, torna o debate impossível de se resolver. E essas relações de antagonismo só são identificáveis se tomarmos o contexto específico em que se desenvolvem, pois as oposições (direita/esquerda; coletivismo/individualismo; igualdade/desigualdade) não são absolutas. Ou seja, os indivíduos podem se juntar na defesa de uma causa em comum e, ao mesmo tempo, serem opositores em outra questão social; o indivíduo pode ser racista e defender a igualdade, por exemplo. No recorte dado neste trabalho, nosso foco é a dicotomia entre brancos e negros, para compreender como o racista e o não racista se manifestam a partir dos novos meios de interação, nas mídias sociais do domínio virtual.

A autora destaca a colocação de Maingueneau (1983), para quem a polêmica necessita de um espaço discursivo com dois polos, e que os discursos em confrontação existem em função do outro e se delimitam mutuamente. Assim, para o autor, direita/esquerda, igualdade/desigualdade, justiça/injustiça, coletivismo/individualismo, cada uma existe apenas como o inverso da outra. É por isso que, na discussão, cada uma das partes se reapropria do discurso do outro, integrando-o, por inversão, ao seu sistema próprio: “quando se cita o discurso do adversário, é para fazer dele a negação do seu próprio discurso”. (AMOSSY, 2017, p.55) Por fim, Amossy resume sua concepção de polêmica assim: “trata de questões de interesse

público, é uma gestão verbal do conflituoso caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca de um acordo”.

O segundo traço é o da polarização social, que se trata da divisão de sujeitos que participam de uma polêmica em grupos. Para a compreensão desta divisão, a autora realiza uma distinção entre os *atores* e os *actantes*. Os actantes (que correspondem os papéis sociais) constituem categorias abstratas que dividem os participantes de um debate polêmico no plano de uma estrutura actancial, e os atores (indivíduos que o assumem) são a esfera concreta que representa os actantes no plano da enunciação. “Não se trata aqui de pessoas, mas de papéis: defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação.” (AMOSSY, 2017, p.56)

No plano da estrutura actancial, pode-se exercer o papel de Proponente (aquele cujo papel é defender uma das teses), o de Oponente (aquele cujo papel é opor-se à tese defendida pelo Proponente e defender uma contrtese) e o de Terceiro (aquele que assiste ao debate). Os actantes não ambicionam convencer o outro, mas arrebanhar adeptos, ou seja, como na polêmica não existe a possibilidade de se chegar a um acordo, o Proponente e o Oponente não pretendem chegar em um consenso, por isso a argumentação polêmica se dirige a um Terceiro, tentando persuadi-lo a aderir a uma das posições antagônicas.

É na divisão estabelecida entre adversários tomados numa relação antitética no plano actancial que opera uma polarização e divide os participantes de uma polêmica em “nós” e “eles”. E, nesse sentido, a polarização difere da dicotomização, pois enquanto a dicotomização consiste numa divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis, a polarização é um fenômeno social, que realiza o reagrupamento de um público extremamente diversificado em dois grupos mutuamente excludentes.

Ressaltemos que, na polêmica, essa polarização se cria além, e apesar, de numerosas divergências. É um efeito da distinção ente atores e actantes. De fato, os atores que assumem o papel de Proponente ou de Oponente podem se fundar em argumentos diferentes; eles não participam necessariamente do mesmo grupo social, e podem mesmo pronunciar-se em nome de ideologias diferentes. Eles não chegam nem a se encontrar, em circunstâncias particulares, do mesmo lado da barreira. (AMOSSY, 2017, p. 57)

Ou seja, na polarização não há a anulação dos posicionamentos distintos entre os atores, pois eles não precisam pertencer a um mesmo grupo social. A polarização parte da identificação dos actantes com um dado grupo, e solidários ao grupo, mobilizam-se em favor da tese que o reforça e na repulsão da tese oposta. “A polarização promove um reagrupamento por identificação” (AMOSSY, 2017, p. 58)

A polêmica é ao mesmo tempo do campo do abstrato e do concreto. Na polarização são definidas categorias como racista e não racista, direita e esquerda (um “nós”, um papel coletivo social, não é particular ou de ordem privada, não é pessoal, mas coletivo). O conflito não está apenas dentro da polêmica: ele se situa fora dela e constitui sua fonte. “A polêmica seria, então, a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. Enquanto interação verbal, ela surge “como *um modo particular de gestão do conflito*” (AMOSSY, 2017, p.53). Diante disto, entendemos que a polêmica se desenvolve na discursividade, ou seja, no embate entre os sujeitos que defendem as suas opiniões, é desse modo que a polêmica sai do campo do abstrato e toma a forma do concreto. O abstrato refere-se a grupos sociais que se dividem em opiniões influenciadas pelo seu meio social. Essas diferenças e dicotomias são conhecidas por todos, porém só no âmbito do discurso, do embate é que podemos ver essas separações concretamente, visto que os indivíduos são chamados a se posicionar e definir em que lado do embate irão ficar para defender o seu pensamento. O indivíduo assume papéis, deixa de ser a pessoa em particular, o ser individual, para representar e defender uma ideologia coletiva. É nesse sentido que a polêmica se diferencia do debate no que se refere ao conflito. A polêmica abrange ideologias coletivas, modos de pensar abrangentes. Portanto é pertinente considerar que nem todo conflito pode ser polêmico, mas toda polêmica se origina a partir de um conflito.

O terceiro traço da polêmica refere-se à relação com o outro, a desqualificação do adversário. É importante destacar que na polarização ocorre não só o reagrupamento por identificação, mas é nesse ponto que também se consolida, a partir de uma estratégia retórica para desacreditar o outro, a representação pejorativa do grupo oposto. Na intenção de persuadir o Terceiro, o Proponente, além de defender a tese com a qual se identificou, também tenta a todo custo refutar a oposta, desqualificando o Oponente, que é visto como um inimigo e que deve ser discursivamente combatido ou até excluído do debate. Segundo Macedo (2017, p.62), “a desqualificação pode seguir duas vias: uma centrada no *logos* e outra, no *ethos*”. A via do *logos* consiste na desqualificação do discurso e dos argumentos do adversário. A desqualificação da tese, muitas vezes, vem acompanhada da desqualificação da pessoa ou do grupo que ela representa, caracterizando a desqualificação centrada no *ethos*, visto que “O descrédito lançado sobre as pessoas anula a força de seus argumentos” (AMOSSY, 2017, p. 59).

Percebemos, portanto, que a dicotomização de teses antagônicas, a polarização por meio do reagrupamento de indivíduos e a desqualificação do outro são os traços fundamentais

da polêmica. Porém a autora também destaca, como vimos, o papel do *logos* e do *ethos* para a desqualificação do Oponente, além da utilização do *pathos* na violência verbal desenvolvida na polêmica, ressaltando que nem toda troca verbal é polêmica, como o conflito entre particulares, por exemplo, mas é preciso que a dicotomização e a polarização estejam presentes nesse contexto. “Os procedimentos discursivos que criam uma impressão de violência verbal só se tornam polêmica quando são usados no contexto de uma confrontação de opiniões contraditórias” (AMOSSY, 2017, p.63).

No capítulo a seguir, apresentamos a perspectiva que adotaremos neste trabalho sobre o movimento denominado “Colonialidade do poder”. Tal movimento tem como pressuposto para o preconceito racial e a dicotomia entre negros e brancos, o colonialismo e todo o seu legado. Essa dominação ainda permanece viva e exerce um poder sobre a sociedade. Primeiro construímos o percurso histórico desse movimento e depois fizemos o estado da arte resenhando os autores e autoras que trabalham com esse conceito a partir de variadas frentes, não só como fenômeno do campo econômico, mas também do social e do cultural, atuando, principalmente, por meio das subjetividades.

### **3 O EUROCENTRISMO COMO CONCEITO FUNDAMENTAL PARA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Como neste trabalho nos propomos a analisar a atualização da polêmica e a contextualização sócio-histórica das discussões e dicotomias entre negros e brancos nos posicionamentos racistas, iniciamos este capítulo fazendo uma abordagem histórica sobre o surgimento da segregação racial, resenhando as perspectivas de autores das ciências sociais que explicam essas questões a partir de diferentes vertentes, mas tendo como base o colonialismo.

Em 1492, durante as Grandes Navegações<sup>1</sup>, o continente americano foi colonizado pelos europeus, a América foi colonizada principalmente por portugueses, ingleses, espanhóis, franceses e holandeses. A exploração do grande potencial de recursos naturais americanos alterou significativamente os quadros econômicos da Europa. Em 1500, Portugal estabeleceu colônia no Brasil, assim como a Inglaterra colonizou as Honduras Britânicas e a Jamaica. A Holanda colonizou a Guiana, e os franceses tomaram posse do Haiti e da Martinica. O controle da Europa sobre o resto do mundo se estabelece não apenas no campo material e econômico,

---

<sup>1</sup> As grandes navegações foram um conjunto de viagens marítimas realizadas pelos europeus que expandiram os limites do mundo até então conhecidos.

mas no campo das subjetividades, como defendem os autores descoloniais citados neste trabalho.

Mbembe (2014) propõe, em sua obra, uma reflexão acerca do mundo contemporâneo a partir da vivência negra, ressaltando, assim como os autores supracitados Quijano (2005) e Fanon (2008), que a visão criada sobre a população negra no período colonial reverbera ainda hoje:

[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (copresença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e de sua manifestação, no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho. Em contrapartida, interessa compreender que, como consequência direta desta lógica de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade pura e de repulsa, a sua aparição no saber sobre o discurso modernos sobre o homem (e, por consequência, sobre o humanismo e humanidade) foi senão simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfessado e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual o projeto moderno de conhecimento – mas também de governação - se difundiu. (Mbembe, 2014, p. 10)

Como vimos, o termo *negro* é entendido, através de uma construção social, como uma categoria que está diretamente relacionada aos conceitos de raça e escravo. Nesta construção social, o negro é sempre considerado como subalterno e desumanizado. Segundo Giddens (2005, p. 205) as teorias científicas sobre raça surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, pensadas para justificar a ordem social do período, em que a Inglaterra e outras nações europeias tornavam-se grandes potências imperiais devido à dominação e submissão de territórios. Para Mbembe (2014) os conceitos de *negro* e *escravo* foram fundidos para reforçar uma exclusão social, nas palavras do autor, “‘Negro’ é aquele que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender”. (Mbembe, 2014, p.11). Esse modo de inviabilização do indivíduo negro está na base do racismo, que nega a humanidade do outro, e legitima a opressão e a exploração. A partir dessa política de exclusão, a sociedade define e delimita aqueles que devem pertencer a ela, numa perspectiva de eliminação tanto física quanto política e simbólica. Visto que a segregação por raças não existe, de fato, enquanto caráter físico natural biológico:

Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele ou à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma mesma e única figura, a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria imaginária, material e fantasmagórica, a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido a causa de devastações físicas inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas. (MBEMBE, 2014, p.11).

Através da redução do indivíduo a uma questão de aparência, de pele e de cor, desempenhou-se um movimento que transforma o ser humano em coisa, em objeto. Como destaca Mbembe (2014), no período do tráfico de pessoas vindas da África por meio do oceano atlântico, nos séculos XV e XIX, homens e mulheres de origem africana foram aprisionados em navios, tratados como objetos e vendidos como mercadorias. Foram aprisionados pela sua aparência, passando a pertencer a outros. A África, assim como a população negra, foi considerada inferior, representaria um lugar que é o retrato do atraso, onde não há civilização, tampouco contribuição para a humanidade. O conceito de raça apazigua odiando, mantendo o terror e praticando o alterocídio, que consiste em constituir o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou destruir, devido a não assegurar o controle total. (MBEMBE, 2014, p. 26).

A construção de raça não tem um fundamento real, porém trata-se de uma ficção que coloca um povo em posição inferior a outro para a obtenção de vantagens e de exclusão em todos os âmbitos.

A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo. Em muitos casos, é uma figura autônoma do real, cuja força e densidade podem explicar-se pelo seu caráter extremamente móvel, inconstante e caprichoso. (MBEMBE, 2014, p. 27).

“O hemisfério ocidental, como forma de validar, de legitimar o seu poder, criou o mito das raças, considerando-se o centro do globo, o dono da razão, da vida universal, da verdade e da humanidade, sendo o território mais civilizado do mundo. Lugar único em que se pode construir uma sociedade civil.” (Mbembe, 2014, p.27). O período de escravização no colonialismo construiu o conceito de negro, que prevalece até os dias atuais, como um estigma de inferioridade e daquilo que deveria não existir, como era no período colonial, local em que o negro deixou de existir enquanto pessoa, transformando-se em uma mercadoria. O negro perdeu todas as suas características culturais, sendo invisibilizado. O conceito de civilização eurocêntrico é determinante na construção da inferiorização do negro, visto como desumanizado, como objeto de perigo.

A partir dos autores descoloniais Quijano (2005), Mignolo (2008), Fanon (2005, 2008), Lugones (2014), e Mbembe (2014), é coerente afirmar que a colonialidade é um sistema que permanece vivo e potente, mesmo após o fim da colonização e a independência dos países. E

delimitá-lo a um único aspecto é não compreender a sua real dimensão. A colonialidade apresenta-se em nossas vidas desde o micro ao macro, e vice-versa, se apresenta em nosso cotidiano nas experiências e vivências mais subjetivas, estabelecendo papéis para cada sujeito na sociedade. A criação da ideia de raça determinou tudo o que é válido e digno de ser valorizado em detrimento de tudo o que está fora disso. Tratamos como *colonialismo* o movimento de dominação de um povo sobre o outro a partir de uma relação verticalizada que findou em datado momento histórico para os países dominados, e a *colonialidade* será vista aqui como a perpetuação desse movimento que, mesmo após ter sido encerrado historicamente com a independência dos países, ainda revela uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos colonizados.

O conceito de colonialidade do poder é datado em 1989, como destaca Ballestrin (2013) “Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo.” (Ballestrin, 2013, p. 99-100). Segundo a autora, os estudos foram empreendidos a partir do grupo de estudos modernidade/ colonialidade, do qual fazem parte autores descoloniais, como Quijano, Mignolo e Boaventura de Souza Santos, e que trata sobre “noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (Ballestrin, 2013, p. 99).

Fanon (2005, p.27), ao refletir sobre o mundo colonial, afirma que ele é dividido em compartimentos, divisões que persistem mesmo após a colonização. Para compreender esse sistema é necessário entender que ele é interseccional, perpassando as divisões de classes, de raça e de gênero. Romper com esses paradigmas não é tarefa fácil, visto que, como atenta Fanon (2008), trata-se de um processo “esquizofrênico”, em que não nos reconhecemos mais, apenas seguimos as normas para que não sejamos ainda mais excluídos desse padrão de poder.

A partir de Mignolo (2007), é possível compreender que o capitalismo e a modernidade são elementos imbricados com na colonialidade do poder e na construção da supremacia europeia sobre o resto do mundo. Só podemos pensar na modernidade em coexistência simultânea a colonialidade, na medida em que só existe categorização do termo “moderno” e “civilizado” a partir da colônia como “desumanizada” e “atrasada”, como mostra Mignolo: “el continente americano existe solo como una consecuencia de la expansion colonial europea y los relatos de esa expansion desde el punto de vista europeo, es decir, la perspectiva de la modernidad.” (MIGNOLO, 2007, p.16). Nesse sentido, a escravização, a exploração e o

genocídio fazem parte dessa modernidade e da colonialidade, por isso a modernidade deve ser compreendida como uma construção europeia da história que favoreceu e favorece seus interesses de dominação.

O capital tornou-se capitalismo quando a retórica da modernidade concebeu as mudanças radicais na apropriação da terra, a exploração do trabalho e a produção de matérias-primas em larga escala como parte do progresso da humanidade (no século XX). XVIII, Adam Smith foi o primeiro a formular uma teoria da economia política baseando sua abordagem nos circuitos comerciais da Atlântica). As consequências da conversão do capital em capitalismo foram a desvalorização da vida e a naturalização da ideia de que a vida humana é dispensável. Assim começou um tipo de racismo que sobreviveu até hoje, como se vê no tratamento que os migrantes na Europa e nos Estados Unidos recitam na dispensabilidade da vida para os habitantes do Iraque. (MIGNOLO, 2007, p.54, tradução nossa).<sup>2</sup>

Coronil (2005, p.52) acrescenta que “(...) a Europa concebeu a si mesma como o padrão da humanidade como portadora de uma religião, uma razão e uma civilização superiores encarnadas pelos europeus”. O controle do mundo não poderia ser efetivo apenas pelo âmbito da economia, sem o controle das subjetividades: “Seria difícil controlar el mundo solo economicamente, sin el control del conocimiento y de la subjetividade que justifica el control de los outros niveles” (MIGNOLO, 2008, p. 10).

Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do planeta. Desde então, permeou todas e cada uma das áreas da existência social, constituindo a forma mais efetiva de dominação social, tanto material quanto intersubjetiva. Portanto, "colonialidade" não se refere apenas à classificação racial. É um fenômeno abrangente, pois é um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, autoridade coletiva, trabalho, subjetividade/intersubjetividade e produção de conhecimento a partir de dentro, desses relacionamentos intersubjetivos. Em outras palavras, todo controle sobre sexo, subjetividade, autoridade ou trabalho é expresso em conexão com a colonialidade. (LUGONES, 2014, p.18, tradução nossa).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> El capital se transformo en capitalismo cuando la retorica de la modernidad concibio los cambios radicales en la apropiacion de la tierra, la explotacion de la mano de obra y la produccion de materias primas a gran escala como parte del progreso de la humanidad (en el siglo XVIII, Adam Smith fue el primero en formular una teoria de la economia politica basando su planteo en los circuitos comerciales del Atlantica). Las consecuencias de la conversion del capital en capitalismo fueron la devaluacion de la vida y la naturalizacion de la idea de que la vida humana es prescindible. Asi se iniciò un tipo de racismo que ha sobrevivido hasta nuestros días, como se observa en el trato que recibe los inmigrantes en Europa y Estados Unidos en la prescindibilidad de vida de los habitantes de Irak.

<sup>3</sup> Con la expansión del colonialismo europeo, la clasificación fue impuesta sobre la población del planeta. Desde entonces, ha permeado todas y cada una de las áreas de la existencia social, constituyendo la forma más efectiva de la dominación social tanto material como intersubjetiva. Por lo tanto, “colonialidad” no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, la subjetividad/intersubjetividad y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas. Para decirlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad o el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad.



Para que seja possível compreender o colonialismo, seus múltiplos modos de agir, e as formas como se efetiva de modo coercitivo sobre a população que não representa o padrão de poder supracitado, faremos um panorama utilizando autores que explicam como cada um desses modos de exclusão se desenvolve, ressaltando que neste trabalho optamos por problematizar a questão do preconceito racial, abordando-a por uma análise da modalidade argumentativa polêmica.

Inicialmente abordamos o termo *colonialidade* do poder, cunhado por Quijano (2005), que representa o pressuposto fundamental no desenvolvimento deste trabalho, visto que, segundo o autor, foi na colonização - no colonialismo - que a discriminação racial negra teve origem e é através da colonialidade que ela se sustenta ainda na contemporaneidade. Em seguida, partindo do que aborda Fanon (2005; 2008) sobre como a colonialidade atua no campo psicológico dos indivíduos, influenciando-os de modo a querer ser o outro, processo ao qual o autor denomina esquizofrênico, que faz com que o negro negue a si mesmo e se autoafirme branco, para adentrar o mundo do colonizado. Demostramos, com base nas autoras descoloniais Cunha (2012) e Crenshaw (2004), o processo de violência sofrido pelas mulheres em meio ao domínio do colonialismo desde seu princípio e após a independência, as autoras também defendem que é importante destacar que a violência de gênero sofrida pela mulher negra é divergente da que a mulher branca sofre, a violência contra a negra é tanto de raça quanto de gênero. Mostramos que a violência tem um caráter não só físico, mas psicológico, que se efetiva por meio de padrões naturalizados socialmente. Mignolo (2008) atenta para uma epistemologia dominante no campo do conhecimento, determinando os que detêm o saber, e para quem ele é legitimado.

### **3.1 A ideia de raça como base para a naturalização da discriminação racial**

O colonialismo, segundo os autores supracitados, é um sistema dominante que perpassa os mais variados âmbitos da sociedade. Quijano (2005) afirma que a colonialidade do poder parte da constituição de um poder mundial capitalista moderno/colonial e eurocentrado, que é legitimado pela criação da ideia de raça, biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. A partir disso, instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados, que persiste firme, mesmo após a colonização. O autor destaca que:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (QUIJANO, 2005, p. 117)

É pertinente destacar que a ideia de raça pode ter surgido em razão das diferenças fenotípicas, mas seu surgimento tem como intenção principal promover uma classificação que torna um povo superior ao outro, a população branca superior à população negra, o que legitima a inferioridade e a subordinação do povo colonizado, considerado como inferior. Para conquistar essa legitimidade, o conceito segregador da ideia de raça é fundamentado em bases teóricas para conseguir validação:

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A criação do conceito de raça é a base que legitima todas as formas de dominação sobre os povos colonizados. Quijano (2005) destaca que o colonialismo colocou a Europa como centro do mundo, criando um eurocentrismo que surgiu com a colonização e permanece até os dias atuais, caracterizado como marca de poder hegemônico. Lugones (2014) ressalta que a ideia de raça foi fundamental para a classificação de raças superiores a outras:

A colonialidade do poder introduz a classificação social universal e básica da população do planeta em termos da ideia de "raça". A invenção da "raça" é uma reviravolta profunda, para girar o centro, uma vez que reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação. Reconhece a humanidade e as relações humanas através de uma ficção, em termos biológicos. (LUGONES, 2014, p.13, tradução nossa)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> La colonialidad del poder introduce la clasificación social universal y básica de la población del planeta em términos de la idea de 'raza'. La invención de la 'raza' es un giro profundo, um pivotear el centro, ya que reposiciona las relaciones de superioridad e inferioridad establecidas a través de la dominación. Reconoce a la humanidad y a las relaciones humanas a través de una ficción, em términos biológicos.

A Europa como centro capitalista mundial que colonizou o resto do mundo, a partir dessa base biológica criada na colonização, classificou a população da América e do mundo nesse novo padrão de poder, de superioridade e inferioridade. Esse padrão é naturalizado por todos e cria identidades novas; hierarquias, papéis sociais e lugares que antes eram definidos geograficamente passam a ser definidos através da classificação de raça.

De um modo mitológico, entendeu-se que a Europa, como centro capitalista mundial que colonizou o resto do mundo, preexistia o patrono capitalista mundial do poder e, como tal, constituía o momento mais avançado no curso contínuo, unidirecional e linear da espécie. Segundo uma concepção de humanidade que se consolidou com esta mitologia, a população mundial diferia em dois grupos: superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno. (LUGONES, 2014, p.20, tradução nossa).<sup>5</sup>

Bobbio (2002, p.128) destaca três categorias fundamentais para compreender a ideologia racista, a primeira delas é a de que a humanidade está dividida em raça a partir de critérios biológicos e culturais. A segunda é o fato de que, pelo fato de existirem diferentes raças, umas são consideradas superiores e outras inferiores, sem que haja critérios com base nos quais pode se estabelecer com convicção a superioridade de uma raça à outra. E, em razão disso, os critérios mudam frequentemente, variando entre estéticos, intelectuais e morais, dentre os quais “bonito e feio”, “inteligentes e não inteligentes”, “bom ou mau”. Por fim, a terceira categoria, através do pressuposto de raças superiores e inferiores, legitima a dominação da raça superior extraindo todas as vantagens possíveis.

Com fundamento nas bases epistemológicas das autoras e dos autores supracitados, compreendemos que esse padrão de poder é vasto e subjetivo. Por reconhecermos a sua subjetividade, neste trabalho, nosso foco é no padrão de poder racial, que separa negros e brancos na sociedade brasileira. Para tanto, desenvolveremos as análises de textos que apresentam características argumentativas do preconceito racial sob a influência da colonialidade do poder.

### **3.2 A naturalização do preconceito a partir do conceito de raça e o contexto brasileiro**

---

<sup>5</sup> De un modo mitológico, se entendió que Europa, como centro capitalista mundial que colonizó al resto del mundo, preexistía el patrono capitalista mundial del poder y, como tal, constituía el momento más avanzado en el curso continuo, unidireccional y lineal de las especies. Según una concepción de humanidad que se consolidó con esta mitología, la población mundial difería en dos grupos: superior e inferior, racional e irracional, primitivo y civilizado, tradicional y moderno.

Fanon (2005) reflete acerca da relação entre colonizador e colonizado a partir do princípio de que um sustenta o outro, numa relação baseada por uma disputa de poder e dominação, em que o colonizado tenta reproduzir a situação de colonial e não erradicá-la. O mundo do colonizador é a única referência do colonizado, que deseja chegar ao seu lugar, na busca da inversão de papéis, de transformar o inferno que vivem no inferno do branco. É nesse sentido que Fanon afirma que o olhar do colonizado reflete o olhar do colonizador.

Fanon (2008) discute acerca de uma naturalização que inferioriza os povos colonizados e superioriza os colonizadores, naturalização que tem como fundamento o conceito de raça. Essa concepção por parte tanto dos colonizadores quanto do povo colonizado faz com que o indivíduo pertencente à população dita inferior negue a si mesmo e aos seus semelhantes na busca de tornar-se o outro, de tornar-se o branco europeu, a partir dos seus modos de ser, de pensar, de agir e se relacionar. Fanon (2008), com elementos do campo da psicanálise, apreendidos na sua formação, em sua obra “Pele negra, máscaras brancas”, busca mostrar a realidade do negro antilhano na França, a partir da maneira como busca incansavelmente se tornar o branco francês. A ambição do negro antilhano em se transformar no próprio branco e negar a todo custo suas origens se realiza por diferentes frentes, uma delas é pela tentativa do embranquecimento da população negra por meio do relacionamento afetivo com brancos para a procriação. Essa é a intenção que fica evidente no seguinte trecho:

Antes de mais nada temos a negra e a mulata. A primeira só tem uma perspectiva e uma preocupação: embranquecer. A segunda não somente quer embranquecer, mas evitar a regressão. Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? Pois é preciso compreender, de uma vez por todas, que está se tentando salvar a raça. (FANON, 2008, p. 62)

Ainda, segundo Fanon (2008), essa atitude perpassa o psicológico do indivíduo, por meio de uma manipulação branca:

Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. Assim, fomos levados a considerar a alienação deles conforme descrições psicanalíticas. O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo neurótico obsessivo, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação. (FANON, 2008, p. 66)

Como é evidenciado no trecho supracitado, o processo de inferiorização do negro em relação ao branco atinge o domínio do patológico, pois parte de um processo de reciprocidade, numa relação de reforço mútuo do preconceito, em que o negro se acha inferior e o branco

superior, e ambos reafirmam essa concepção de si e do outro. Visto que, ao mesmo tempo em que o negro é inferiorizado pelo branco, ele aceita essa inferiorização e reforça a superiorização do branco, que se sente superior. A partir da negação de si mesmo, o negro desvaloriza as suas raízes, seus costumes e cultura, indo de encontro ao desejo do branco, sem questionar ou refletir. Assim, naturalizam-se os preconceitos e violências promovidas pelo branco. Nesse processo o indivíduo não se reconhece, como aponta Quijano (2005):

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p. 130)

Não sabemos mais quem somos, negamos a nossa cultura, as nossas características físicas, na busca incessante de ser o que não somos, no intuito de embranquecer. Desse modo, não enxergamos as problemáticas do nosso contexto e, portanto, não temos como transformar a realidade. A criação do conceito de raça foi determinante para o surgimento de todos esses preconceitos separatistas, e dos rótulos que determinam o que é bom e o que é ruim, o que é válido e inválido. “Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p.118).

Munanga (2004) discorre acerca da naturalização e da obsessão pelo branqueamento discutida por Fanon (2008) na França, para comparar com o contexto brasileiro. O autor aponta que é difícil denominar e caracterizar o negro no Brasil, visto que, no país, alimentou-se o desejo pelo branqueamento. Nesse sentido, a questão da identidade no país é um processo doloroso. Como evidencia o autor, “os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico” (Munanga, 2004, p. 52), o autor defende que mesmo aqueles que não possuem traços de aparência negra, podem ainda assim ser considerados negros, a se definir pela sua descendência. Defende ainda que o preconceito racial encontra-se no cerne das vivências do negro, num processo que se passa fora dele, na sociedade, mas que também se passa dentro dele. Ou seja, dos outros com ele e dele com ele próprio.

Munanga (2009) afirma que o racismo é uma ideologia e que, para uma ideologia ser reproduzida, é necessário que as próprias vítimas a aceitem, reforçando-a e naturalizando-a. Além das próprias vítimas, esse processo ganha força com os outros indivíduos que se acham

superiores aos outros, e que têm por direito ocupar os melhores lugares na sociedade. Só assim, segundo o autor, o racismo pode se afirmar como ideologia, pois, segundo o autor, há negros que naturalizaram a sua inferiorização, alienando a sua humanidade, por acreditarem que o branco é superior e que tem todo o direito de ocupar lugares de destaque e comando na sociedade, assim como tem brancos que se consideram superiores por natureza e só eles podem ocupar lugares privilegiados. Munanga (2009) destaca o papel da educação para a libertação dos preconceitos no povo brasileiro, defende que é preciso primeiro aceitar que é preconceituoso e só depois desnaturalizar essas concepções.

O preconceito racial é um processo complexo de se compreender e de transformar, pois parte do branco para o negro e do negro como ele próprio. Explica Munanga (2009) que, quando nos referimos a um negro, chamando-o de negro, ele pode se sentir ofendido, sendo mais confortável chamá-lo de moreno. Mas o autor defende que, em se tratando dele próprio, apesar de ter um nome, uma identidade, não se importa de ser chamado de negro, pois não quer que tentem branqueá-lo, chamando-o de moreno.

Munanga (2009) discorre acerca de um racismo velado, em que o brasileiro não se considera racista, mas pratica o racismo no pensar e no agir diariamente. O autor cita uma pesquisa realizada pela folha de São Paulo, em 1995, em que mais de 80% da população, quando indagada sobre a existência do racismo no país, afirmou que ele de fato acontece. Mas, quando indagada sobre já ter praticado atos racistas, responderam que não. Desse modo, temos uma problemática que se desdobra em um país racista em que sua população não se assume racista. O racismo vem sempre do outro, não de mim para com o outro, a vítima é culpabilizada pela discriminação sofrida, o preconceituoso ofende e, em seguida, a pessoa diz que não teve intenção e que a vítima é que é complexada. A esse processo, Munanga (2009) denomina de “crime perfeito”.

### **3.3 A Dominação Branca**

Bento (2002) aborda as dimensões que tornam possível nomear traços do reconhecimento da identidade do branco brasileiro a partir do branqueamento, o que denomina branquitude. Segundo a autora, o branco brasileiro aparece como padrão ideal de humanidade, um alvo superior que deve ser alcançado pelos outros grupos sociais que estão fora desses padrões. A elite branca criou essa concepção de branqueamento e culpa o negro por isso. Por uma apropriação simbólica, o branco colocou-se como superior aos demais e usa dessa artimanha para legitimar a sua supremacia em todos os âmbitos: econômico, político e social.

Por outro lado, para essa autoafirmação, o branco criou um imaginário sobre o negro que o coloca num patamar inferior e negativo, implicando na autoestima do negro, culpabilizando-o pela violência que sofre e justificando as desigualdades sociais.

A autora faz uma crítica à falta de reflexão em relação ao papel do branco nas desigualdades raciais e a ausência dessa ponderação só reforça a atribuição da responsabilidade que se faz ao negro pelas desigualdades sociais no Brasil. Por isso, a importância de reconhecer o papel do branco para a criação e para a manutenção das desigualdades, razão por que este também ser estudado e não só o negro. Não discutir sobre o papel do branco nesse contexto de discriminação é também não focalizar nas diferentes dimensões do privilégio, pois, mesmo não tendo recursos econômicos, ainda assim o branco tem o privilégio simbólico da brancura. A justificativa de concentrar o debate na questão da classe social é uma maneira de desvincular a categoria raça do debate, visto que a posição social não exclui o racismo.

Bento (2002) ressalta que, mesmo com o fato de todos os dados estatísticos comprovarem a diferença de acesso à saúde, à educação e ao trabalho entre negros e brancos pobres, nos quais o negro encontra uma dificuldade muito maior em relação ao branco, ainda assim teimam em relacionar a problemática da discriminação apenas com a classe social. Sendo assim, podemos considerar que esta é uma das dimensões, porém não a mais importante a ser considerada. Para a autora, o legado de escravidão é algo que o país não quer discutir, visto que os brancos saíram desse processo com uma herança simbólica muito positiva. E o fato de ter se apropriado durante quatro séculos do trabalho de outro grupo é mantido em silêncio, não há intenção de se discutir isso, pois isso implicaria assumir as dívidas com o negro, prestar contas, indenizá-los e compensá-los. São os interesses econômicos que prevalecem. Em razão disso, a autora ressalta que as políticas afirmativas são classificadas como protecionistas, responsáveis por premiar a incompetência negra, que não seria capaz de atingir seus objetivos sem um certo incentivo ou sem a solidariedade e os meios facilitadores. Citando Denise Jodelet (1989 apud Bento, 2002, p. 3), para destacar que “políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes”.

Para Cardoso (2010), a branquitude é a identidade branca que se constrói e se reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global. Citando o autor Steve Biko como um dos percussores na análise da identidade racial branca, nos anos 1960 e 1970, que refletiu a respeito da branquitude sul africana, Cardoso reflete acerca do debate entre a classificação de raça e cor no Brasil. O autor ressalta duas perspectivas: 1) Não existiria racismo no Brasil, o que existiria era apenas o preconceito de cor. 2) O preconceito de cor seria na

verdade uma expressão implícita do preconceito de raça, levando ao racismo e à desigualdade racial.

O autor faz uma crítica às teorias antirracistas por restringirem-se a pesquisar o oprimido deixando de lado o opressor. Desse modo, entende-se que o oprimido é responsável pela opressão sofrida. Defende o autor que é preciso pesquisar tanto o universo do branco quanto o do negro, não só a branquitude e a negritude, mas a relação entre os dois. Cardoso (2010) discute a respeito da definição de brancura e branquitude: brancura como as características físicas do indivíduo branco, e branquitude como identificação e autoafirmação, ou seja o indivíduo pode identificar-se branco mesmo sem o ser. A branquitude crítica é aquela pertencente a indivíduos de grupos de brancos que desaprovam publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, a branquitude acrítica seria a identidade branca individual ou coletiva que argumenta em prol da superioridade racial. Porém a branquitude acrítica pode não se considerar racista por considerar que a superioridade branca é inquestionável. A branquitude crítica/ o branco antirracista vive um conflito de pertencer a um grupo opressor e ao mesmo tempo lutar contra a opressão. Segundo Memmi (2007, p.47), o indivíduo que pertence ao grupo branco opressor obtém privilégios, ainda que seja contra a opressão. Para haver uma mudança efetiva sobre a discriminação racial, é importante que ocorra uma transformação do posicionamento do branco, que seja além do campo das ideias e alcance as atitudes críticas contra a dicotomia negro e branco. Essa análise torna-se importante neste estudo para alicerçar nosso olhar sobre as exemplos encontrados.

### **3.4 A discriminação na interseccionalidade de raça e gênero**

Cabe destacar que, neste tópico, optamos pelos autores e autoras descoloniais para situar também a questão de gênero e não utilizamos outras autoras que também abordam o assunto gênero, pelo fato de nosso foco se deter sobre a discriminação sofrida pela mulher negra, que é diferente da que sofre a mulher branca. Trata-se de uma perspectiva interseccional, em que a violência é dupla, tanto de raça quanto de gênero. Uma das formas de exclusão da colonialidade do poder se dá pelo preconceito de gênero, que coloca a mulher numa posição de inferioridade e de submissão ao homem. As raízes dessa concepção socialmente naturalizada surgiram desde a criação da sociedade colonial patriarcal, resultando numa dicotomização entre mulheres e homens. Chiziane (2013, p. 199) destaca que os problemas de desvalorização da mulher surgem



desde o princípio da vida por meio de mitos sustentados com base na divindade, que mascararam uma ideologia de poder, garantindo ao homem uma posição hierárquica superior – motivo pelo qual a autora explica que as diferenças de gênero existem desde antes dos colonizadores, mas as práticas coloniais intensificaram e demarcaram relações de poder ainda mais complexas.

Na obra *Mulher, Raça e Classe*, Angela Davis (2003) realiza uma análise interseccional e crítica da história das mulheres e da relação entre os senhores e os negros e negras no período escravocrata, nos Estados Unidos do século XIX e início do XX, refletindo sobre o lugar, as lutas e a vida dessas mulheres, suas lutas na busca pela abolição da escravatura e pelo voto. A autora reflete acerca do período escravocrata em que os corpos das mulheres negras eram vistos pelos patrões como propriedade, e, em razão disso, acreditavam que poderiam fazer o que quisessem com elas. “A escravatura confiou tanto na rotina do abuso sexual quanto confiou no espancamento e no chicotear.” (Davis, 2003, p. 128). Mas, ainda assim, essa questão nunca foi exposta na literatura tradicional sobre a escravatura:

Apesar do testemunho dos escravos sobre a alta incidência de violação e coação sexual, a questão do abuso sexual foi tudo menos posta a descoberto pela literatura tradicional sobre a escravatura. Algumas vezes até foi assumido que as mulheres escravas acolhiam e encorajavam as atenções sexuais dos homens brancos. O que aconteceu entre eles, então, não foi exploração sexual, mas antes “miscigenação”. (DAVIS, 2003, p. 26)

A ideia historicamente construída de abuso sexual de mulheres negras como algo institucionalizado e naturalizado se tornou tão forte que persiste mesmo após a escravidão ter sido abolida. Estereótipos que caracterizam a mulher negra como promíscua e imoral permanecem na atualidade, concepções sobre as quais discorre, também, Lugones (2014):

Historicamente, a caracterização de mulheres européias brancas como sexualmente passivas e frágeis física e mental colocava-as em oposição a mulheres colonizadas, não brancas, incluindo mulheres escravas, que, por outro lado, eram caracterizadas ao longo de uma série de perversões e agressão sexual e, também, considerada forte o suficiente para realizar qualquer tipo de trabalho. (LUGONES, 2014, p. 37, tradução nossa)<sup>6</sup>

A autora define colonialidade do poder como

---

<sup>6</sup> Históricamente, la caracterización de las mujeres europeas blancas como sexualmente pasivas y física y mentalmente frágiles las colocó en oposición a las mujeres colonizadas, no-blancas, incluidas las mujeres esclavas, quienes, en cambio, fueron caracterizadas a lo largo de una gama de perversión y agresión sexuales y, también, consideradas lo suficientemente fuertes como para acarrear cualquier tipo de trabajo.

(...) a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de compreender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação à violência que é sistematicamente infligida às mulheres negras, ou seja, mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero. (LUGONES, 2008, p.73, tradução nossa)<sup>7</sup>

Para Lugones, é preciso considerar a interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade nos movimentos feministas, compreendendo que a mulher negra sofre preconceito de maneira distinta da mulher branca. A colonialidade do poder é inseparável da colonialidade de gênero.

Crenshaw (2004) tenciona com seus trabalhos uma reflexão sobre como a colonialidade, a partir da segregação de raças, o que está diretamente relacionado com o preconceito de gênero. Para caracterizar essa afirmação, cunhou o termo interseccionalidade de raça e gênero. Esse conceito explica que a discriminação abrange múltiplas vertentes, e existe não apenas em relação ao indivíduo negro, mas que é mais potente e violento quando sofrido pelas mulheres negras, sendo, inclusive, mais recorrente do que com o homem negro. A autora defende que a discriminação precisa ser vista a partir do seu caráter interseccional, de raça e gênero. Para que a mudança e o combate ao preconceito tenham um caráter interseccional, é preciso que essa perspectiva seja percebida a partir da sua complexidade e nas subjetividades do cotidiano, como observa Crenshaw (2004):

A prática dos direitos humanos no campo do gênero, por exemplo, desenvolveu-se afirmando que “os direitos humanos são direitos das mulheres” e que “os direitos das mulheres são direitos humanos”. Isso reflete o fato de que, tradicionalmente, o entendimento era que quando as mulheres vivenciavam situações de violação dos direitos humanos, semelhantes às vivenciadas por homens, elas podiam ser protegidas. No entanto, quando experimentavam situações de violação dos direitos humanos diferentes das vivenciadas pelos homens, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam exatamente o que fazer. Se uma mulher fosse torturada por suas crenças políticas da mesma maneira que um homem, esse fato podia ser reconhecido como uma violação dos direitos humanos. Se ela fosse estuprada ou forçada a engravidar ou a se casar, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam como lidar com esses fatos, porque eram especificamente relacionados a questões de gênero. (CRENSHAW, 2004, p.09)

É preciso compreender as diferenças de discriminação e violência sofridas por mulheres e homens: ambos sofrem tipos específicos de exclusão na sociedade, porém não há entendimento por parte das políticas públicas, que continuam agindo de maneira generalizante, sem perceber as subjetividades do preconceito em acontecimentos específicos. No contexto do

---

<sup>7</sup> la interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género.

trabalho, como nas indústrias, Crenshaw (2004) traz o exemplo da General Motors para explicar a segregação de pessoas pela sua raça e pelo seu gênero:

Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. O problema é que o tribunal não tinha como compreender que se tratava de um processo misto de discriminação racial. O tribunal insistiu para que as mulheres provassem, primeiramente, que estavam sofrendo discriminação racial e, depois, que estavam sofrendo discriminação de gênero. Isso gerou um problema óbvio. Inicialmente, o tribunal perguntou: “Houve discriminação racial?” Resposta: “Bem, não. Não houve discriminação racial porque a General Motors contratou negros, homens negros”. A segunda pergunta foi: “Houve discriminação de gênero?” Resposta: “Não, não houve discriminação de gênero”. A empresa havia contratado mulheres que, por acaso, eram brancas. (CRENSHAW, 2004, p.10)

Como exposto, com base na ideia criada pela colonização de raças superiores e inferiores, as indústrias excluíaam todos aqueles que faziam parte da raça negra, considerada inferior. Crenshaw (2004) denomina o preconceito de raça e gênero como sobreposições. No caso supracitado, as mulheres negras se viram diante da situação de ter sofrido uma discriminação racial baseada unicamente nas experiências de homens afro-americanos e uma discriminação de gênero baseada unicamente nas experiências de mulheres brancas (CRENSHAW, 2004). A visão tradicional, baseada em padrões do colonialismo, opera no sentido de excluir as sobreposições da discriminação, desconsiderando o caráter interseccional do preconceito.

Cunha (2012) discute acerca da invisibilização de mulheres no período de lutas pela independência, buscando dar voz a elas e às suas vivências. A autora critica os feminismos eurocêntricos de autores que negligenciam particularidades das mulheres negras. Através de um feminismo descolonial, a autora busca contar a história dessas mulheres, personagens do período de lutas a partir de um novo olhar, de novas narrações e histórias. Com isso, intenta romper e modificar a forma com que se defende o feminismo de um modo generalizante e eurocentrado, negligenciando características que são particulares das vivências de mulheres colonizadas e negras. Cunha (2012) questiona o tipo de igualdade buscada, que possui em seu cerne a desigualdade, visto que generaliza as lutas das mulheres na sociedade, sem que haja uma distinção ou atenção ao particular de cada mulher e de seus distintos contextos históricos

e sociais. Nesse sentido, a autora defende que é preciso reavaliar o feminismo que se propõe atualmente.

Cunha (2012) defende um feminismo plural, que considere as multiplicidades de cada contexto de luta feminino, que não se faça a partir de uma única matriz sociológica, mas que permita dar visibilidade às subjetividades:

Proponho que a matriz de uma crítica feminista pós-colonial se alimente e se alicerce nas narrativas às quais preside uma pragmática de resistência e uma energia, vitalidade e sabedoria própria de uma lógica de matrimônio que é a que cria alianças e redes, em detrimento da racionalidade do patrimônio, que privilegia a propriedade e a exclusividade. Esta orientação teórica dá espaço a perguntas silenciosas e a subjetividades transgressivas que desocultam uma visão de feminilidade que não se esgota nas visões feministas dominantes no mundo contemporâneo e gera consciências e conhecimentos insurgentes das muitas mulheres-do-mundo-ex-colonizado. (CUNHA, 2012, p.70).

É necessário dar vozes e visibilidade ao que foi invisibilizado e ocultado pela colonização e que, mesmo após o seu fim, ainda persiste invisível por esses padrões. Trata-se de mostrar o que permanece oculto para a história e para a sociedade. Neste sentido, a invisibilização causada ao longo da história aos povos colonizados ainda é muito preponderante, de acordo com os autores e autoras abordados. Sendo assim, destacamos a importância de conhecer essa perspectiva ao realizarmos as análises dos exemplos encontrados.

### **3.5 Uma epistemologia descolonial**

O pensamento dos autores e das autoras aqui retomados nos mobilizam a investigar a maneira como a colonialidade faz parte de um sistema mundo e de como ela influencia os mais subjetivos contextos de vida cotidiana. Reconhecendo isso, buscamos promover uma reflexão e uma discussão sobre uma proposta de descolonização de todos os âmbitos e vertentes.

Partindo dessa concepção de reconhecimento do colonialismo no nosso dia a dia, os autores propõem que se pense em uma descolonização em todos os âmbitos. Neste trecho, apresentaremos o que se refere à colonialidade do saber, explicada por Porto-Gonçalves (2005) como:

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos

mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.03)

O pensamento que é validado é o que vem da Europa, mesmo compreendendo que em qualquer lugar é possível um pensamento se desenvolver, o único lugar que possui legitimidade para promover um modo de pensar e uma adequação desse tal modo é a Europa, concepção historicamente construída e que prevalece até os dias atuais. Essa organização epistemológica impede que possamos compreender o mundo particular que não se adéqua aos conceitos de mundo do europeu. Por isso, Mignolo (2008) propõe uma descolonização do conhecimento, como uma maneira de desobediência à ordem à qual somos impostos, visto que nos baseamos numa matriz epistemológica fundamentalmente eurocentrada.

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (por exemplo, veja o que acontece agora nas universidades chinesas e na institucionalização do conhecimento). Pretendo substituir a geo-e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). (MIGNOLO, 2008, p.290)

Mignolo (2008) propõe uma desvinculação de conceitos com base eurocentrada que são naturalizados e legitimados e que não correspondem ou se adéquam às realidades particulares. O autor propõe uma opção descolonial de saberes, promovendo um modo de olhar para além do que é imposto e naturalizado como válido, tencionando tornar válido e legítimo o conhecimento dos que foram sempre considerados como incapazes de produzir conhecimento. Segundo o autor, não se pode produzir conhecimento daquilo que não foi vivenciado, daquilo que não se conhece, e fazer isto implica em uma violência epistemológica. O intuito é o de validar cultura, costumes e subjetividades que foram ao longo da história invalidados por uma lógica colonial. O autor parte do princípio de que não é preciso e não se deve excluir pressupostos teórico-metodológicos já consolidados, de origem colonial, mas, sim, promover uma nova construção epistemológica oriunda de perspectivas do povo colonizado, das suas especificidades, realizando um diálogo frutífero entre perspectivas, sem que haja uma inclusão de maneira excludente, deve-se buscar novas respostas e opções epistemológicas de entender as múltiplas realidades, sem generalizações e sem uma inversão de papéis em que o oprimido toma o lugar do opressor. Como aponta Santos (2009), a epistemologia é criada a partir das experiências sociais. Sendo assim, é pertinente a existência de várias epistemologias:

Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 9).

Portanto, é coerente afirmar que os conhecimentos não são restritos a um único tipo de definição, tampouco se pode adaptar um conhecimento originário de uma determinada experiência social a todas as outras vivências e sentidos de vida e sociedade. Por isso, é tão importante que a produção do conhecimento respeite as especificidades de cada experiência e seja produzido a partir da particularidade delas.

Mama (2010) discute acerca de um conhecimento homogeneizado, de origem eurocentrada. Tece, com isso, uma reflexão em relação à ética na produção do conhecimento, para discutir que todo conhecimento que é produzido sobre o continente africano é vindo de fora dele. Comprova, como base em dados estatísticos, que o continente africano tem uma porcentagem mínima de publicações científicas, fato que tem origem na forte exclusão e resistência em conseguir aceitar a produção de conhecimentos vindos da África.

É claro que os levantamentos quantitativos internacionais daquilo que se publica não incluem a totalidade da pesquisa realizada e passada a escrito pelos autores africanos. Há, por certo, muitas teses que não chegam a ser publicadas e há, presentemente, muitos trabalhos que são encomendados fora das instituições acadêmicas. Existe em África muita massa cinzenta para explorar, desenvolver e difundir, e existe também uma clara tradição de questionamento não só da definição de 'ciência' mas também do controle do acesso exercido pela indústria global da edição. (MAMA, 2010, p.606)

Segundo a autora, essa desigualdade de produção do conhecimento é fruto de uma realidade material caracterizada por desigualdades institucionais e financeiras - situação que tem como pressuposto o padrão de poder colonial e patriarcal que exclui intelectuais de todo o mundo e impede que o potencial intelectual dos africanos chegue a se realizar (IBID, p.606). Tudo que é afirmado sobre a África é produzido no ocidente, conceitos são criados e adaptados ao contexto africano de forma generalizante.

O colonialismo cindiu o mundo em dois, a partir da ideia de espécies diferentes. O mundo é fragmentado entre os que fazem parte da raça branca e os que não fazem parte. Dá-se uma naturalização da desigualdade e da inferioridade, em que o futuro do indivíduo é determinado pela sua cor. Esse padrão define e demarca papéis na sociedade, em que o branco e o negro têm um destino predeterminado:

[...] Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. (FANON, 2005, p. 62)

A criação da ideia de raça permanece viva e é base para que sejamos expostos aos mais variados preconceitos e dicotomias. Esta é a razão pela qual estamos relacionando esses estudos à abordagem da argumentação polêmica. Assim também acontece com a naturalização desses padrões estabelecidos no período da colonização, que permanecem mesmo após a independência dos povos colonizados. Por isso, buscamos analisar, através dos discursos como essa subalternização ocorre, e como os indivíduos naturalizam o preconceito racial. Como já dito, nossa intenção neste capítulo foi apresentar um panorama das múltiplas maneiras de o colonialismo influenciar na nossa vida cotidiana. Como já mencionado, pretendemos abordar a questão social da discriminação racial por meio de uma metodologia que tem como base uma abordagem linguística, por isso, no próximo capítulo apresentamos a proposta de Amossy, no que concerne à argumentação no discurso, para depois chegarmos à modalidade argumentativa polêmica, a qual norteou e orientou nosso recorte metodológico neste trabalho.

## **4. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO**

### **4.1 O discurso nas teorias da argumentação**

Neste capítulo, explicaremos a proposta de Amossy no que se refere à compreensão de argumentação no discurso, com o intuito de uma apresentação dessa proposta para explicar como chegamos à abordagem da modalidade de argumentação polêmica, que será a teoria fundamental na realização deste trabalho. A autora realiza uma discussão acerca de uma integração entre a análise do discurso e a argumentação. Defende que há uma necessidade de a análise do discurso integrar a argumentação, assumindo-a como elemento que constitui o discurso. Amossy (2016) parte do pressuposto de que toda fala exerce alguma influência nos modos de ver e de pensar, mesmo aquela que não ambiciona convencer. A troca verbal funciona a partir de um jogo de influências mútuas, sempre tentando agir sobre o outro. Sendo assim, afirma que todos os discursos são argumentativos, em oposição ao que defende a retórica clássica de Aristóteles, que menciona apenas o jurídico, o deliberativo e o epidítico como argumentativos. A autora, ao propor essa teoria, busca delinear um quadro teórico e

metodológico que permita considerar a argumentação com seus quadros discursivos e analíticos nos estudos do discurso, que até então não a reconheceram, “valendo-se, para tanto, dos postulados da (Nova) Retórica e dos instrumentos metodológicos advindos, de modo mais amplo, das Ciências da Linguagem e, de modo mais específico, da Análise do Discurso de linha francesa” (MACEDO, 2017, p.18).

Amossy propõe, como solução para a integração das duas disciplinas, a análise do discurso e a argumentação, em vez de confusão, uma interdisciplinaridade, que possibilitaria análises e estudos mais frutíferos.

Nessa perspectiva, é natural que as interferências e as sobreposições entre as disciplinas se multipliquem - os integrantes da AD e da argumentação que fazem sem cessar incursão nos domínios dos quais são extraídos seus exemplos; os especialistas de outras disciplinas que tendem, mais frequentemente, a se situarem no âmbito da AD e da argumentação, para explorar seu corpus e responder às questões que ele suscita em seu próprio domínio. Em vez de ver aí uma confusão desagradável ou um embate inquietante de fronteiras, podemos nos alegrar por uma interdisciplinaridade que já muitas vezes mostrou-se profícua e que convém, para nós, desenvolver. (AMOSSY, 2016, p.141)

Segundo Amossy (2016), a análise do discurso e a teoria da argumentação ou da retórica, ao longo da história, nem sempre estiveram juntas. A persuasão era considerada mais intencional e pouco sensível e influenciada pelas determinações sociais e as relações de poder para os primeiros analistas do discurso. As primeiras tentativas de aproximação entre os dois campos de estudo, segundo a autora, datam dos primeiros artigos de Jakobson (1963), e a noção de argumentação foi solidamente introduzida no seio das ciências da linguagem pela corrente conhecida como Teoria da Argumentação na Língua, iniciada por Anscombre e Ducrot (1988), que se preocupa em mostrar como a orientação argumentativa dos enunciados determina o seu sentido. Essa perspectiva teórica considera a argumentação, nesse sentido, um elemento constitutivo da língua, e não do discurso. Essas perspectivas se interessam pela argumentação linguística como uma sequência de enunciados, desconsiderando o seu domínio persuasivo.

#### *4.2 A argumentação numa abordagem sociodiscursiva*

Para Amossy (2016), a abordagem sociodiscursiva é adotada por todos os analistas do discurso e se concentra para além de colocar em palavras os argumentos, pois busca também colocar em palavras as restrições institucionais, a carga ideológica e os jogos de poder.



A análise deve, assim, identificar os elementos constitutivos da argumentação discursiva, relacionando-os a uma situação de discurso, a referências de espaço e a um interdiscurso saturado de ideias recebidas e a argumentos pré-formados. Isto significa que a argumentação aparece como modelada pelas restrições sociais, e, por sua vez, modelando a sociedade. (IBIDEM, p.171)

A perspectiva discursiva parte do pressuposto de que a análise argumentativa deve partir dos elementos que a constituem a partir do contexto em que ela se efetiva, relacionando as ideias e argumentos construídos por interdiscursos sociais, em um processo dialógico em que a argumentação é modelada pelas restrições sociais, que ao mesmo tempo também modela a sociedade. Desse modo, o argumentador só pode exercer a sua vontade no espaço social e institucional em que se desenrola a sua fala. A argumentação exige uma adequação ao contexto para o qual ela se direciona. Diante disso, a fala se restringe a partir do meio, ainda que o argumentador não tenha essa noção, mesmo que essas regras sejam naturalizadas por ele. O questionamento nesse contexto é o de como se efetivam “as noções de visada, de projeto, de escolha, de estratégia, de livre adesão do auditório e, portanto, de agentividade, que estão nos fundamentos da argumentação retórica”. Segundo Charaudeau (2007, p. 15 apud AMOSSY, 2016, p. 172), apesar de a situação de comunicação sobredeterminar em parte os atores, é também condicionada por eles:

(...) também dá-lhes instruções de produção e de interpretação dos atos de linguagem" e é, portanto, "construtora de sentido", apesar disso, "todo ato de linguagem está sob a responsabilidade de um *sujeito*, que é, por sua vez, *restringido* pela situação e livre para proceder à colocação em discurso que ele julgará adequada a seu projeto de fala". À medida que a situação restringe a fala, também possibilita que se criem instruções de produção e de interpretação dos atos de linguagem.

Para Angenot (2012, p.67 apud AMOSSY, 2016, p. 172), apesar de se reconhecer a influência direta da sociedade sobre os indivíduos, em que estabelece os limites do pensável e do dizível, o indivíduo não está condicionado à sociedade, não é totalmente passivo. As determinações sociais não impossibilitam os sujeitos de exercerem uma troca de influências um sobre os outros, em um jogo de influências mútuas. Mas, ao mesmo tempo, os sujeitos também têm liberdade para fazer suas escolhas responsabilizando-se por elas. Dessa concepção, parte a agentividade do sujeito da retórica, em que os sujeitos são propensos a iniciativas de ação, de protagonismo, de influência sobre o real.

Segundo Amossy (2016), é pertinente afirmar que não haveria critérios de validade de raciocínio em que permitissem reconhecer o outro como irracional, mas racionalidades alternativas. Desse modo, seria necessário avaliar a partir dos sistemas de crenças e das formas de pensar vigentes no espaço do qual participa o discurso examinado.

Amossy reivindica uma análise do discurso que considere a interpretação de estratégias persuasivas. Para a autora, verificar a estrutura dos argumentos e os efeitos que as técnicas argumentativas surtem só faz sentido se o fizermos considerando a rede interdiscursiva e o contexto comunicacional em que eles operam. Por isso, sua proposta consiste em identificar, com base em traços linguísticos, quais os esquemas abstratos correspondentes aos tipos de argumento empregados (por analogia, por consequência, pela regra de justiça etc.). Mas, diferentemente de como procede a Nova Retórica, sua Teoria da Argumentação no Discurso cuida de explicar como os argumentos são colocados em discurso, ou como um dado discurso confere força aos argumentos selecionados, e vice-versa. (CAVALCANTE, 2016, p. 116).

Segundo Macedo (2017), Amossy realiza uma reconfiguração de princípios conceituais, a partir de uma abordagem languageira, comunicacional, dialógica e interacional, genérica, estilística e textual, e esses princípios motivaram uma reorientação dos estudos retóricos pela TAD, de Amossy.

### 4.3 O lugar da argumentação na análise do discurso

A argumentação no discurso que Amossy tenta desenvolver (a partir de 2000)<sup>8</sup> reivindica fortemente a herança retórica, em especial de Perelman, que retoma a visão da retórica como negociação da diferença, a partir da interação de indivíduos situados na sociedade e que são responsáveis por suas escolhas. A teoria da argumentação no discurso também toma emprestada a reflexão de Aristóteles, no que se refere a examinar o modo como os indivíduos interagem e como exercem influências mútuas, mobilizando todos os meios verbais: logos, ethos e pathos (AMOSSY, 2016, p.173). Segundo Cavalcante (2016), Amossy reivindica uma análise do discurso que considere a interpretação de estratégias persuasivas.

#### 4.3.1 Sujeito da TAD

Segundo Amossy (2016), Dominique Maingueneau, em sua obra *L'analyse du discours* (1991), definida como investigação do “dispositivo de enunciação que liga uma organização textual a um lugar social determinado”, foi um dos primeiros no campo francês a tentar pensar a argumentação dentro de um quadro de análise de discurso. Em um capítulo sobre a coerência discursiva, o autor coloca a argumentação como fator primordial. Porém a tentativa não se efetivou em seus trabalhos posteriores. Segundo Macedo (2017), um dos motivos pelos quais a

---

<sup>8</sup> Obra *L'argumentation dans le discours*

AD não prosseguiu a análise da argumentação nos discursos está em incompatibilidades epistemológicas existentes entre ela e a retórica, no que se refere às concepções de sujeito. A autora observa que o sujeito da AD francesa não governa o seu dizer, não é senhor de si, porque é dominado por uma formação discursiva que se materializa na língua. Orlandi (2005) justifica que não só a língua, mas a história exercem influência determinante sobre esse sujeito:

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (IBIDEM, p. 50).

Grigoletto (2005, p.01) destaca ainda que “O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido”. Dessa forma, ele enuncia a partir da ilusão de que é dono daquilo que fala, de que é ele quem escolhe e define seu discurso. Porém não percebe que, antes:

[...] ele é determinado tanto por seu lugar subjetivo possível naquele determinado momento de sua enunciação quanto por sua exterioridade, pela história que o atravessa, o que faz com que ele só tenha acesso a parte do que diz. Assim, dividido, o sujeito não tem como controlar os sentidos como um todo, pois eles podem sempre vir-a-serem outros na relação com o outro, nas variações do tempo e do espaço em que ocorrem as enunciações. (PATII, 2012, p.18)

Ainda nessa perspectiva, segundo Macedo (2017), o sujeito retórico é considerado um sujeito supremo e autônomo, dono de si e do seu discurso. Nesse sentido, ele se torna capaz de utilizar de maneira consciente a língua para persuadir outros sujeitos. Para a “AD francesa, não existe um sujeito que preexista ao discurso e que, portanto, o manipule; o sujeito é construído no e pelo discurso.” (IBIDEM, p.35)

Amossy (2016) destaca que as abordagens sensíveis à consideração da materialidade linguística ressaltam que os argumentos são construídos no discurso e que fazem sentido a partir do contexto comunicacional em que se efetivam, sendo preciso compreender como eles se organizam no texto mobilizando meios verbais, na tentativa de agir sobre o outro numa relação de troca, a partir das modalidades em que o discurso se situa no contexto sociocultural. Os argumentos devem ser analisados associados ao conjunto do discurso em que se constroem. Em um primeiro momento, o analista deve identificar a materialidade do discurso a partir de traços linguísticos e que se relacionam a um modelo conhecido. Segundo Amossy (2016), é assim que se torna viável reconstruir um esquema que se refere ao argumento por analogia (relação de semelhança), ao entinema, ao argumento por consequência, ou à regra de justiça. Após a

reconstrução do esquema, devemos partir para a compreensão de como ele é considerado por um discurso que lhe confere seu sentido e sua força. A autora ressalta que:

[...] não se trata de identificar e etiquetar os argumentos com a ajuda de taxonomia predefinida, muito menos de os avaliar, mas de ver como eles são colocados em discurso. **Nota-se que o *logos* como razão e discurso reencontra, neste procedimento, a sua unidade ideal.** É tendo em conta tanto esquemas de raciocínio (com os quais analistas de discurso não se importam muito), quanto os procedimentos materiais de colocar em discurso (os quais os teóricos da argumentação negligenciam) que é possível esclarecer as modalidades de uso da língua em situação referidas, integrando nisso seus objetivos de influência. (AMOSSY, 2016, p.171)

Entre os analistas do discurso, Amossy (2016) destaca que um dos mais próximos dessa possibilidade de uma integração da argumentação no discurso é Patrick Charaudeau a partir da “problemática da influência”. Para o autor, a argumentação se insere no domínio da influência, em que o indivíduo, a partir do seu discurso, influencia o outro. Suas análises sobre o discurso político partem sempre do pressuposto da argumentação no discurso como forma de impor sobre o outro a sua influência de modo coercitivo. A argumentação como o fazer acreditar, como convencimento, seria uma maneira de dominar o outro, sem que haja diálogo. Segundo Amossy, “para o mestre da análise do discurso, a argumentação permite, antes de tudo, gerar jogos de força, e colocar em evidência a relação do discurso com o poder” (AMOSSY, 2016, p.173).

Segundo Amossy (2016, p.173) é importante destacar que as tentativas de obter adesão não são características somente do discurso por finalidade em que as sequências argumentativas são claramente identificáveis. Amossy (2011) afirma que, a partir da sua obra *L’argumentation dans le discours* (2006), assumindo o pressuposto dialógico, ela amplia o conceito de argumentação na nova retórica, definida como a busca por “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, grifo dos autores), pela concepção de argumentação:

(...) como a tentativa de modificar, de reorientar, ou, mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. Essa é a definição que eu desenvolvi em *L’argumentation dans le discours* (2006 [2000]), ampliando a da nova retórica de Perelman, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. Essa ampliação permite à argumentação, tomada como sinônimo de retórica ou de arte de persuadir, tratar do vasto leque de discursos, tanto os privados, quanto os públicos, que circulam no espaço contemporâneo, e reivindicar seu lugar nas Ciências da Linguagem. (AMOSSY, 2011, p. 130)

A noção de argumentação abrange tanto os textos que explicitamente defendem ou refutam uma tese quanto os que orientam os modos de ver e pensar, conforme Cavalcante

(2018). Toda fala compartilha um ponto de vista, ou forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato. Para Amossy (2016), os **esquemas de raciocínio** são mais ou menos elaborados e mais ou menos visíveis, e essa orientação e organização no discurso podem existir mesmo sem um argumento formal, como por conectores, modalidades, formas axiológicas (valores sociais). Às vezes, os argumentos aparecem subentendidos, e é preciso perceber o interdiscurso (presença do outro no discurso) presente para entendê-los. Ainda, segundo Macedo (2017), a TAD, alinhada à perspectiva dialógica de linguagem, de Mikhail Bakhtin, toma a noção de responsividade ativa como pressuposto teórico que reforça a ideia de que a argumentação é inseparável do funcionamento discursivo, dado que a enunciação é sempre em resposta a um já-dito, seja para concordar com ele, seja para contradizê-lo ou para modificá-lo, ainda que a existência deste já dito com quem dialoga não seja claramente identificável.

#### 4.4 A argumentação, segundo Amossy

Segundo Macedo, “nem todo discurso busca levar seu auditório à adesão de uma tese (o que pressupõe um posicionamento declarado e claramente definido por parte do locutor)”, mas todo discurso tende a orientar os modos de ver, de pensar e de sentir dos interlocutores” (MACEDO, 2017, p. 39). Para distinguir os discursos de visada persuasiva daqueles que simplesmente buscam orientar, problematizar, compartilhar, Amossy (2011) estabeleceu uma diferenciação denominando o primeiro de “visada argumentativa” e o segundo, de “dimensão argumentativa”.

É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de argumentação programada e a tendência de todo discurso de orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). (AMOSSY, 2011, p.131)

Na *visada argumentativa*, “o discurso manifesta uma orientação argumentativa: o discurso eleitoral ou o anúncio publicitário constituem exemplos flagrantes disso (AMOSSY, 2011, p. 31)”, ou seja, existe uma estratégia programada de persuasão, em que o objetivo do locutor ao produzir um texto comporta essa visada com a intenção de levar o interlocutor a aderir à sua opinião ou tese sobre o tema debatido. A *dimensão argumentativa* consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (AMOSSY, 2011, p. 131). A autora parte do pressuposto de que toda enunciação pressupõe, como já o dissemos, a existência de um já-dito ao qual ela responde. Amossy elenca como exemplos que apresentam

uma dimensão argumentativa: a notícia de jornal, que se pretende neutra, a conversa informal e/ou uma grande parte das narrativas ficcionais.

Nas análises que realizamos neste trabalho, consideramos que nos comentários podemos reconhecer os sujeitos colocados como agentes sociais, que ao mesmo tempo sofrem as imposições sociais também se posicionam diante delas, com base no conceito responsividade de Mikhail Bakhtin, que considera a argumentação inseparável ao discurso, e a enunciação é sempre em resposta ao um já dito, consideramos, nas análises realizadas neste trabalho, os já ditos que correspondem aos posicionamentos discriminatórios contra a população negra como uma atualização das concepções originadas no período escravocrata, dentre as quais destacamos os estereótipos que foram historicamente naturalizados na sociedade e que definem os locais e os papéis reservados à população negra em relação aos brancos.

No próximo capítulo, faremos uma apresentação da modalidade argumentativa polêmica, desenvolvida pela autora e utilizada neste estudo.

## **5. A POLÊMICA**

### **5.1 A polêmica como modalidade argumentativa**

Amossy (2011) discorre sobre quando o discurso é intencional, o sujeito realiza uma escolha de uma ou mais modalidades argumentativas. Essa estrutura de troca permite que as estratégias de persuasão tenham um bom funcionamento. Entre as modalidades, destaca a modalidade demonstrativa, a modalidade negociada e a modalidade polêmica.

Entre essas, pode-se mencionar a modalidade demonstrativa, em que uma tese é apresentada por um locutor, num discurso monologal ou dialogal, a um auditório do qual ele quer obter a adesão pelos meios da demonstração fundamentada, do raciocínio articulado apoiado em provas. Ou, também, a modalidade negociada, em que os parceiros que ocupam posições diferentes, até mesmo conflitantes, esforçam-se para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e chegar a um consenso através de compromisso. Ou, ainda, a modalidade polêmica, que é caracterizada por um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma terceira que as ouve, atacando as teses contrárias. ( p.131)

A modalidade polêmica é a base para o desenvolvimento deste trabalho. Valemo-nos de notícias de caráter informativo para analisar os comentários em que, a partir dessas notícias, desdobram-se polêmicas sobre variados temas da sociedade, com foco nos que se desenvolvem a partir do preconceito racial. A polêmica é caracterizada pela diferença de opiniões e ideologias, surge a partir do confronto de ideias em que não se tem a intenção de um diálogo

conciliador, mas que se desenvolve com base no dissenso, em que instâncias em desacordo visam a superar a visão do outro e a desqualificá-lo.

A modalidade argumentativa polêmica, abordada por Amossy (2017), aparece como choque de opiniões antagônicas, um desacordo profundo, e tem como base para a discussão o **dissenso**. A autora destaca que é preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares. A polêmica pode, evidentemente, se desenvolver sobre a base de um assunto inicialmente privado, mas é necessário que esse conflito assuma contorno público, pondo em causa os grandes princípios e os grupos de defensores ligados a eles.

Em razão de a polêmica se desenvolver a partir do desacordo, é atribuído a ela um sentido negativo na sociedade e nas teorias retóricas, a partir do pressuposto de que a democracia é negligenciada por não se chegar a um acordo entre opositores. Porém, segundo Amossy (2017), o dissenso é fundamental para a democracia numa sociedade pluralista em que as divergências são inevitáveis e o acordo inatingível. É necessário, então, o desenvolvimento de uma retórica do dissenso, na qual a confrontação polêmica, vista como incontornável, seja útil na gestão dos conflitos. A modalidade polêmica apresenta três características fundamentais que serão posteriormente, aqui, desenvolvidas com maior especificidade: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro.

## 5.2 O olhar sobre a polêmica

A polêmica possui uma má reputação na atualidade, apesar de ser um elemento preponderante nos discursos, tanto políticos quanto midiáticos, ninguém assume que está causando ou levantando uma polêmica, pois a polêmica é estigmatizada como algo que é avesso à democracia. Para Amossy (2017), há uma contradição nos discursos que fazem desdém da polêmica, visto que, à medida que a ignoram, também a colocam numa posição privilegiada nos debates nas grandes mídias, comprovação que se efetiva em exemplos de jornais franceses que trazem polêmicas explicitadas em seus enunciados. Portanto, há uma condenação à polêmica na teoria e, ao mesmo tempo, um forte interesse que não para de suscitá-la na prática.

A autora defende que essa contradição pode se dar pela incapacidade dos cidadãos, como pessoas políticas, de seguir as regras do debate de maneira racional ou pela curiosidade do

público pelo que a autora chama de “espetáculo” da violência verbal. Além disso, a degradação dos costumes e a influência das mídias instigam a uma degeneração da discussão pública em que o diálogo é substituído pela troca de insultos. Amossy afirma ainda que essas posições são frequentes tanto no discurso autorizado quanto no corrente. As polêmicas são atrativas por serem lúdicas, engraçadas, e não porque nos fazem refletir. Os jornais apresentam polêmicas como furos de reportagem, no intuito de atrair o leitor para os assuntos sérios que nem sempre impressionam. Essas respostas não são falsas, mas parece que, ao mesmo tempo, são também facilitadoras, pois se apoiam na opinião do momento, na tendência dos jornalistas em encorajar os baixos instintos sem investigar a fundo a natureza dos debates conflituosos nos quais se sustenta a democracia numa sociedade plural.

A reflexão da autora consiste em tentar responder as questões que a polêmica pública levanta, interrogando-se sobre seu funcionamento e suas funções no espaço democrático. Amossy (2017) propõe a ideia de função, considerando que um fenômeno tão recorrente nos discursos e na sociedade preencha certas funções sociais, seja qual for sua natureza e importância. A essa reflexão, a autora acrescenta a noção de funcionamento, partindo do pressuposto de que, para compreender o papel que a polêmica pode desempenhar, é importante ver *in loco*, ou seja, em situação concreta/real de uso, como a polêmica se constrói discursivamente e como modela a comunicação. A polêmica também se relaciona à noção de espaço público, pois é aí que se desdobram os debates inflamados sobre questões controversas e de interesse geral. A autora destaca que a polêmica também se limita à esfera democrática, pois é nela que as divergências de opinião podem se manifestar livremente, dando lugar a confrontos que podem ser vistos por todos. Nessa perspectiva, aponta que não é necessário explorar uma polêmica particular para compreender melhor o debate, o que importa não é o problema social tratado pela polêmica, mas o fenômeno global que ela suscita. Ou seja, as problemáticas sociais que dão base às polêmicas. Neste trabalho, identificamos as polêmicas que se desdobram a partir da discriminação racial e discutimos de forma mais aprofundada e crítica essa problemática à luz dos autores das ciências sociais. Consideramos que, desse modo, desenvolvemos as análises de forma mais coerente, já que explicamos como a argumentação polêmica se desdobra para além do contexto atual, mas por meio da compreensão de como a dicotomia social que deu origem à discussão polêmica se fundou no contexto sócio histórico. Neste estudo nosso foco foram as dicotomias entre negros e brancos, a discriminação racial e as suas formas de desdobramento.



Amossy (2017) destaca que os estudos teóricos de diversos pensadores da linguística e das ciências sociais raramente abordaram a polêmica e quando o fizeram, foi a partir de um viés negativo. Por isso, o trabalho da autora busca reformular esse conceito a partir de análises concretas em discursos contemporâneos. Amossy propõe “mais do que um puro exercício especulativo, mas a explorar um fenômeno sociodiscursivo na sua materialidade e na sua complexidade” (Ibid., p.05). Portanto, nosso intuito neste trabalho é aplicar esse fenômeno e sua análise na materialidade, na sua concretude.

Sobre a posição do analista diante da polêmica, Amossy (2017) recomenda que o analista tenha precaução para não se tornar, ele próprio, o polemista. Ele deve estudar as controvérsias no espaço público sem tomar partido por uma ou outra causa, levantando a questão do engajamento do pesquisador com a pesquisa e a neutralidade diante dos temas pesquisados. A autora defende que o analista não se posicione diante de polêmicas, mas, ao mesmo tempo, reconhece que é difícil que esse distanciamento ocorra, visto que são questões que atingem o pesquisador de perto, por exemplo, quando se é mulher, e se analisa um debate sobre os direitos das mulheres, não tem como não engajar-se. Mesmo demonstrando compreender essas duas maneiras de se posicionar do analista, a autora ainda defende que, para apreender como a polêmica funciona no espaço público, e algumas funções que ela desempenha nele, é importante que o analista fique fora da discussão. A autora afirma que manter a neutralidade é a melhor opção para observar os debates polêmicos, bem como seu surgimento, sua regulação, seus papéis sociais, não em busca de defender uma causa, mesmo que seja uma boa causa, mas de considerar o fenômeno discursivo polêmico e através dele tornar possível compreender melhor o funcionamento da realidade atual das democracias pluralistas que vivenciamos.

Partindo desse pressuposto, o da neutralidade, a autora procura analisar os discursos sem tomada de posição. Na busca de características recorrentes para traçar um perfil do fenômeno, examina elementos que caracterizam o discurso polêmico, seus procedimentos: como funciona no viés discursivo e argumentativo, além de suas funções sociais, dos papéis que os actantes desempenham no espaço público, se negativos ou positivos.

Amossy (2017) ressalta que o estudo concluiu que “a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da **dissensão**”. A dissensão pode parecer, segundo Amossy, paradoxal, visto que a retórica se baseia na busca de um consenso, de um acordo que permite chegar a decisões comuns. Mas, para a autora, em sociedades de democracias plurais, nem

sempre é possível chegar a um acordo. Os dissensos se perpetuam nos debates públicos, mesmo que as instituições democráticas regulem a vida na sociedade e ofereçam modalidades de tomada de decisão, visto que, mesmo quando as decisões são promulgadas pela lei, ainda assim as dissensões continuam. Segundo a autora, é o conflito de opiniões que predomina no espaço público democrático na contemporaneidade, espaço em que há o respeito pela diversidade e a liberdade de expressão.

### **5.3 A democracia no desacordo: uma retórica do *dissenso***

A polêmica, na medida em que aparece como choque de opiniões antagônicas, está inseparavelmente ligada ao desacordo, e talvez por isso ela seja vista com descrédito. A autora elenca o termo *dissenso* como fundamental para qualquer discussão sobre a polêmica, com a reflexão sobre o significado de *dissenso* a partir do que dizem alguns dicionários franceses.

Segundo Amossy (2017), nas nossas sociedades democráticas que procuram o consenso, as dissensões e os conflitos que impossibilitam se chegar a uma opinião comum, são considerados fonte de grandes males, que ameaçam comprometer a harmonia social e dificultar o desenvolvimento de tomada de decisões necessário ao bom funcionamento da democracia. Sendo assim, a culpa que atribuem à dissensão é de ordem prática, ética e social.

No objeto em estudo deste trabalho, a discriminação racial entre brancos e negros, percebemos que a dicotomia e a divergência de opinião persistem, apesar de no país em questão – o Brasil - haver leis que foram criadas para inibir os casos de discriminação. Temos a lei do Crime Racial, nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, após ser criada, desencadeou outras que a reforçaram, como a lei que institui o estatuto da igualdade racial, nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e a Lei de Cotas, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Ou seja, todas essas iniciativas de proibição da discriminação racial e as tentativas de acabar com a dicotomização que envolve negros e brancos, não foram suficientes, pois, como veremos no exemplário deste trabalho, esses modos de pensar diferentes ainda são muito firmes na sociedade. Mesmo com toda a tentativa de busca do consenso, o *dissenso* não consegue ser eliminado totalmente do contexto social.

A autora aborda a questão da insistente busca pelo consenso e a obsessão pelo acordo na sociedade, justificando que esse entendimento possui base na Retórica Aristotélica, disciplina que se funda na pesquisa dos meios de persuasão, e em que a deliberação

(argumentação, decisão, reflexão, debate) é elemento fundamental. A retórica advinda de Aristóteles se apresenta a partir da negociação das diferenças para se chegar a um consenso.

A deliberação permite que os cidadãos manifestem a sua opinião de maneiras distintas, plurais e contraditórias. E assegura que a pluralidade de opiniões seja respeitada. Nesse sentido, o dissenso é fundamental para a democracia. Porém a retórica coloca a necessidade de, através da interação/ discussão verbal, se encontrar um consenso, chegando a um acordo que permita ultrapassar as diferenças promovendo ações coletivas. A deliberação, na retórica, diz respeito ao debate político, no que se refere aos assuntos públicos e ao bem da comunidade.

Em razão de a retórica de Aristóteles se fundamentar na interação verbal que visa ao acordo, a deliberação deve sempre se fundamentar na razão; ela se efetiva por meio do *logos*, da fala como discurso e razão. AMOSSY ressalta que Aristóteles dá destaque **ao *ethos* - a imagem de si do orador – e ao *pathos* – a capacidade de despertar emoções no auditório**, porém, para a deliberação, o *logos* é elemento fundamental, o uso da razão para resolver conflitos de opinião através do discurso verbal.

Amossy (2017) destaca que a busca pelo consenso e pelo acordo está nas bases da Retórica clássica de Aristóteles e da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. A autora descreve na sociedade contemporânea as condenações do *dissensus* e da polêmica, desde o Tratado da Argumentação, de Perelman e OlbrechtsTyteca, abrangendo as teorias da argumentação que o sucederam, como a lógica informal de Douglas Walton e a pragmatialética da Escola de Amsterdam (que se funda em regras para o bom funcionamento do discurso em busca do acordo, do consenso). Todas as teorias citadas são contra o dissenso e todas se dedicam à busca do acordo, do consenso.

Amossy (2017) recorre a autores das ciências sociais para uma revalorização de uma retórica do dissenso para a gestão dos conflitos na sociedade, dentre os quais George Simmel (1983), autor das ciências sociais que aborda a questão do conflito na sociedade, defendendo que, só através dele é possível a socialização, a qual tem um papel prevalecte nas interações sociais e socialmente importantes. George Simmel (1983), que considera o conflito uma das mais expressivas formas de interagir, visto que não pode ser exercida por um indivíduo apenas, considera a necessidade de ações interativas. Sobre a virtude do conflito destacada por Simmel, Alcântara (2005) afirma:

Simmel aponta uma das virtudes do conflito. Este atributo positivo residiria no fato de que ele – o conflito – cria um patamar, um tablado social, à semelhança de um palco teatral, espaço onde as partes podem encontrar-se em um mesmo plano situacional e, desta maneira, impõe-se um nivelamento. Uma condição necessária para

que as partes, às vezes, ásperas e díspares possam, de fato, efetuar a trama que ele encerra. (ALCÂNTARA, 2005 p. 4)

O conflito na perspectiva de Simmel (1983) é semelhante à de Amossy (2017), visto que ambos destacam o fato de no conflito o indivíduo assumir um papel social. Partindo dessa reflexão é que compreendemos como indivíduos que divergem sobre determinados modos de pensar na sociedade, em determinados espaços situacionais, se unem em defesa de uma opinião comum. Ainda, segundo Simmel, é, portanto, a tensão do positivo e do negativo que constitui o grupo como tal: a combinação de positivo e negativo é necessária, porque um grupo totalmente harmonioso seria privado de estrutura e vitalidade. Para o autor, não podemos confundir a unidade com consenso e concordância entre indivíduos, visto que a totalidade de um grupo envolve relações que são ao mesmo tempo unitárias e dualistas. Lewis Coser, partindo dos conceitos abordados por Simmel, estende suas reflexões às funções positivas do conflito, defendendo que o conflito é necessário às relações sociais, “na medida em que permite expressar a dissidência nas situações de opressão” (AMOSSY, 2017, p. 34) e, desse modo, possibilita mudanças. O autor alinha-se, assim, a uma perspectiva marxista, em que o dissenso aparece como indispensável à evolução social e à revolução.

Outra perspectiva importante na fundamentação da revalorização do dissenso que intenta Amossy é a teoria da democracia deliberativa, denominada como “pluralismo agonístico” desenvolvida pela cientista política Chantal Mouffe. A autora ressalta a onipresença da dissensão e o conflito na esfera democrática, refutando a ideia de que o consenso seja a chave para a democracia.

Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática, a qual não requer a condescendência para com ideias que opomos, ou indiferença diante de pontos de vista com dos quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos. A categoria de “adversário”, todavia, não elimina o antagonismo e ela deve ser distinguida da noção liberal do competidor com que ela é identificada algumas vezes. Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. (MOUFFE, 2006, p.174)

Mouffe (2006) defende que o “pluralismo agonístico” não ameaça a democracia, mas que é, na verdade, uma das condições para a existência desta, pois o que define democracia é o reconhecimento e a legitimação do conflito. “Uma das chaves para a tese do pluralismo

agonístico é que, longe de pôr em risco a democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência” (MOUFFE, 2006, p.175). Essa proposta de modelo agonístico de democracia defendida busca promover uma desnaturalização do modelo de democracia em que o consenso é sempre possível de ser atingido. A autora defende que esse modelo de política é incapaz de reconhecer os conflitos e as opiniões antagônicas, que nunca deixaram de existir, já que se originam por meio do pluralismo de valores. Diferente do que a política buscou desde o século XX, a busca por uma unidade em um contexto de conflitos e diversidade, colocando um “nós” em oposição a um “eles”, a autora reivindica o estabelecimento dessa discriminação entre nós e eles, tornando-a compatível com o modelo de democracia. Para Mouffe, “a novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida” (MOUFFE, 2006, p.174).

Outra abordagem discutida por Amossy (2017) é a de Pierre-André Taguieff e Kendall Phillips, que propõem transpor a tradição retórica americana, a partir do reconhecimento do conflito na esfera pública e do fato de que a cultura do consenso acarreta graves problemas sociais e ignora o papel do desacordo subordinando-o à resolução de conflitos. Com base nessas abordagens Amossy (2017) defende que é preciso desenvolver uma retórica do *dissenso*, “na qual a polêmica deve ter lugar de destaque” (AMOSSY, 2017, p. 38).

Se, de fato, o conflito é inevitável em nossas democracias pluralistas, e se o cerne da democracia não é o consenso, mas a gestão do *dissenso*, então a polêmica como confronto verbal de opiniões contraditórias que não leva a um acordo utópico deve ser reconsiderada em profundidade. É, por conseguinte, uma retórica do *dissenso* que é necessário desenvolver, na qual a polêmica deve ter lugar de destaque. (AMOSSY, 2017, p. 38)

Para a defesa da retórica do *dissenso*, a autora se apoia em filósofos como Schopenhauer (1999) na obra “A arte de ter sempre razão”, que, segundo ela, aparece como pai fundador da polêmica em estudos atuais. Por meio de uma “dialética erística”, o autor visa ensinar como devemos nos defender, mais especificamente, de ataques desleais, e de que maneira devemos atacar o que o outro afirma sem sermos refutados por ele.

A DIALÉTICA ERÍSTICA é a arte de discutir, e mais especificamente de discutir de modo a ter razão, isto é, per fas et nefas [por meios lícitos ou ilícitos]. É possível ter razão objetiva em relação ao assunto em si e, ainda assim, aos olhos dos observadores, e às vezes aos próprios, não ter razão. Quando, por exemplo, o oponente recusa minhas evidências, isso serve como refutação da afirmação em si, para a qual é possível dar outras evidências; nesse caso, naturalmente, a relação é inversa para o oponente: ele tem razão, sem tê-la de maneira objetiva. Assim, a verdade objetiva de uma argumentação e sua aceitação pelo oponente e pelo ouvinte são coisas diferentes. (A lógica tem a ver com o conteúdo da argumentação e a dialética tem a ver com o convencimento dos demais.) (SCHOPENHAUER, 1999, p. 16).

Essa posição do filósofo “destrói qualquer possibilidade de basear, como o fazem Perelman e seus adeptos, a gestão das questões humanas na racionalidade, e de resolver as disputas pelo acordo” (AMOSSY, 2017, p. 39). A isso, Amossy, afirma ser a razão pela qual o autor da nova retórica nem estuda a polêmica, nem utiliza o termo, ao passo que Schopenhauer, que se baseia na inevitabilidade de dissensão e da luta verbal, aparece nos estudos atuais da polêmica como um pai fundador. De um lado, encontra-se a retórica sustentada no valor do acordo e, de outro lado, a apreciação de uma retórica do *dissenso*.

Recorrendo às perspectivas sociopolíticas do *dissenso*, Amossy (2017) sustenta que, se em uma democracia pluralista o conflito é inevitável e o acordo utópico, é necessário, então, o desenvolvimento de uma retórica dos *dissensos*, na qual a confrontação polêmica seja vista como incontornável e útil na gestão dos conflitos.

#### **5.4 As modalidades da polêmica**

Amossy (2017) utiliza exemplos concretos de modalidades discursivas e argumentativas da polêmica para explicar seu funcionamento. Propõe explicar o que é a polêmica, como ela funciona e como ela se manifesta nos discursos em espaço público do cotidiano em que circulam nas mídias e o que essas manifestações discursivas revelam sobre os objetivos e as questões sociais dos debates polêmicos.

A autora realiza uma distinção conceitual do que se refere entre discurso polêmico e interação polêmica e mostra como ambos se diferenciam do próprio termo “polêmica”. Polêmica, segundo a autora, é um conjunto de intervenções controversas / antagônicas que ocorrem a partir de uma questão específica em um determinado contexto. A polêmica se

constrói por meio das interações públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social, e se manifesta na circulação dos discursos. O discurso polêmico e a interação polêmica são as formas que as intervenções constitutivas da polêmica podem assumir. A exemplo, temos o caso da Miss Brasil negra, analisado neste trabalho. A partir da notícia de uma mulher negra ser eleita miss, formam-se discursos polêmicos, manifestos por expressões como “cara de empregadinha”, típicas do discurso de preconceito racial. E, a partir das interações face a face que se formam, desenvolve-se a interação polêmica, em que existe uma disputa entre discursos opostos que se enfrentam, a partir da dicotomização e da polarização, na busca de desqualificar o outro.

O discurso polêmico surge como uma resposta a discursos que o antecedem, mesmo que não seja referenciado. Ele é dialógico, pois se desenvolve a partir da oposição a discursos anteriores, mas não é dialogal, visto que não há interação com o seu oponente, os discursos que o precedem são evidenciados apenas pelo proponente que o assume. Em razão disso, é considerado monogerido, visto que não há uma interação face a face, só o locutor é responsável por expressar as vozes antagônicas. A interação polêmica é caracterizada pela interação, seja por meio falado ou escrito, entre dois ou mais adversários que tentam a todo custo se sobressair em relação ao outro, desqualificando-o. Trata-se, portanto, de um discurso dialogal. Como exemplo disso, a autora destaca o debate televisivo, as cartas abertas e os fóruns de discussão da internet, ressaltando que é no conjunto das interações que circulam no espaço público que a polêmica se constrói. Na interação polêmica, há o embate por meio do contato entre os dois lados opostos de uma dada questão, e por isso é considerado poligerido. Neste estudo, utilizamos a modalidade argumentativa polêmica através de exemplos nas mídias sociais, de *posts* e comentários, para aplicar essa teoria e identificar como ela se atualiza nas mídias sociais, quais as suas variações, junto a isso avaliamos como a discriminação racial se desenvolve por meio das discussão polêmica, e através da atualização do já dito escravocrata.

## **6 METODOLOGIA**

Nosso corpus é composto a partir de notícias veiculadas nas mídias sociais, no site Facebook. Tomamos como base teórica para a coleta de material a teoria da argumentação no discurso desenvolvida por Amossy (2011), através dos modos de atualização da modalidade polêmica, a partir dos seus elementos fundamentais propostos pela autora: a dicotomização, a polarização e a desvalorização do outro. Buscando analisar como a discriminação racial é levantada a partir de notícias veiculadas na mídia social Facebook. A pesquisa foi desenvolvida

através da análise de conteúdos de postagens e comentários veiculados na internet, no site de relacionamento Facebook.

Quanto à amostra, selecionamos notícias e *posts* recentes, entre os anos 2017 e 2018, para analisar os comentários gerados. As notícias e os posts foram escolhidas pelo fato de serem atuais, visto que pretendemos identificar também como o preconceito racial está vivo nos discursos na contemporaneidade, e em função de serem consideradas polêmicas, em consonância com o recorte teórico da abordagem de Amossy, que orientará nosso olhar sobre os dados, considerando o caráter efêmero da polêmica:

[...] a polêmica, que trata de questões de interesse público, está ancorada na atualidade. Quanto tempo esse episódio permanecerá (ou deve-se já dizer: permaneceu) nas mentes? Estreitamente ligada àquilo que preocupa o público num momento preciso, a polêmica é efêmera e, muitas vezes, é tão rapidamente esquecida quanto no momento em que se inflama na hora em que eclode. (AMOSSY, 2017, p.05)

Nosso norte para o objeto é orientado, por Amossy (2017, p.06), para quem “a polêmica se mostra rica de ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público”. Depois de identificar como a questão social do preconceito racial se atualiza nos comentários das notícias através da modalidade argumentativa polêmica, empreendemos as análises para identificar as bases que sustentam as concepções preconceituosas.

### **6.1 Uma abordagem de análise complexa do objeto em estudo**

Neste trabalho, realizamos uma abordagem complexa do objeto em estudo a partir do fenômeno linguístico e do contexto sócio-histórico dos discursos que influenciam e que caracterizam o preconceito racial. Para isso, nos valem do espaço virtual, pois consideramos um local em que as pessoas se sentem livres e protegidas para emitir suas opiniões, demonstrando suas concepções de vida, sejam elas consideradas socialmente boas ou ruins. Entendemos que o virtual e o real são instâncias que não se separam e que o discurso, como domínio simbólico, permite que os indivíduos se expressem mostrando suas concepções e ideologias de vida.

Desenvolvemos as análises a partir de uma abordagem interdisciplinar, com o objetivo a) de reconhecer as características do discurso polêmico, valendo-nos dos pressupostos de Amossy (2011; 2017), e b) de interpretar o fenômeno social do preconceito racial, sob a visão das ciências humanas e sociais, para compreender as construções sócio-históricas que embasam



os preconceitos de cunho discriminatório racista. Amossy (2011, p.140) considera essa articulação teórica viável quando afirma que “o pesquisador pode empregar a argumentação em discurso a finalidades que são do domínio de outras disciplinas e não apenas das Ciências da Linguagem, satisfazendo a outras necessidades”.

A autora afirma ainda que a argumentação no discurso também pode ser explorada para responder de modo global às questões que não são de ordem linguística e que são postas em diversas disciplinas das Ciências Humanas. O desenvolvimento deste trabalho e suas decisões metodológicas estão fundamentalmente alicerçados nos conceitos e perspectivas resenhados a seguir.

Para isso, temos como premissa o questionamento sobre o objeto em estudo, evitando sempre conclusões, em busca do conhecimento, construindo saberes, pois acreditamos que esse é o caminho para desenvolver o espírito científico, como afirma Bachelard (1996):

O espírito científico profbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica, os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p.18)

Para Bachelard (1996), devemos sempre colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituindo o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, através de um processo dialético das variáveis experimentais e oferecendo, enfim, à razão razões para evoluir. O verdadeiro conhecimento é quando o pesquisador é capaz de reconhecer e compreender o contexto em que está inserido a partir de questionamentos em busca de possíveis respostas. Desse modo, o conhecimento é adquirido a partir das relações que o indivíduo estabelece com seu contexto, bem como das experiências como ser que existe e faz parte daquele espaço. O conhecimento da realidade está sempre em processo de construção, nunca é imediato, nem tampouco definitivo, diante do exposto, nos propomos a abordar os discursos, a partir de questões múltiplas que possam surgir. Bachelard ressalva ainda que: “Para confirmar cientificamente a verdade, é preciso confrontá-la com vários e diferentes pontos de vista” (1996, p.14).

Nosso recorte metodológico está diretamente relacionado com as teorias aqui expostas, visto que, como aponta Minayo (2001), teoria e metodologia são elementos que não se separam:

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2001, p.16)

Segundo Minayo (2001), metodologia é o caminho do pensamento e a prática utilizada na abordagem da realidade. Desse modo, a metodologia é elemento central no interior das teorias e está sempre referida a elas. A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de métodos que possibilitam a construção da realidade e o cerne do potencial criativo do investigador. Porém a supervalorização das técnicas produz ou um formalismo improdutivo, ou respostas estereotipadas, ao passo que seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo com conclusões errôneas ou a especulações obscuras.

Propomo-nos, portanto, para análise do objeto, supondo o caminho da complexidade (MORIN, 1998), a encontrar maneiras de aproximar e interligar os saberes, através de um diálogo que se concentre entre, no meio e além das próprias áreas de conhecimento. Conforme comenta o autor:

Ora, o problema da complexidade não é o de estar completo, mas sim do incompleto do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraça, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biossociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza (MORIN, 1998, p.138).

O pensamento de Morin (1998) é fundamental para o esclarecimento e a pertinência da perspectiva da complexidade no que se refere a interpor e articular os saberes disciplinares, para que, a partir daí, possamos desempenhar a compreensão do todo. Ao mesmo tempo, a complexidade nos proporciona uma reflexão no que se refere ao reconhecimento, a respeito das diversas dimensões do ser, ressaltando a incompletude e a incerteza como pontos cruciais para

serem refletidos. Vejamos o que afirma Pimenta (2013) sobre a relação entre interdisciplinaridade e complexidade:

Aparentemente pode não haver qualquer aproximação entre os objetos científicos de suas disciplinas, mas podemos quase certamente constatar que ambas as disciplinas interrogam-se em que medida a complexidade está presente em seus objetos de estudo, sobre as melhores maneiras de a considerar e medir, sobre os melhores instrumentos e metodologias e observação e formulação de leis. Esta comunhão de preocupações, de algumas problemáticas, mesmo que enquadradas em contextos disciplinares diferentes, pode gerar troca de informações e cada disciplina é, por pouco que seja, influenciada por essas trocas. A consciência da complexidade facilita a interdisciplinaridade, mesmo que o seja das formas mais rudimentares. (PIMENTA, 2013, p.209).

Desse modo, acreditamos que um trabalho interdisciplinar está diretamente relacionado a um olhar que deve ser direcionado para a complexidade do objeto. Pimenta (2013) afirma ainda que é necessário passarmos de uma multiplicidade de discursos interdisciplinares que se interseccionam na análise do mesmo objeto para um novo discurso científico adaptado à nova leitura da mesma realidade em si. A partir desta perspectiva, realizamos, aqui, uma análise de um fenômeno social com base em um fenômeno linguístico. Dessa maneira, neste modo de abordagem, o social e o linguístico foram usados como complemento um do outro.

## **6.2 Técnica de coleta dos dados**

Para a coleta de dados, utilizamos o método da documentação indireta, que compreende a coleta de dados já prontos, disponíveis em fonte públicas, como no caso de dados coletados de sítios abertos da Internet e de documentos públicos de livre acesso, ou privados, como cartas e fotografias pessoais, documentos individuais. O material utilizado para o corpus da análise são prints de postagens e comentários veiculados na internet, no site Facebook. Sendo devidamente informados os endereços virtuais para cada postagem analisada.

Interpretamos, dentro desta modalidade de argumentação, as bases histórico-sociais que sustentam os discursos de preconceito racial, visto que, como define GREGOLIN (1995, p.17), “o discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semionarrativas”. Portanto, a Análise do Discurso possibilita uma análise interna do texto, compreendendo o que este texto diz, como ele diz, e uma análise externa percebendo o porquê esse texto diz o que ele diz. Esta abordagem compreende que o funcionamento da linguagem não é só linguístico, nem mera transmissão de informação ou meio de comunicação, mas também compreende os seus efeitos de sentidos. Conforme explica Orlandi (1987, p. 107),

A noção fundamental, parece-me, é a de funcionamento. Quer dizer, do ponto de vista da Análise do Discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de posicionamento dos protagonistas e do objeto do discurso.

Por isso, propomo-nos pensar nos efeitos de sentido dos discursos dos internautas, como são construídos, quais as relações que o cercam, quais os significados dos ditos e dos não ditos e como se organizam. Partimos da superfície linguística para buscar as marcas deixadas pelo ideológico que determina o desenrolar de cada discurso. Assim, “colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)” (GREGOLIN, 1995, p. 17). “Para compreender o processo de constituição dos discursos, é preciso pensar na relação entre o mesmo e o diferente, tendo em vista que é por meio deste processo que os sujeitos e os sentidos se movimentam” (GODIN, 2017, p. 10).

No próximo capítulo, trazemos os exemplos coletados no Facebook, tendo como objeto norteador os modos de atualização da polêmica. Nossa pesquisa é de interesse qualitativo e não quantitativo, não coletamos todos os comentários, nosso intuito é mostrar como a polêmica se atualiza e como a discriminação racial se desenvolve a partir de novos espaços. Cavalcante, Pinto e Brito (2018, p.13) afirmam que a polêmica se desenvolve de modo intertextual, “a polêmica emerge, necessariamente, de uma relação intertextual e corresponde sempre a um confronto interdiscursivo”.

## **7 A ATUALIZAÇÃO DA POLÊMICA E OS JÁ DITOS DO COLONIALISMO**

Nosso exemplário, como supracitado, será de notícias publicadas nas mídias sociais, em páginas do site Facebook. A partir dos *posts*, das notícias e comentários, a partir dos modos de atualização da polêmica, buscamos compreender como o preconceito racial é disseminado por meio de novos espaços nas mídias sociais. Analisamos os comentários do Facebook, buscando relacioná-los aos já ditos que os amparam, na busca das premissas implícitas. O primeiro caso que iremos analisar é a eleição da Miss Brasil 2017, em que pelo fato de uma mulher negra ter sido eleita, surgiram vários comentários racistas e preconceituosos direcionados à mulher.

Nos *posts* contidos neste exemplário, a questão social é levantada, e a polêmica está posta, porém ela é atualizada por meio dos actantes (representantes de grupos sociais) que

encenam assumindo o papel de proponente e oponente para conseguir atingir a um terceiro, o qual não se pode identificar.

Na notícia a seguir, temos a Polêmica que se desenvolve em reação a um *post* com caráter racista, de modo dialógico e intertextual, dialógico porque os internautas se posicionam contra as declarações racistas de Juliana Porto, que não está presente ativamente na discussão e intertextual porque a partir do seu texto a notícia do *post* foi desenvolvida.

(1)



**Catraca Livre** ✓  
21 de agosto de 2017 · 🌐

Terceira negra a vencer o Miss Brasil, Monalysa foi alvo de uma série de mensagens racistas. > <http://bit.ly/2vXD7mB> (via Catraca Livre Cidadania)

Miss Brasil 2017 é vítima de racismo nas redes sociais  
CATRACALIVRE.COM.BR

2,2 mil curtidas 801 comentários 298 compartilhamentos

*A estudante de administração piauiense Monalysa Alcântara, de 18 anos, foi coroada campeã do **Miss Brasil** no último sábado, dia 19. Ela é a **terceira negra** a vencer o concurso e vai representar o Brasil na disputa do Miss Universo.*

*No entanto, durante a competição, usuários das redes sociais destilaram preconceito ao escreverem comentários **racistas** sobre Monalysa. "Credoouoo! A Miss Piauí tem cara de empregadinha, cara comum, não tem perfil de miss, não era pra tá aí", declarou uma mulher.*



Fonte: Catraca Livre, agosto de 2017.

Neste primeiro exemplo, a polêmica já se encontra na própria notícia que menciona um caso anterior, já ocorrido, que é o post de Juliana Porto, porém, nesse caso, a autora não está presente no diálogo, caracterizando **o discurso polêmico, desenvolvido de modo dialógico, mas não dialogal.**

A polêmica é atualizada por meio da referência a um já-dito e da encenação dos actantes nos comentários que se posicionam em defesa da Miss e em oposição ao post de Juliana Porto, conseqüentemente, também, em oposição ao racismo.

A notícia veiculada no site Facebook, na página virtual Catraca Livre, traz o seguinte enunciado “Miss Brasil 2017 é vítima de racismo nas redes sociais” e trata sobre a postagem de caráter racista mostrada acima.

A partir desta notícia, surgem comentários que são a favor e que são contra o racismo, e neles podemos identificar a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro.

(1.1)

**M. C.** O racismo é nojento, mas não surpreende.  
Sou a favor de lidar com racista na base do soco. E só... racista não merece palavras, merece chute na cabeça...

Mas não posso deixar de dizer que os "brancos" brasileiros são uma piada....

👍 14 · 21 de agosto de 2017 às 10:48

↳ 19 Respostas

**D. A.** Vei ninguém é obrigado ou obrigada a achar ninguém bonito , pena que muitos confundem isso com racismo . É como você fosse obrigado a achar qualquer pessoa da face da terra independente de cor, raça ou peso. Mas essa nova miss é muito linda sim.

👍 25 · 21 de agosto de 2017 às 10:41

↳ 15 Respostas

**P. M.** "Ganhou por ser negra" disse o branco ridículo que não consegue perder protagonismo por um segundo. E depois são as minorias que fazem mimimi. ✕

👍 142 · 21 de agosto de 2017 às 10:22

↳ 7 Respostas

**C. A.** Racismo é o caralho  
O negro de tanto sofrer com isso já carrega esse carma de racismo consigo próprio e se auto vitimiza sempre por qualquer comentário né  
Então não podemos falar que tinha outras candidatas mais bonitas que isso se concretiza como racismo 😞😞😞😞  
Ahaaaaaaaa vamos parar de mimimi Porraaaaaaaaaa

**M. F.** O racismo está impregnado no dna do brasileiro e não perdem uma oportunidade para demonstrar ele, claro, velado sob alguma justificativa. No caso desta moça é "não era a mais bonita". Se fosse de outra raça aposto que não haveria problema algum...ô raça

👍 94 · 21 de agosto de 2017 às 10:25 · Editado

↳ 5 Respostas

**J. N.** Realmente foi feio o Racismo contra a Miss, mas ela não tem perfil pra ser Miss Brasil, aqui na rua onde trabalho tem pelo menos umas 3 negras que deixam ela no chinelo...  
Acho que foi GOLPE.. kkkkkk

👍 16 · 21 de agosto de 2017 às 10:40

↳ 7 Respostas

**L. E.** Como é bom incomodar a "casa grande"!!! Voa, Monalysa!!!

👍 76 · 21 de agosto de 2017 às 10:23

↳ 15 Respostas

**D. M.** Venceu porque era negra sim, e ponto! Tinham muito mais belas, e se tivesse sido uma branca a vencedora? A internet ia estar cheia de mimimi pq era preconceito ... Ah vá se lascar geração mimizenta do caralho!

👍 6 · 21 de agosto de 2017 às 10:45

J. A. I. Ela é linda sim,mas tinham outras bem mais bonitas  
 39 · 21 de agosto de 2017 às 10:22  
 15 Respostas

J. N. É racismo quando vc não conhece os critérios do concurso, só vê a aparência e acha q só as garotas de pele clara merecem o título. Vendo a beleza, postura e respostas da miss, fica claro q ela mereceu ganhar. Pra ser miss, precisa saber falar português. É o mínimo!  
 "Muita boa noite".  
 23 · 21 de agosto de 2017 às 10:55  
 3 Respostas

R. S. Se ela tivesse com o cabelo na chapinha seria linda para alguns inocritos mas como ela está naturalmente aí debocham dela isso é recalque e inveja porque se olhar bem ela é linda uma beleza natural nada industrial ela é linda como Deus fez ela  
 5 · 21 de agosto de 2017 às 10:36  
 3 Respostas

F. C. Galera, a Miss Brasil é bonita. Assim como todas as outras. Umas mais que outras? Aí vai do gosto pessoal de cada um. Mas o quesito beleza é um só. Tem ainda a inteligência, articulação, carisma, intelecto, desfile, simpatia. E vários outros quesitos a serem avaliados. Se ela se destacou, então que tal apenas aceitar? Vai ter Miss Brasil negra Sim! E se der bobeira, ela vira Miss Universo!

L. C. Nem todo o inconformismo por ela ter se tornado a miss Brasil é por racismo. Acredito que o fato de ela ter sido alvo de tantas críticas foi porque a maioria das pessoas não acharam ela a mais bonita, nem a mais preparada para ser miss Brasil. No ano passado, por exemplo, tivemos uma Miss Brasil negra que não recebeu tantas crítica como essa. E, ainda, algo que causou revolta é dizer que só ela que é negra tem brasilidade, como se todas as outras cores e raças não representassem o país. O que se quer são direitos e deveres iguais. Tanto para os negros, quanto para os brancos.  
 8 · 21 de agosto de 2017 às 10:39  
 2 Respostas

G. M. O fato é que a gaúcha branca perdeu pra nordestina, negra, do cabelo crespo ACEITEM !  
 28 · 21 de agosto de 2017 às 10:30

P. P. A miss Brasil é uma jovem bela e extremamente inteligente, e SIM ela é negra, porém original! Sem silicone, alisamentos, pintura e chapinha. É NATURAL! Mas infelizmente passa longe do estereótipo eurocentrico do "povo brasileiro", por isso essa enxurrada de comentários preconceituosos. EU TENHO NOJO DE PESSOAS RACISTAS, SÃO O CÂNCER DO MUNDO!!!!

L. S. O brasil tem que ser representado por mulheres assim mesmo, pois o nosso país é miscigenado, onde impossivel o padrão de miss ser mulher branca, olhos azuis e cabelos liso! Tem partes do Brasil que tem sim mulheres com essas características, a o país é um país mais que misto de características. E gente, fazer o que com os seres que define que para uma pessoas ser bonita, cor de pele e textura de cabelo é o que importa pra elas.  
 1 · 21 de agosto de 2017 às 10:39

A discussão polêmica que coloca a Miss brasil como alvo de discriminação racial é iniciada com M.C, que assume o papel de Proponente e que é rebatido por D.A, que se torna o



oponente, e a partir deles ocorre a polarização, o agrupamento de pessoas que se posicionam em um dos lados da discussão, que é assistida acompanhada por terceiros.

Os internautas, nos comentários expostos, questionam a respeito do que pode ou não ser considerado racismo, alegando que o fato de não considerarem a Miss bonita não significa que são racistas, mas que apenas não consideram bonita. A premissa implícita nesse comentário é que o indivíduo é orientado por um padrão de beleza em que as características do branco representam o belo. Como vimos com os autores citados, como Quijano (2005) e Fanon (2008), o indivíduo vítima de um padrão de poder branco e eurocentrado toma para si essa orientação do que é belo e adequado a ocupar papéis de destaque, e tudo o que foge a esse padrão é inadequado e inaceitável. Sendo assim, a miss negra causa rejeição e estranhamento àqueles que são guiados por esses padrões, pois o lugar de Miss - daquela que representa a beleza plena - não pode ser ocupado por uma mulher negra, que foi historicamente considerada símbolo de inferioridade em detrimento da mulher branca. Esse incômodo é notado por L.E, que diz: *“Como é bom incomodar a “casa grande”, voa Monalysa”*, fazendo referência ao livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre e ao período da escravização em que existiam escravos e senhores, contexto em que a Senzala representa o negro escravizado e a Casa Grande, o branco. Além de se dividirem em polos distintos entre aqueles que defendem a Miss e são contra o racismo e os que concordam com a rejeição à Miss, os internautas desqualificam o outro para reforçar a sua opinião, como podemos comprovar com os comentários de P.M: *“Ganhou por ser negra, disse o branco ridículo, que não se conforma em perder protagonismo por um segundo”* e R.S *“Se ela tivesse com o cabelo na chapinha seria linda para alguns hipócritas, mas como ela está naturalmente, aí debocham dela por isso, isso é recalque e inveja!”*. O internauta P.M apela para o *ethos* de D.M, desqualificando a imagem do branco que rejeita a Miss, intitulando-o como ridículo, enquanto R.S classifica todos que agem com preconceito e discriminação contra a Miss como recalcados e invejosos. Tanto P.M quanto R.S promovem uma desqualificação por meio do *ethos* de branco, recalcado e invejoso para invalidar as opiniões dos seus opositores, o que também caracteriza um apelo ao *pathos*, já que ser considerado invejoso e recalcado causa um sentimento de vergonha social.

A atualização da polêmica se forma em relação ao padrão de beleza consolidado como ideal, que tem como premissa a discriminação racial, e em relação ao nordeste do Brasil, quando L.C diz *“Nem todo inconformismo pela miss eleita é racismo”* e justifica com a alegação de Monalysa ser nordestina, enquanto G.M reforça *“O fato é que a Gaúcha perdeu para a nordestina, negra, do cabelo crespo, aceitem.”*

Vemos que há uma polarização, ambos os internautas se posicionam em polos distintos, em que uns apoiam o racismo e outros são contra. Também vemos que o já-dito nos comentários é uma “atualização” do discurso escravocrata.

Assim como na postagem anterior, a notícia a seguir discute a respeito do comentário da internauta Juliana Porto, que ofende com insultos racistas a Miss Brasil eleita. Dessa notícia, surgem discussões entre internautas que se posicionam contra e favor da atitude racista e do racismo.

(2)

 **Time Lula** 20 de agosto de 2017 · 🌐

Negra, Miss Brasil sofre ofensas: “cara de empregada” | Brasil 24/7  
<https://www.brasil247.com/.../Negra-Miss-Brasil-sofre-ofensas...>

Negra, de cabelos cacheadas e piauiense, a nova Missa Brasil (2017) Monalysa Alcântara foi saudada neste final de semana como uma representação da brasilidade; foi assim que os jurados afirmaram no discurso que lhe rendeu a coroa; apesar de vitória, a jovem de 18 anos está sendo alvo de alguns ataques racistas e de ódio nas redes sociais; uma internauta disse no Twitter que Monalysa tinha cara de “empregada”:  
 “Credo!!! A Miss Piauí tem cara de empregadinha, cara comum, não tem perfil de miss, não era pra tá aí”



*“Piauí 247 - Negra, de cabelos cacheadas e piauiense, a nova Missa Brasil (2017) Monalysa Alcântara foi saudada neste final de semana como uma representação da brasilidade. Foi assim que os jurados afirmaram no discurso que lhe rendeu a coroa. Apesar de vitória, a jovem de 18 anos está sendo alvo de alguns ataques racistas e de ódio nas redes sociais. Não é a primeira vez que uma miss brasil sofre com o preconceito. No Miss Brasil 2016, quando Raissa Santana, negra e de cabelos cacheados, venceu também foram registrados ataques de cunho racista.*

*Nas redes sociais, uma internauta disse no Twitter que Monalysa tinha cara de “empregada”:  
“Credo!!! A Miss Piauí tem cara de empregadinha, cara comum, não tem perfil de miss, não era pra tá aí”, afirmou Juliana Porto.*

*Depois que os jurados falaram em brasilidade da miss, um internauta escreveu: “O que é a famigerada brasilidade? É ser negra?”.”*

Notícia veiculada na página Time Lula, no Facebook, em 20 de agosto de 2017.

Nesse caso podemos identificar uma polêmica que se desenvolve a partir da **intertextualidade**, visto que a notícia menciona os ataques racistas, supracitados, de Juliana Porto à Miss, e com isso promove direcionamento para a discussão empreendida por meio dos comentários.

(2.1) Da notícia postada, desdobraram-se os comentários que seguem:





Os internautas discutem a respeito da declaração de Juliana Porto, que compara a Miss Brasil a uma empregada doméstica pelas suas características físicas, tentando desqualificá-la. Diferente dos comentários das notícias anteriores, nesses comentários os internautas não se confrontam, eles confrontam a internauta que fez as declarações racistas contra a miss. Eles respondem a um já dito que é referenciado na notícia. E a todo custo tentam desqualificar Juliana Porto e sua fala, acusando-a de invejosa e de estar revoltada por não poder ocupar o lugar da Miss. Como é possível observarmos em comentários como: F.A.F “*Vai ver esta pessoa*

*preconceituosa não é digna de julgar nem seus entulhos, no mínimo é uma frustrada, coitada, enquanto nossa miss estar feliz e linda”; A.L. “É inveja com certeza a que criticou queria está no lugar da bando de recalcado”.*

Os comentários são orientados pela notícia que discorre acerca das declarações racistas contra a Miss eleita, e a partir desta orientação se posicionam em desacordo com o que foi exposto, ao racismo.

A notícia a seguir traz o relato de alguns parentes da Miss que contam as dificuldades da sua trajetória de vida, causadas principalmente pelo preconceito racial.

(3)

Notícia postada no site G1 no FACEBOOK, em 21 de agosto de 2017.



**G1 - O Portal de Notícias da Globo**  
21 de agosto de 2017 · 🌐

Família lembra os obstáculos e destaca a força de Monalysa Alcântara, a vencedora do [Miss Brasil 2017](https://glo.bo/2v7dPkv) ==> <https://glo.bo/2v7dPkv> #G1 #MissBrasil

'Os comentários maldosos não desanimavam'

G1.GLOBO.COM

*A nova Miss Brasil tem 18 anos e é estudante de administração. Ela venceu outras 26 candidatas e irá representar o país no Miss Universo. Monalysa é a terceira negra a vencer o concurso. Em 2016, a vencedora foi a candidata do estado do Paraná, Raissa Santana, segunda negra a ganhar a competição.*

*Em segundo lugar, ficou a modelo e estudante de gestão financeira Juliana Mueller, de 25 anos, representante do Rio Grande do Sul. A terceira colocada foi a também modelo e estudante de engenharia de produção Stephany Pim, 23 anos, que representou o Espírito Santo.*

*Monalysa Alcântara tem 1,77 m, 57 kg, cintura 69 cm, quadril 95 cm e busto 87 cm.*

*Na fase de perguntas e respostas, a nova Miss Brasil afirmou que para representar o país em uma competição internacional não vai mudar de comportamento. "Serei eu mesma: uma mulher nordestina, que passou por diversas coisas, muitas dores que fizeram ser quem eu sou hoje".*

*Em seu perfil no Instagram, Monalysa comemorou: "Realizei um sonho, e sonhei pelo meu Piauí."*

*De acordo com informações divulgadas pela organização do concurso Miss Brasil, a representante de Piauí diz ter uma ligação forte com temas que envolvem empoderamento feminino. Por ser uma mulher negra, ela conta que passou por situações preconceituosas que a fizeram amadurecer e superar as dificuldades com determinação.*

*Para relaxar e se divertir, ainda segundo a organização do concurso, Monalysa gosta de estar entre amigos e com a família, viajar para lugares com beleza natural como cachoeiras e praias. Uma curiosidade sobre Monalysa é que ela sonhava em ser cantora.*

A polêmica que se desenvolve a partir de um comentário – a instauração da polêmica só pode ser mostrada a partir dos seus actantes que encenam tomando lugares distintos. A polêmica como questão social já existe, nos comentários ela foi atualizada.

Nos *posts* e nas notícias a seguir, a polêmica é atualizada por meio dos actantes que encenam assumindo o papel de proponente e oponente com o propósito de alcançar um terceiro. No conteúdo da notícia não estão presentes os assuntos que posteriormente serão atualizados através dos comentários, como o racismo, as cotas e preconceito pela região nordeste do Brasil.

(3.1)

### **Comentários:**



G... M... Vai ter negro na Universidade, na medicina, na pesquisa, em cargos de chefia, no judiciário, no miss Brasil..... Racista, ou atura ou surta!

Curtir · Responder · 23 sem · Editado 523

^ Ocultar 45 respostas

A opção "Comentários mais relevantes" está selecionada; portanto, algumas respostas podem não ser exibidas devido ao filtro.

G... M... , Eu tô respondendo um fake com a família Trump na capa..Meu Deus.

Curtir · Responder · 23 sem 6

D... S... Agradeça a Princesa Isabel, uma MULHER BRANCA e de origem nobre, o início da emancipação dos negros no Brasil. Ou atura, ou surta. Ou baixe a bola e seja menos arrogante.

Curtir · Responder · 23 sem 91

G... M... Outro fake? Por que racistas são sempre tão covardes?

Curtir · Responder · 23 sem 2

L... S... Claro que vai ter é só se esforçar. Nada impede

Curtir · Responder · 23 sem 52

G... M... Volta duas casas quem não entendeu nada.

R... D... o SEU preconceito com o branco/ caucasiano que não te deixa ver isso. Tem negro, pobre, branco, amarelo, rico em qq lugar. Basta estudar e ter força de vontade que chega lá. Pior é se valer de medidas extremamente preconceituosas como as cotas para tirar vantagem (Pq o preconceito pode qnd beneficia).

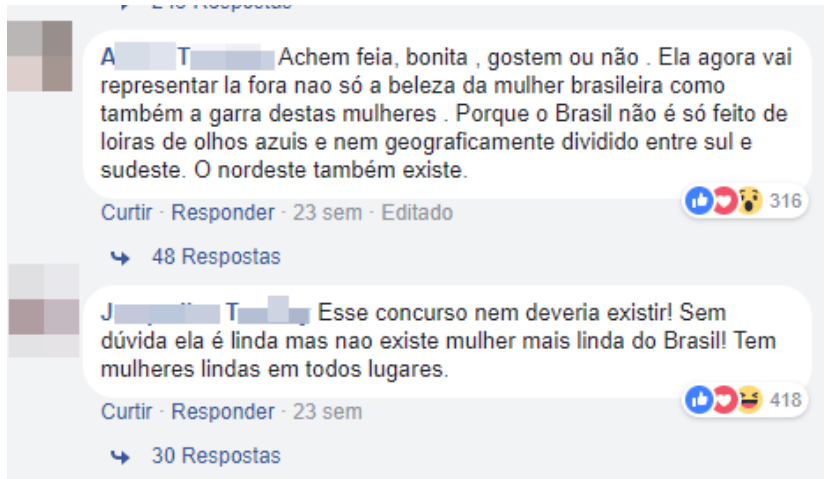
Curtir · Responder · 23 sem 29

G... M... Hipócrita! Pega uma foto da turma de medicina ou engenharia e ver quantos negros tem.

Curtir · Responder · 23 sem · Editado

P... F... Se for por competência com certeza em todos os lugares!

Curtir · Responder · 23 sem 28



Podemos ver que os internautas se posicionam sobre um dos polos em questão, entre os que defendem o racismo e os que o recriminam. Discussão iniciada por G.M, que assume o papel de proponente, quando diz: *“Vai ter negro na universidade, na medicina, na pesquisa, em cargos de chefia, no judiciário, no Miss Brasil.... Racista, ou atura ou surta!”* que é rebatido por um discurso repleto de argumentos racistas e preconceituosos do oponente D.S: *“Agradeça a princesa Isabel, uma mulher Branca e de origem nobre, o início da emancipação do negro o Brasil. Ou atura ou surta. Ou baixa a bola e seja menos arrogante.”*. L.S diz: *“Claro que vai ter é só se esforçar. Nada impede.”* G.M o desqualifica dizendo: *“Volta duas casas quem não entendeu nada”*, uma desqualificação por meio do *logos*, de que é uma pessoa que não tem um bom raciocínio lógico para compreender o que é dito. Vemos que em toda a discussão os internautas se dividem e polarizam as opiniões organizando-se em lados opostos. Em que encontram apoiadores enquanto desqualificam o outro para afirmar e validar apenas o seu posicionamento. D.S denomina o outro como arrogante, enquanto G.M insinua que o outro não tem capacidade intelectual para compreender a discussão. Além disso, a discussão envereda por concepções racistas criadas historicamente e que estão fortemente presentes nos discursos atuais, e que, mesmo se por um lado vemos o negro ocupando lugares de destaque, por outro vemos racistas inconformados que não aceitam que, lugares socialmente criados e naturalizados para serem ocupados pelos brancos, sejam ocupados por negros. Vemos que discussões variadas são levantadas, mas todas têm como base o racismo. Discussões em relação a cotas, a meritocracia, ao discurso de que os mais esforçados podem chegar ao sucesso, independente das condições e das estruturas sociais e que não é preciso de políticas públicas para que o negro possa ocupar lugares de destaque na sociedade. Como podemos observar nos comentários de R.D: *“O seu preconceito com o branco/ caucasiano que não te deixa ver isso. Tem negro, pobre, branco, amarelo, rico em qq lugar. Basta estudar e ter força de vontade que chaga lá.*



*Pior é se valer de medidas extremamente preconceituosas como as cotas para tirar vantagem (pq o preconceito é bom quando beneficia)”; G.M: “Hipócrita! Pega uma foto da turma de medicina ou engenharia e ver quantos negros tem” P.F: “Se for por competência tem em qualquer lugar”. Desse último comentário, de P.F, podemos destacar o já dito que serve como base para essa concepção, o de que todos independente das condições sociais podem chegar na posição social que quiserem, pois vivemos de maneira harmoniosa e igual. Pensamento meritocrático que é fruto de concepções historicamente criadas de uma falsa igualdade social.*

(4)



*“Temos uma nova Miss Brasil! Na noite de ontem (19/08), **Monalysa Alcântara**, candidata do Piauí, foi a escolhida dentre as 27 concorrentes para ser a nova Miss Brasil. A jovem de 18 anos, estudante de Administração, representará o país no Miss Universo.”*

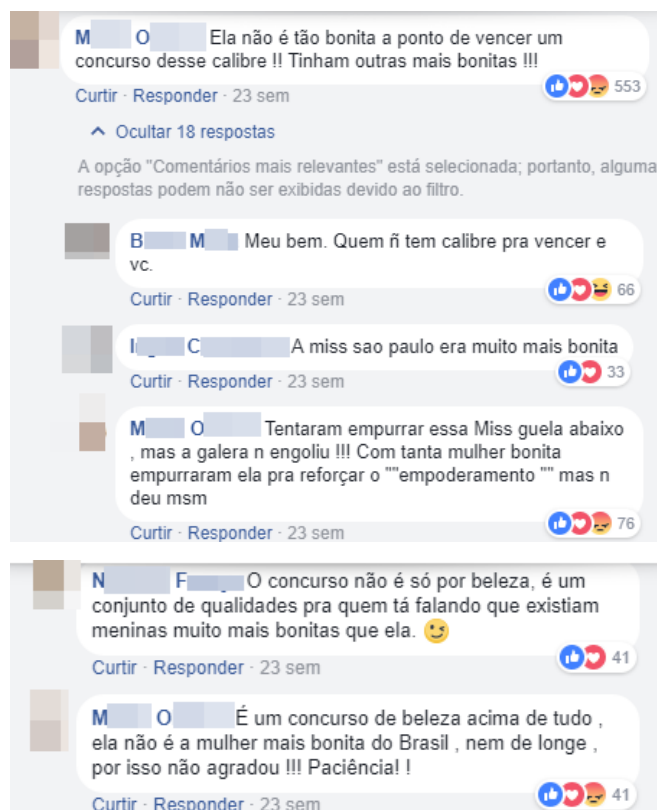
Como podemos observar, a notícia informa que a nova Miss Brasil do ano 2017 é uma moça do estado do Piauí. Não há na exposição da notícia nenhuma menção à cor da pele da mulher. Porém podemos observar nos comentários abaixo que a informação acaba gerando uma polêmica em torno da cor da pele da Miss eleita. Os internautas passam a discutir se, pelo fato de ela ser negra, merece ou não ocupar esse lugar na sociedade. É possível observar a atualização da polêmica através da notícia, em que a questão envolvendo o racismo se torna o cerne da discussão a partir dos actantes que desenvolvem uma encenação, conforme Brito (2018), assumindo papéis para representar grandes grupos e ideologias, como, por exemplo, o

racista e o não racista. Nos exemplos abaixo, é possível ver a dicotomização e a polarização, assim como a desqualificação do outro na base da argumentação.

Neste caso, a polêmica é atualizada por meio dos actantes que, a partir da notícia se posicionam nos comentários, empreendendo uma discussão sobre o que está sendo discutido no *post* e levantando uma polêmica sobre uma discussão social que não é mencionada no conteúdo exposto. A partir daí, surge uma nova questão social, o caso do preconceito pelo Nordeste.

(4.1)

Vejam os comentários:



M. C. Mais bonita que ela só se for a loirinha padrão  
Vocês não entenderam nada sobre esses prêmios de Miss.  
Além de beleza, precisa retratar a maioria da população,  
precisa ser inteligente e articulada.

Curtir · Responder · 23 sem



35

M. C. M., tu é uma racista 😏👍👎 38

Curtir · Responder · 23 sem

M. O. Gente vcs assistiram o mesmo concurso q  
eu? Tinham outras garotas mais bonitas até q Piauí, mais  
as outras quando abriram a boca pra responder às  
perguntas foi uma vergonha, a Miss Piauí foi a única q  
respondeu com convicção, acho q isso ajudou muito ela

Curtir · Responder · 23 sem



56

M. E. C. Concordo, mas esses concursos  
de miss não avaliam apenas a beleza das candidatas.

Curtir · Responder · 23 sem



2

G. S. Tinham outras "bonitas" mas nao sabiam  
andar direito, falar direito sem gaguejar, o olhar sem atitude  
e etc.

Curtir · Responder · 23 sem · Editado



26

S. V. A pq vc é linda ne ? Kkkkkkkkkk

Curtir · Responder · 23 sem



3

C. F. Ela não disse em nenhum momento que  
"a branquinha do RS" deveria ganhar, nem que a  
vencedora deveria perder porque é negra. Apenas NÃO  
CONCORDOU COM O RESULTADO. Parem de julgar os  
outros através de conclusões sob argumentos que não  
foram ditos!!! Ela é obrigada a concordar que a do Piauí é a  
mais linda e deveria ganhar só porque ela é negra? Se não  
concorda é racismo? Fala sério, galera!

Curtir · Responder · 23 sem · Editado



153

K R B G S É bonita, mas nao é esse tipo de beleza que ganha o miss universo, aff.

Curtir · Responder · 23 sem

   243

↳ 21 Respostas

K C A Miss Rio Grande do Sul era a minha favorita, não acredito que ela não ganhou 😞 Ao meu ver ela tinha um baita potencial para ser Miss Universo! Sobre a vencedora, infelizmente acho que não vai ser dessa vez 😞

Curtir · Responder · 23 sem

   132

↳ 15 Respostas

M L Feita no Piauí . Vão ter que engolir . Lucas Rokay o que falar pra esse povo xenofóbico ?

Curtir · Responder · 23 sem

   76

↳ 16 Respostas

A R Aff, as pessoas tem que entender que o fato de ela ser negra não influência em nada! Negra ou não tem que ser extremamente bonita, uma beleza fora do comum, o que essa Miss não é. Não achei a nível de Miss universo, não porque ela é negra, sim porque ela não tem essa beleza excepcional.

Curtir · Responder · 23 sem

   139

↳ 14 Respostas

Di R Achei muito bonita mas não a ponto de ganhar o Miss Brasil e muito menos o Miss Universo

B F Miss Universo vai além da beleza! Ela precisa ter carisma, postura, desenvoltura para falar, para andar... Então antes de crítica-la, que tal ver o desfile de ontem e avaliar esses aspectos? Se ela foi escolhida, tem um motivo!

Curtir · Responder · 23 sem · Editado

   49

↳ 5 Respostas

M A F V Não vai nem pra semifinal.

Curtir · Responder · 23 sem

   82

↳ 13 Respostas

R A Não é feia, mas tbm não tem toda essa beleza não! não pra ser uma miss, tinha outras muito mais bonitas.

Curtir · Responder · 23 sem · Editado

   88

↳ 2 Respostas

T L M Vamos flopar mais uma vez infelizmente!! Parece q o Brasil não quer levar o título Pq só manda mulheres fracas. Nem no top 15 estaremos!!

Curtir · Responder · 23 sem

 2

↳ 3 Respostas

M Edson V e esses comentários cheios de ódio e inveja? Xô xenofobia, xô preconceito. Deu Piauí sim! 🤔🤔🤔🤔🤔

Curtir · Responder · 23 sem

   26

Percebemos que os internautas iniciaram uma discussão em relação ao padrão de beleza, em que marcas de preconceito podem ser identificadas na fala da proponente: *M.O* “*Ela não é tão bonita a ponto de vencer um concurso deste calibre*”, *K.R.B.G.S*: “*É bonita, mas não é esse tipo de beleza que ganha o Miss Universo, aff.*”, *R.A*: “*Não é feia, mas tbm não tem toda essa beleza não! Não pra ser Miss, tinha outras mais bonitas*”. O que podemos compreender da fala dos internautas é que Monalysa é bonita, mas não o bastante para ocupar o lugar de miss, um lugar que não é apropriado, pelo fato de a mulher ser negra. Tal posicionamento que se confirma quando em outro comentário é reforçada: *M.O*: “*tentaram empurrar essa miss guela a baixo, mas a galera não engoliu, com tanta mulher bonita empurraram ela pra reforçar o “empoderamento” mas não deu mesmo*”. Nesse sentido, o internauta defende que a Miss eleita não preenche os requisitos de beleza necessários em sua visão para ocupar esse lugar. E o fato de ela ter sido escolhida se deu em razão de haver um esforço pelo empoderamento da mulher negra na sociedade. Uma negra não merece estar nesse lugar, pois não tem atributos reais, mas o que há é um esforço para a sua integração na sociedade.

A polêmica se atualiza quando o/a internauta *M.O* assume o papel de Proponente e afirma que Monalysa não tem perfil de miss, e disso se desdobra uma discussão, em que outros internautas tanto aderem à sua opinião quanto discordam. *B.M* encena o papel de Oponente e discorda: “*Meu bem, quem não tem calibre pra vencer é vc*”; *I.C* diz: “*A miss São Paulo era muito mais bonita*”; *M.O* responde: “*tentaram empurrar essa miss guela a baixo, mas a galera não engoliu, com tanta mulher bonita empurraram ela pra reforçar o “empoderamento”*”; Partindo desse foco de discussão, os demais internautas se posicionam em polos distintos, em que reforçam a tese defendida pelo Proponente ou refutada pelo Oponente: *N.F*: “*O concurso não é só de beleza, é um conjunto de qualidades pra quem tá dizendo que existiam meninas muito mais bonitas que ela*”. *M.O* responde: “*É um concurso de beleza acima de tudo, ela não é a mulher mais bonita do Brasil nem de longe, por isso não agradou, paciência!*”. A polêmica instaurou-se a partir dos posicionamentos dos internautas realizados nos comentários. Segundo Brito (2018), é por meio dos comentários que a polêmica se desenvolve, visto que os sujeitos assumem papéis na defesa de ideias de grandes grupos. Os internautas se posicionaram contra e a favor, havendo assim, uma polarização entre eles. A desqualificação do adversário é outro ponto que podemos destacar quando outro internauta insulta o outro, chamando-o de racista, já que ninguém quer assumir que é racista por ser considerado crime e ser contra os princípios de humanidade e cidadania na sociedade: *M.C* “*M, tu é uma racista!*”. *M.E.V* também desqualifica

todos os outros chamando-os de invejosos e xenofóbicos. Essa desqualificação se dá na busca de defender e reforçar a tese que defende: a defesa da Miss.

Nos comentários gerados da notícia supracitada, podemos observar que, além da polêmica sobre o racismo e a dicotomização entre racistas e não racistas, temos outra polêmica que envolve a discriminação pela origem geográfica da Miss Brasil 2017, pelo fato de ela ser nordestina, do estado do Piauí, pois, mesmo que o/a internauta I.C e K.C não tenham tido essa intenção, a polêmica instaurada por M.L: “feita no Piauí, vão ter que engolir”, que interpretou o seu posicionamento como discriminação ao estado do nordeste.

Isso só reforça que a influência do padrão de poder colonial abrange múltiplas concepções, daquilo que é considerado bom ou ruim, válido ou inválido. Esse fato fica evidente no preconceito em relação ao nordeste e à concepção de que o nordestino não pode ocupar lugares de destaque. Além da naturalização de que existem papéis e lugares na sociedade que são determinados pela cor da pele, a discriminação também se dá em relação à região geográfica.

Como defende Amossy (2011), retomando pressupostos bakhtianos, os discursos são sempre respostas a discursos anteriores, aos já-ditos. A seguinte postagem surge em razão da notícia que anunciou a Miss Brasil eleita no ano de 2017, Monalysa Alcântara. Podemos verificar que a postagem levanta uma polêmica através de um discurso impregnado de concepções sócio-históricas de cunho preconceituoso e racista, que corresponde a uma atualização do discurso do colonizador. A internauta diz que a Miss Piauí, eleita Miss Brasil 2017, não merece ocupar esse lugar, pois sua aparência não condiz com o padrão que para ela é ideal, além de considerar que a Miss Brasil eleita tem aparência de empregada doméstica. Esse posicionamento é característico de concepções eurocentradas, supracitadas, em que os indivíduos são orientados a pensar através de um modo de valoração correspondente ao que foi construído histórica e socialmente pela colonização. A internauta, orientada por esse padrão, entende que as características físicas da Miss não são correspondentes ao que ela considera natural, padrão, pelo fato de a Miss ser negra e não apresentar o estereótipo de beleza característico do povo branco. E, por isso, não pode ocupar o lugar que é reservado ao branco, reafirmando a forma eurocentrada de ver e entender o mundo, em que o fato de um negro ocupar um lugar de destaque gera sempre um estranhamento e uma resistência. Porém, como podemos observar, se a moça eleita miss ocupasse o cargo de empregada doméstica, não haveria problemas, pois estaria no lugar reservado a ela na sociedade. O discurso da internauta

corroborar o que defendem os autores discutidos, de que na sociedade existem papéis determinados para a população negra e de que, quando esse padrão é confrontado, gera estranhamento.

3.1 Notícia compartilhada na página do “G1 – O portal de notícias da Globo” no Facebook, em 10 de abril de 2018.

No exemplo seguinte, temos a polêmica que se forma a partir dos actantes, porém as notícias publicadas já fazem um viés para a questão social que os internautas discutem nos comentários. A modalidade argumentativa polêmica já é direcionada para uma determinada questão social desde a notícia.

(5)



Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/policia-indicia-aluno-da-fgv-que-disse-que>>. Acesso em: 18/04/18.

Polícia Civil indiciou pelo crime de racismo o estudante de administração de empresas da FGV-SP que compartilhou uma foto em um grupo de whatsapp com a frase: "achei esse escravo no fumódromo! Quem for o dono avisa!", **como antecipou o G1**. O indiciamento marca uma mudança de entendimento da polícia, que, inicialmente registrou o caso como crime de injúria racial.

O DHPP (Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa) afirma que ele não atingiu só o estudante, mas sim "a coletividade das pessoas negras, promovendo a segregação", por isso o crime de racismo. O indiciado pode ter que cumprir pena de até 3 anos de prisão e pagar multa.

O advogado do acusado por racismo, Caio Metropolo Dias, afirmou que o indiciado está muito abalado com o acontecimento. Ainda estamos tentando entender com clareza o que de fato aconteceu, mas ele já pede sinceras desculpas aos que se sentiram ultrajados pela situação.

A Faculdade Getúlio Vargas afirmou que o "autor da postagem foi imediatamente suspenso de suas atividades pela Fundação Getúlio Vargas, estando o caso sob a responsabilidade das autoridades competentes, não cabendo, em respeito a estas, interpretações ou análises de questões sub judice".

(5.1)

Sobre a postagem, surgiram os comentários seguintes:

E M O Povo precisa parar de brincar com coisa séria. Respeitar o próximo é uma obrigação social. Curtir · Responder · 6 d · Editado 208

^ Ocultar 11 respostas

F P O povo precisa parar de respeitar coisa séria. Brincar com o próximo é uma obrigação social. \*\*\*\*(( Curtir · Responder · 6 d 1

E M F P, esse tipo de brincadeira em tela, não tem a menor graça. Curtir · Responder · 6 d 2

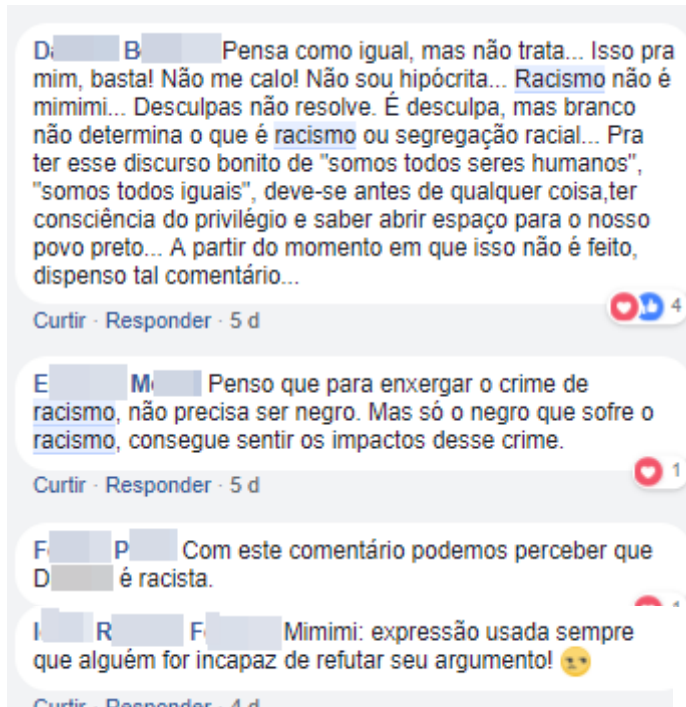
D D MIMIMIMI 😞😞 3 Curtir · Responder · 5 d

E M D C, Toda brincadeira precisa de limites, se vc não encontra esse limite por si só, a lei encontra para vc na tipificação penal. Se fosse mímimi, não estaria tipificado no código penal. Curtir · Responder · 5 d 16

D B D D vc é branco! Se não sabe o que é lidar com isso ou não respeita, cale-se somente... Aff! Curtir · Responder · 5 d 3

A B D B menos. Ele tem direito de opinar. E dai que ele é branco? Isso é o racismo que você tanto luta contra, não consegue enxergar? "Você é branco e não pode opinar..." O pensamento deve ser: "Somos todos seres humanos, vamos nos respeitar?"





Nos comentários, a questão social do racismo é levantada e vemos os sujeitos se posicionando em defesa do racismo ou em desaprovação a ele: *E.M* como proponente diz, “O povo precisa parar de brincar com coisa séria, respeitar o próximo é uma obrigação social”, *F.P* ironizando se opõe: “O povo precisa parar de respeitar coisa séria, brincar com o próximo é uma obrigação social” e *E.M* o rebate “Esse tipo de brincadeira não tem a menor graça”. Também podemos ver como os internautas recorrem à desqualificação do outro como uma estratégia para reforçar a sua tese: *D.D* diz que os internautas estão com “MIMIMI”, termo que remete ao choro, não a qualquer choro, mas a um choro de manha, expressão usada na tentativa de diminuir a manifestação de ideias de uma pessoa. Rebatida por *I.R.F*, que diz “MIMIMI, expressão usada sempre que alguém é incapaz de refutar seu argumento”. *D.B* desqualifica *D.D* por meio do *ethos* quando diz: “Você é branco, se não sabe o que é lidar com isso ou não respeita, cale-se somente... aff”. Para o/a internauta, só o negro pode opinar sobre a situação, já que só ele sente em seu cotidiano a discriminação.

Podemos ver, neste caso, através dos comentários, que, mesmo diante da discriminação sofrida pelo rapaz negro, ainda existem pessoas que não consideram o caso como prática de racismo. Apesar das medidas judiciais que foram tomadas, isso não impede que a discriminação ainda seja efetivada e apoiada pelas pessoas que compartilham desta visão de mundo. Como destaca Amossy (2017), as dicotomias e os conflitos de opiniões que envolvem grandes questões sociais persistem ainda que existam leis que os coíbam. Analisando esse caso, podemos também perceber que a base que fundamentou a discriminação para além de o rapaz ser negro e estar no fumódromo da faculdade, foi o fato de o rapaz estar na companhia de uma

moça branca. Como ressaltaram Quijano (2005), Mbembe (2014) e Lugones (2014) sobre a determinação de papéis sociais e da reação de estranhamento que ocorre quando esses padrões são modificados, também podemos perceber a questão do embranquecimento, que é discutida por Fanon (2008). No pensamento construído historicamente não é comum, ainda que na contemporaneidade, o relacionamento amoroso entre brancos e negros. Outra questão que podemos destacar para toda a agressão realizada ao rapaz é o fato de um negro estar em um ambiente universitário como discente da instituição, visto que isso ainda é algo estranho para a sociedade, já que a figura do negro foi e continua sendo marginalizada. Os papéis sociais são bem definidos, negros e brancos têm lugares na sociedade, historicamente construídos, que reverberam até os dias atuais. No caso em questão, esse padrão foi modificado causando essas reações preconceituosas nas pessoas. A seguir, temos o exemplo de uma notícia que traz como pauta a discriminação racial realizada por uma marca de roupas, e deste *post* surgem comentários em que a polêmica é atualizada.

**(6)**

Notícia veiculada na página “Mídia Ninja” em 9 de janeiro de 2018.

**Mídia Ninja**  
9 de janeiro · 🌐

Depois de escândalos com denúncias de **racismo** das marcas brasileiras FARM e Reserva, agora foi a vez da rede fast fashion sueca H&M errar feio ao escolher uma imagem racista para compor seu catálogo. Leia na íntegra: <http://bit.ly/2DaP9wh>



**H&M publica anúncio racista com criança negra vestindo: “macaco mais legal da selva”**  
09/01/2018 20:55 H&M publica anúncio racista com criança negra vestindo: “macaco mais legal da selva” por NINJA Anúncio de peça de roupa em catálogo do site da...  
MIDIANINJA.ORG

Disponível em: < <http://midianinja.org/news/hm-publica-anuncio-racista-com-crianca-negra-vestindo-macaco-mais-legal-da-selva/>>. Acesso em 15/03/18.

Depois de escândalos com denúncias de racismo das marcas brasileiras FARM e Reserva, agora foi a vez da rede fast fashion sueca H&M errar feio ao escolher uma imagem racista para compor seu catálogo que remete os negros a macacos. No catálogo do site da H&M, uma criança negra veste uma das peças que ilustra a frase “macaco mais legal da selva”. A polêmica aconteceu no último dia 7 de janeiro, quando a imagem viralizou e usuários denunciaram o ocorrido nas redes sociais.

*“Isso é nojento e degradante, colocar este garoto em um moletom que diz ‘macaco mais legal da selva’, sabendo do histórico das pessoas em associar negros com macacos. Quem aprovou isso?”*

Publicou o perfil [@LoveeGaby](#) no twitter. O rapper The Weeknd se pronunciou contra o ato racista em sua conta no Twitter: “Acordei esta manhã chocado e envergonhado por esta foto. Estou profundamente ofendido e não trabalharei mais com a H&M.” Após denúncias e a pressão nas redes, o anúncio foi retirado do site.

Não deixaremos passar batido, qualquer ato de racismo precisa ser denunciado! Não passarão!

Como pudemos observar, a notícia trata de uma campanha de uma marca de roupas que foi considerada racista pelas pessoas por trazer uma criança negra vestida com um moletom da marca com a frase “Macaco mais legal da selva”. Diante disto, alguns famosos se pronunciaram contra a propaganda e a marca. A partir deste *post* na página do FACEBOOK do G1-Site de

notícias da Globo, os internautas empreenderam uma discussão levantando a questão social do racismo, posicionando-se a favor ou contra.

(6.1)

Comentários:

R. [redacted] Ca. [redacted] Minha mulher é negra e toda a família dela também é! Tenho muitos amigos negros, e eles não estão preocupados nem um pouco com preconceito ou divisão de classes! Só os brancos se preocupam com isso! Brancos esquerdopatas que usam de qqr desculpa pra impor a praga do comunismo no Brasil! Vão trabalhar pilantras!!!

Curtir · Responder · 9 sem



↳ 39 Respostas

D. [redacted] H. [redacted] Daqui a pouco chegará um tiozão dizendo que o Holocausto aconteceu por culpa dos próprios Judeus que estavam trabalhando na Alemanha. "Ain, anti-semita é quem associa a morte de Judeus a Hitler". Tem gente que retrocede 50 anos a cada dia que acorda.

Curtir · Responder · 9 sem



↳ 1 resposta

Y. [redacted] C. [redacted] Só quem já sofreu o racismo na pele, sabe que não é mimimi ou vitimismo. Tenho 30 anos apenas, e na minha infância fui chamada várias vezes de macaca e cabelo duro, isso dói na alma. Resiliência é só o que peço.

Curtir · Responder · 9 sem



↳ 3 Respostas

A. [redacted] L. [redacted] Eu sou negra e me importo muito quando uma empresa ganha milhões humilhando meu povo preto. Se você não se incomoda com isso é pq você é IGUAL aos racistas que criaram a campanha. E ter amigos ou parentes negros NÃO te faz MENOS RACISTA.

E. [redacted] S. [redacted] A. [redacted] A. [redacted] Não dá para acreditar que alguém ainda acha que esse RACISMO explícito é mimimi! Esqueçam "a esquerda", esqueçam "a direita", temos é que nos unir e defender sim o povo negro que já foi e ainda é tão massacrado!



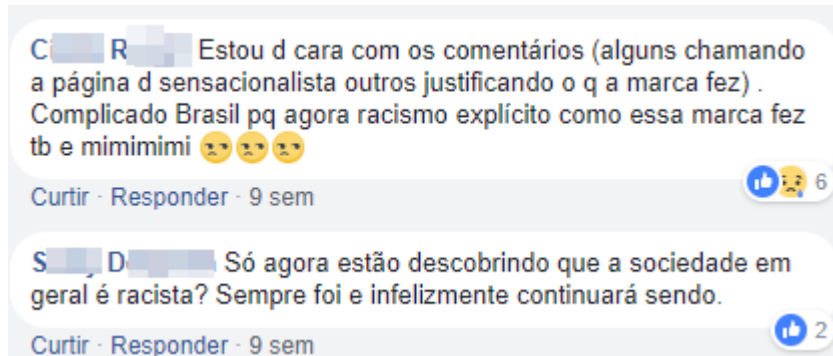
Curtir · Responder · 9 sem · Editado

R. [redacted] R. [redacted] kkkkk serio que isso é racismo??? Racismo ta na cabeça racista de vocês porra, poxa daqui a poco eu vou chegar para comprar um sapato para minha esposa e ser preso por pedir um "pretinho básico".

Curtir · Responder · 9 sem

↳ 1 resposta

R. [redacted] D. [redacted] C. [redacted] T. [redacted] B. [redacted] E os brancos que desconhecem racismo chamando os que exigem respeito e igualdade de esquerdopatas e outros adjetivos abjetos.



Os internautas se posicionam em polos distintos, entre aqueles que defendem o racismo e a discriminação e os que são contra, como podemos comprovar quando *R.C* assume o papel de proponente atacando e desqualificando os outros internautas de “*brancos esquerdopatas*” e “*Vão trabalhar pilantras*”. Negam que exista racismo, afirmando viver numa “democracia racial” em que brancos e negros vivem harmoniosamente. Para justificar isto, utilizam a sua família e seus amigos como exemplo, apelando ao *ethos* de homem negro que não sofre racismo. É rebatido por *A.L.*, que se opõe ao seu posicionamento, assumindo o *ethos* de mulher negra e diz que é contra o racismo e a campanha publicitária, “*Eu sou negra e me importo muito quando uma empresa ganha milhões humilhando meu povo preto, se você não se incomoda com isso é porque você é igual os racistas que criaram a campanha e ter amigos ou parentes negros não te faz menos racista.*” O comentário de *A.L.*, além de se opor aos que defendem o racismo, também desqualifica *R.C.*, visto que ninguém assume ser racista, é crime e é desumano. Em oposição, *R.C* desqualifica os que são contra o racismo, chamando-os de vagabundos, de pessoas desocupadas, que não trabalham, além de tentar empreender uma discussão sobre política, atacando as pessoas que são de partidos de esquerda. *R.D.C.T.B* também desqualifica *R.C.*, afirmando que como branco não pode falar sobre racismo, pois não conhece a discriminação. Outro posicionamento preconceituoso é o de *R.R.*, que diz que o racismo está na cabeça de quem está contra a propaganda por ser racista. Ou seja, tanto *R.C* quanto *R.R* negam o racismo, ao mesmo tempo que o propagam. Como vimos, foi essa ideologia que se criou no Brasil, de uma falsa harmonia que na realidade não se efetiva, e a sua defesa visa tornar o racismo cada vez mais velado, dificultando ações efetivas de combate. No exemplo a seguir, a polêmica se desenvolve por meio dos comentários dos actantes que se posicionam contra ou em defesa do racismo, neste mesmo exemplo também encontramos o que a autora Crenshaw

(2004) destaca, sobre a interseccionalidade, identificamos a discriminação de raça e também de gênero, contra a mulher negra.

(7)

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

20 de novembro de 2017 ·

Desde criança, a gaúcha Katemari Diogo da Rosa foi apaixonada pelas estrelas e sonhava em alcançá-las. Seu encantamento pela astronomia e as frequentes visitas que fazia ao planetário de Porto Alegre (RS) acabaram a conduzindo para a formação em física pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agora ela já foi mais além: é mestre em filosofia e em história das ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA em Pauta) e doutora em Ciências pela Columbia Univers...  
Ver mais

curiosidades

Mulher, negra e física:  
Katemari Rosa resgata a negritude da ciência brasileira

Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/katemari-rosa/>>. Acesso em: 16/03/2018.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
20 de novembro de 2017 ·

Desde criança, a gaúcha Katemari Diogo da Rosa foi apaixonada pelas estrelas e sonhava em alcançá-las. Seu encantamento pela astronomia e as frequentes visitas que fazia ao planetário de Porto Alegre (RS) acabaram a conduzindo para a formação em física pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agora ela já foi mais além: é mestre em filosofia e em história das ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA em Pauta) e doutora em Ciências pela Columbia University in the City of New York (EUA).

Quando olha para trás, ela se lembra do racismo que já sofreu e que, muitas vezes, nem conseguiu identificar como tal. Um dos exemplos mais simbólicos foi quando ela era adolescente e a funcionária da escola que cuidava dos estágios a indicou para uma vaga de assistente de dentista. Além de atender telefone e fazer coisas específicas da função, foi orientada a lavar a louça do consultório. "A funcionária jamais indicaria uma daquelas meninas brancas para essa vaga".

O maior choque que teve, porém, foi quando se mudou para Salvador (BA) por conta do mestrado. A cidade com mais negros no Brasil tinha uma universidade pública que não espelhava essa realidade: no Instituto de Física da



UFBA havia apenas um professor negro. "A gente tem dificuldade de atribuir ao racismo porque isso significa que existem pessoas pensando que a gente é menos gente. Trata-se de um mecanismo de defesa, como dizia Derrick Bell", reflete ela, citando o primeiro professor negro de Direito na Harvard University nos anos 1970. "É difícil de explicar e só quem sente, sabe. A gente tem essas sensações, mesmo que não atribua ao racismo, na experiência cotidiana".

Em 2015, a Prof. Katemari Rosa iniciou a pesquisa "Contando nossa história: Negras e Negros nas Ciências, tecnologias e engenharias no Brasil", com o intuito de criar um banco de histórias protagonizadas por cientistas negros brasileiros, algo que o país ainda hoje não dispõe. A física atualmente trabalha na UFMG - Universidade Federal de Campina Grande, onde concentra seus esforços para formar novos professores que entendam a necessidade de inspirar jovens a seguir no caminho das ciências.

"Uma das minhas alunas fez um projeto para examinar livros didáticos de física do ensino médio. Nas imagens analisadas, as pessoas negras só apareciam na parte de mecânica, velocistas africanos ou jogadores de futebol", relata. As negras estavam empurrando carrinho de bebê. "E a gente pensa que física não tem nada a ver, mas está cheio de imagens que reforçam o papel da mulher, o papel do negro. Nós aprendemos desde cedo onde são nossos lugares".

Aqui, temos o caso de Katemari Diogo da Rosa, uma mulher negra que chegou ao nível de doutora. A notícia foi postada na página do Ministério da Ciência, tecnologia, inovações e comunicações, no dia 20 de novembro de 2017. Desta notícia, geraram-se comentários que empreenderam uma discussão polêmica, como veremos a seguir, em que a polêmica é atualizada através das questões sociais levantadas pelos actantes.

Tanto neste exemplo quanto no seguinte, a polêmica se desenvolve a partir dos comentários dos actantes que discriminam a mulher negra. Nesses casos, podemos identificar a interseccionalidade do preconceito de raça e gênero, conceito que foi supracitado e que é discutido por Crenshaw (2004). Apesar de o foco neste trabalho se restringir à discriminação racial e nosso foco não se dar sobre a violência de gênero, não podemos ignorar o seu caráter interseccional em relação à mulher negra. *No item 5.2, podemos observar a polêmica que se desenvolve por meio da intertextualidade e do encadeamento de gêneros.*

Nos comentários gerados a partir da notícia da mulher, física e negra, Katemari Diogo da Rosa, do exemplo 7, a polêmica também se desenvolve por meio dos comentários dos actantes, que se posicionam a partir do texto que expõe a trajetória de luta de uma mulher negra e bem-sucedida profissionalmente. Aqui fica evidente a problemática apresentada pela autora Crenshaw (2004) sobre a discriminação na interseccionalidade de raça e gênero.

(7.1)



A M J Porque mulher, negra e física? Não poderia ser só mulher e física? Porque ela é mulher somente a cor é apenas um envelope, que não deveria significar diferença.

Curtir · Responder · 20 sem



14

L S "Mulher, negra e física"

"Cego, aleijado e físico"

Parece que os adjetivos são usados como defeitos para enfatizar a profissão da moça... Desnecessário!!!

Curtir · Responder · 21 sem



24

M B **Parabéns** colega! Tão importante como a sua história de sucesso é o caminho que abre para tantas outras.

Curtir · Responder · 21 sem



16

B P **Parabéns** a essa mulher negra, para quem tudo é mais difícil. Dizer que tudo depende da força de vontade individual, é não querer ver a realidade bem na sua frente.

Curtir · Responder · 20 sem · Editado



10

E Z É que no Brasil, a maioria das ONGS e órgãos públicos ao invés de ensinar conhecimentos, estudos técnicos e práticos pr vida profissional ficam só 'dando' cursos de capoeira, dança afro, percussão etc , como se os negros e os menos favorecidos só quisessem ser parte da cultura do folclore,

Curtir · Responder · 21 sem · Editado



11

J Mi e dai se é negra ou branca ? qual o mérito ou o demérito ? parabenizo ela por ser inteligente e ter conseguido chegar com esforço a uma boa posição ,parabéns a ela ! agora quanto a cor da pele ou fato de ser mulher não é nenhuma qualidade e sim narrativas racistas e feministas ! vocês ficam fomentando o racismo e o feminismo para dividir os brasileiros ,parem com isso somos todos brasileiros e precisamos de educação pública ,saúde , segurança de qualidade e leis rijidas para que a justiça possa punir com rigor quem anda errado no país ,inclusive quem pratica qualquer ato de racismo seja ele qualquer cor da pele seja ! racismo é racismo e não tem cor !

Curtir · Responder · 21 sem



4

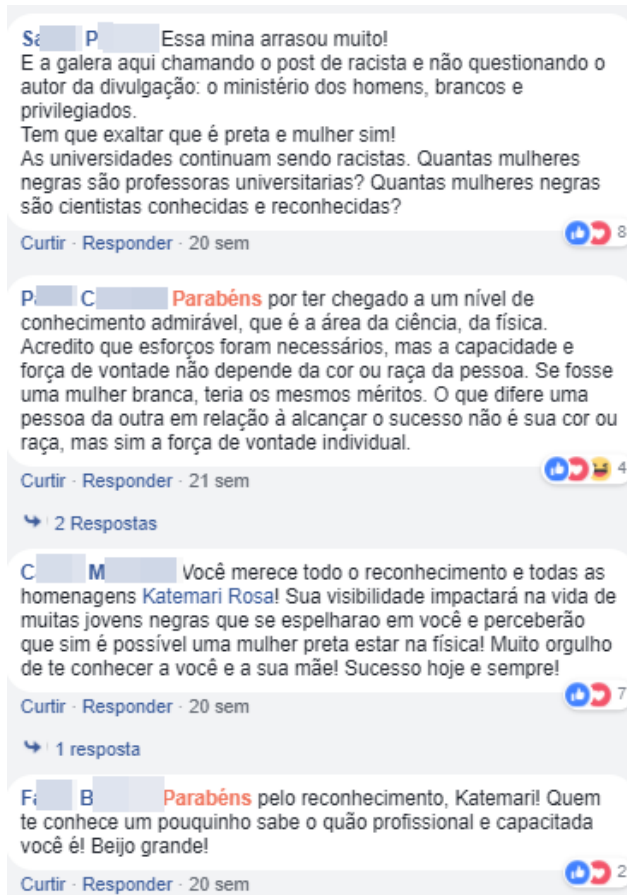
↳ 4 Respostas

L M E, se realmente não fizesse diferença, este comentário e suas ótimas justificativas não seriam necessárias. Pois " Representatividade importa sim" e temos que reforçá-la a todo momento!

Curtir · Responder · 20 sem



1



Os comentários se dividem em polos distintos, levantando a questão social do racismo, mas também de gênero, em que uns defendem a ênfase dada na notícia ao fato de a cientista ser mulher e negra, e outros rebatem dizendo que o fato de ela ser mulher negra não interfere na conquista da posição social de doutora, alegando que isso se deve apenas ao seu esforço. No primeiro comentário, de *A.M.J.*, é possível observarmos que o/a internauta diz ser irrelevante o destaque feito pelo jornalista quando coloca a cientista como “Negra, Mulher e física”, pois para ele bastava “Mulher e física”. Porém, como vimos, neste trabalho, através da autora Crenshaw (2004), a discriminação racial é interseccional e a mulher negra enfrenta tanto a discriminação de raça quanto a de gênero, por isso a importância de ressaltar que a cientista apesar de ser mulher e negra, tendo enfrentado e ainda enfrentando todas as discriminações, conseguiu chegar a um lugar de destaque na sociedade. Os comentários dos internautas *A.M.J.*, *J.M.* e *P.C.* afirmam que o fato de a mulher ser negra não é um elemento importante de ser ressaltado, visto que não há impacto para as conquistas da cientista. Porém, a autora supracitada discorre acerca das dificuldades e do preconceito sofrido pelas mulheres negras em relação às mulheres brancas, justificando, assim, que as conquistas das mulheres negras são muito mais difíceis de serem atingidas, e nesse sentido o destaque dado é fundamental. Os comentários dos internautas supracitados caracterizam a discriminação não só racial, mas também de gênero.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de destacar essa interseccionalidade, visto que há autores citados neste trabalho que nos chamam a atenção para esse modo de perceber e identificar a discriminação com base na colonização.

O internauta L.S compara os adjetivos “mulher, negra e física” a defeitos, levando a concluir que não deveriam ser destacados. Nessa fala podemos identificar a premissa principal implícita orientada pelo padrão eurocêntrico, a de que ser mulher e negra significa ser inferior, tendo como parâmetros de comparação as definições criadas historicamente que colocaram o homem num patamar de superioridade em detrimento à mulher, assim como colocaram o negro em situação inferior em relação ao branco. Outro já-dito que podemos identificar é o de que uma cientista ser mulher e negra é inaceitável, já que entende que normalmente essas posições devem ser ocupadas por homens e brancos. A partir do comentário, conseguimos identificar as concepções que orientam o posicionamento do internauta estabelecidas pela inferiorização da mulher, do negro e definem papéis sociais estabelecidos desde a colonização, padrões discutidos por Quijano (2005). No próximo exemplo, também podemos identificar o caráter interseccional da discriminação racial negra, em que a atriz Taís Araújo é mencionada na discussão polêmica dos internautas por meio de ataques direcionados tanto para a sua raça quanto para o gênero ao qual pertence.

(8)

**“Taís Araújo sobre preconceito e o que ela tem aprendido sobre isso ao criar seus filhos.”**



Fonte: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/1684936291562751/>>. Acesso em: 23/02/18.

**O que disse Taís:** *“Quando eu engravidei do meu filho, eu fiquei muito aliviada de saber que no meu ventre tinha um homem. Porque eu tinha a certeza de que ele estaria livre de viver situações vivenciadas por nós mulheres. Certo? Errado. Porque meu filho é um menino negro. Liberdade é algo que ele não vai poder usufruir. Se ele andar pelas ruas descalço, sem camisa, sujo, saindo da aula de futebol, ele corre o risco de ser apontado com um infrator, mesmo com 6 anos de idade. Quando ele se tornar adolescente, ele não vai ter a liberdade de ir pra sua escola, pegar uma condução, pegar um ônibus com sua mochila, com seu boné, ou com seu capuz, com seu andar adolescente sem correr o risco de levar uma investida violenta da polícia ao ser confundido com um bandido. No Brasil, a cor do meu filho é o que faz que as pessoas mudem de calçada, segurem suas bolsas, blindem o seus carros.”*

*“A vida dele só não vai ser mais difícil que a da minha filha, com a Maria Antônia eu me pego pensando o tempo inteiro o quanto nós mulheres fomos criadas para agradar, o quanto nos silenciam e o quanto nos desqualificam. Quando eu penso os riscos que ela corre simplesmente por ter nascido mulher e negra, eu fico completamente apavorada.”* Taís, então, apresenta os dados do Mapa da Violência 2015, que apontam que o homicídio contra negras aumentou 54% nos últimos dez anos – enquanto o contra mulheres brancas diminuiu 9%.

A polêmica que se desenvolve por meio do encadeamento de gêneros textuais. Temos uma notícia, da qual surge um *meme*, e deste *meme* podem surgir outras notícias.

Notícia publicada na página quebrando tabu, no Facebook, em 17 de novembro de 2017.

A atualização da polêmica só pode ser feita através dos comentários, na ação dos actantes, nesse caso, tanto por meio dos comentários – dos actantes, quanto por meio de menções que



A P. D. Só olhar os comentários, aí tu vê o quanto as pessoas são ignorantes e racistas. Mentres pequenas.  
Ela fala por quase todos os negros, isso não foi egoísmo, não foi sobre ela e a família dela. Foi só um exemplo, do pensamento de muitas mães que zelam pelo filho, independente da sua classe.  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 392 · 19 de novembro de 2017 às 08:54 · Editado

↳ 11 Respostas

T. R. Que mulher maravilhosa e inteligente, passa dia e dia ela e o marido só fica mais influente.  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 387 · 17 de novembro de 2017 às 13:25

↳ 79 Respostas

B. P. Esse vídeo é de me dar tristeza, sendo eu preto. Mas o que me deixa mais triste ainda são os comentários de "racismo não existe", "racismo é mimimi", "ah, é só negro que sofre?". Cara, na moral, se eu ganhasse um real a cada vez que uma pessoa branca f... Ver mais  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 262 · 17 de novembro de 2017 às 14:50

---

B. F. racismo está dentro da cabeça das pessoas. Tanto de alguns negros que veem racismo em tudo, tanto em alguns brancos que sempre serão racistas e ninguém pode fazer nada contra ele, pois se é o seu desejo não é proibido. Qual a solução então? É correr atrás dos seus sonhos, estudar, trabalhar, melhorar de vida e esquecer o vitimismo que não leva a lugar algum.....  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 310 · 17 de novembro de 2017 às 13:41

↳ 94 Respostas

L. K. Se ela pensa assim, por q ela pariu ? Ou ela acha que sua filha seria branquinha de olhos azuis ? Táis toda trabalhada na hipocrisia . Por q ela não fala da emissora racista na qual trabalha ? Essa Chica da Silva é cheia de mimimi .  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 1,4 mil · 17 de novembro de 2017 às 13:27

↳ Ver respostas anteriores

P. M. Como se ela não tivesse o direito de ser mãe por ser negra né, a sociedade que tem que mudar não ela deixar de viver como planejou com filhos.  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 551 · 17 de novembro de 2017 às 13:28

↳ Ver mais respostas

F. S. Racismo existe? Sim. Nas proporções apontadas por ela? Não. Eu sou negro, vivi a infância em um bairro pobre e violento, andávamos na rua do jeito que ela descreveu, íamos ao futebol sem camisa e não éramos abordados, eu pelo menos nunca fui, na adoles... Ver mais  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 184 · 17 de novembro de 2017 às 14:34 · Editado

↳ 40 Respostas

N. P. Nossa, meu Deus, quanta hipocrisia por aqui. Chega a me dar nojo... Agora só porque a Thais Araújo é rica seus filhos não sofrerão preconceito? É óbvio que vão sofrer. Se estiverem no shopping, em plena adolescência, serão discriminados e revistados. Na rua, a mesma coisa... Ver mais  
Curtir · Responder · 🗨️👍👎 159 · 17 de novembro de 2017 às 13:39

↳ 14 Respostas

N. C. ...entendo, mas ela com certeza tem carros blindados e medo do "do dimenor" e sim negro! Infelizmente no blablasil, o povo negro (AINDA) é a maior população nos crimes.  
#ExisteHipocrisiaEmQqrLugar





Após o *post* ser compartilhado na página “Quebrando o Tabu” no site de relacionamentos Facebook, os internautas empreenderam a discussão através de seus comentários levantando a questão social do racismo, o que institui a terceira modalidade argumentativa polêmica. Uns apoiam o que Taís Araújo defende – a existência de discriminação racial no Brasil, e outros são contra essa percepção negando que o país seja racista da maneira como a atriz colocou em seu discurso. Além de se dicotomizarem em polos distintos, também utilizam estratégias argumentativas para desqualificar o outro, por meio de insultos mútuos. A situação, que tem início quando *E.E* assume o papel de proponente e diz que o discurso da atriz Taís Araújo caracteriza o racismo inverso contra brancos. Após isso, outros internautas o atacam, opondo-se, *L.J*, *G.S* e *A.S* desclassificam a opinião de *E.E* afirmando que racismo inverso não existe, além de atacá-lo com insultos, como “Branco não se enxerga”, “Para de passar vergonha” e “infeliz”. *A.P.D* também desqualifica todos os outros internautas como racistas e ignorantes.

Através dos comentários, percebemos que os internautas, mesmo apresentando posicionamentos racistas, tentam, ao mesmo tempo, negar que exista racismo na sociedade brasileira, caracterizando uma atualização do discurso do colonizador. Como podemos ver nos comentários de *B.F*, que considera a discussão sobre o racismo vitimismo e vê como saída para essa problemática lutar pelos objetivos, ou seja, acredita e defende a meritocracia, concepção

que tem como base uma harmonia social de direitos e possibilidades iguais para negros e brancos originada do discurso do colonizador. *M.V.B* afirma que qualquer pessoa que não ande vestida com trajes ditos “civilizados” não transmite uma boa imagem e pode ser considerada como perigo. *J.C* diz que ninguém tem preconceito contra o filho da atriz, mas, ao mesmo tempo, expõe todo o seu ódio e preconceito contra a atriz, por ela ser feminista e defensora de um partido político de esquerda, assim como *J.F*: “*É por causa de gente nojenta como você que não acaba essa droga de racismo*”.

A partir do vídeo divulgado do discurso da atriz, surgiu o *meme* a seguir, que ironiza a fala de Taís Araújo, quando ela diz que, “*No Brasil, a cor do meu filho é o que faz que as pessoas mudem de calçada, segurem suas bolsas, blindem os seus carros*”. Essa afirmação da atriz acabou virando piada para os que não concordam com a sua opinião. Neste caso, não podemos deixar de destacar a intertextualidade presente no *meme*, que surgiu a partir das notícias que expuseram o discurso da atriz sobre o preconceito racial.

### Meme Taís Araújo

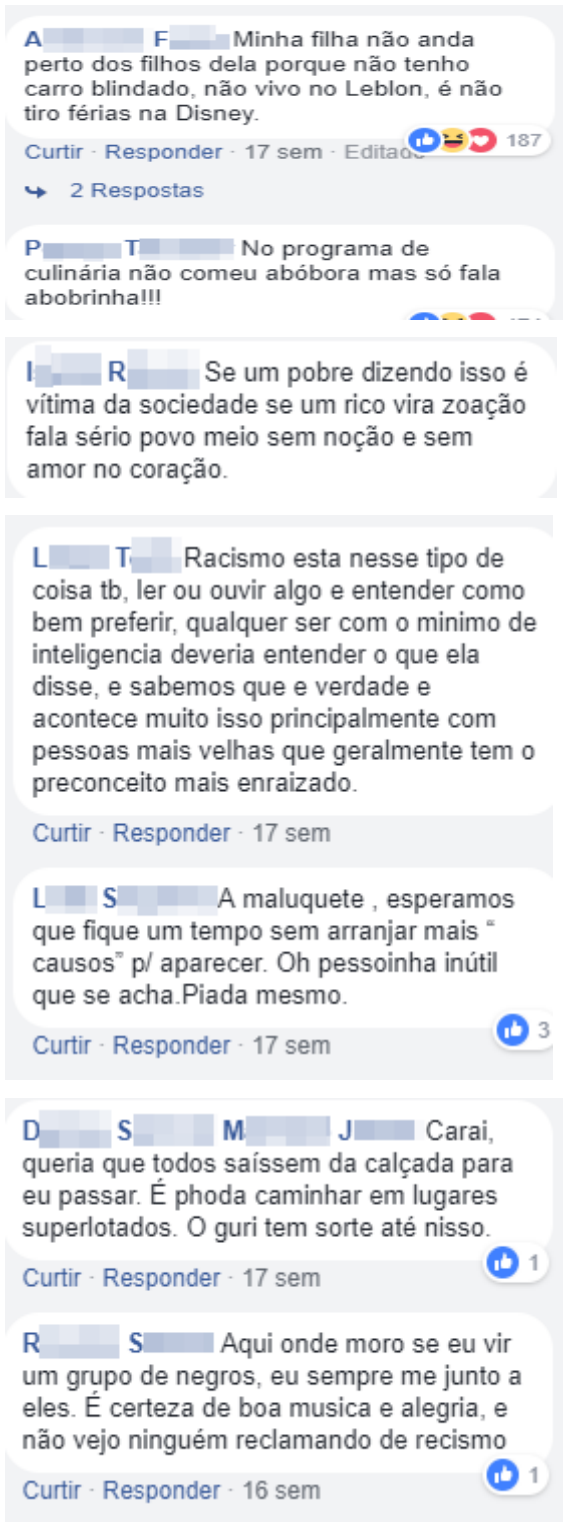


Disponível em:

<<https://www.facebook.com/socialistadeiphone/photos/a.637970912989751.1073741829.637896092997233/1476588065794694>>. Acesso em 18/03/18.

O *meme* coloca o filho de Taís sozinho em uma avenida e todas as outras pessoas nos carros na avenida contrária, uma forma de ironizar a afirmação da atriz. Sobre o *meme*, temos os seguintes comentários:





Os internautas se posicionam em polos distintos a partir da questão social levantada sobre o racismo, uns defendem o posicionamento da atriz e outros negam que a discriminação exista, e para isso atacam: R.R “*Imbecil*”, L.S “*Maluquete e inútil*” e P.T: “*No programa de culinária não comeu abóbora, mas só fala abobrinha*”, referindo-se à ocasião em que a atriz participou de um programa de culinária e recusou-se a experimentar o prato oferecido pela

apresentadora que levava abobrinha como principal ingrediente, temos, aqui, a presença de mais um elemento intertextual. Nesse caso, os internautas ao atacarem a atriz, estão atacando também seus defensores que discordam com dos ataques e aprovam e defendem seu posicionamento.

A.F, como Proponente, levanta a discussão “*Minha filha não anda perto dos filhos dela porque não tenho carro blindado, não vivo no Leblon e não tiro férias na Disney*”, I.R se torna o Proponente dizendo “*Se é um pobre falando isso vira vítima da sociedade, se é um rico vira zoação, fala sério, povo meio sem noção e sem amor no coração*”. A.F tenta promover uma desqualificação por meio da situação econômica e social da atriz, invalidando a sua fala por ser uma negra rica e não sofrer o mesmo preconceito que os negros pobres. I.R defende a atriz e apela para o *pathos*, por meio do sentimento de amor no coração, que todos devem ter, sendo rico ou pobre. Se as pessoas que se posicionam contra a atriz tivessem amor, elas se solidarizariam tanto com o negro pobre quanto com o rico.

No comentário de R.S, podemos mais uma vez identificar a tentativa de negação do racismo, em que afirma fazer parte de um grupo de amigos negros em que não existe discriminação racial, esse posicionamento sugere que o/a internauta defende uma suposta harmonia social entre negros e brancos.

Nos exemplos mostrados, foi possível identificar as formas em que a modalidade argumentativa polêmica pode ser atualizada por meio dos comentários dos internautas que direcionam a discussão tomando vieses que, por vezes, não estão mencionados nas postagens, mas que são atualizados pelos actantes – indivíduos que representam e defendem as maneiras de pensar de grandes grupos sociais. Ao mesmo tempo, conseguimos perceber que as grandes mídias de comunicação tencionam de modo direcionado por meio dos casos noticiados o posicionamento dos indivíduos sociais defensores de grupos, pois são instigados a se colocar em defesa de um dos lados da questão, como nos exemplos expostos, em que se dividem entre os que são contra ou a favor da discriminação racial. Ressaltamos também que nos exemplos ocorre de forma efetiva, por meio das mídias sociais, a atualização dos modos de discriminação que demonstramos através dos autores e autoras neste trabalho. Conseguimos identificar nos internautas, através dos seus comentários, posturas que podem representar uma atualização do discurso do colonizador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa, tivemos o propósito de fazer uma aplicação dos pressupostos da argumentação no discurso, especificamente da modalidade argumentativa polêmica criada por Amossy e os pressupostos das autoras e dos autores mais representativos do eurocentrismo e da colonialidade do poder, desenvolvidos por Quijano. Reconhecendo a importância de uma análise que se coloque além do contexto em que as questões sociais são levantadas, mas que contemple e busque a compreensão das bases que sustentam as dicotomias na sociedade, realizamos uma abordagem que perpassa a história do surgimento da discriminação racial. Como suporte, valemo-nos de autores das ciências sociais que discutem criticamente perspectivas sobre as possíveis razões da segregação entre negros e brancos.

Através deste trabalho, descobrimos uma nova maneira de investigação que articule duas áreas do conhecimento: a linguística e a sociologia. Partimos de uma determinada modalidade argumentativa para se chegar também a um objeto de investigação social, visto que, por meio da polêmica, conseguimos identificar discursos e posicionamentos discriminatórios em relação ao negro, que se desenvolvem por meio do antagonismo de opiniões. A partir da disputa pelo lugar de fala entre aqueles que se consideram racistas e os que são contra o racismo, percebemos como sujeitos individuais se manifestam através das mídias sociais para defender a concepção de um grupo ao qual pertencem.

A partir das análises realizadas, encontramos resultados que contribuem tanto para os estudos linguísticos quanto para o campo das ciências humanas. Isso só vem comprovar, mais uma vez, como o trabalho que utiliza como base duas ou mais áreas do saber é fecundo para a área de humanidades. Mostramos os novos modos de desenvolvimento da polêmica, que se atualiza a partir dos *posts* de notícias e dos comentários no Facebook. Nos exemplos, temos a polêmica, que se atualiza pelos comentários dos actantes - dos indivíduos que assumem papéis representando o pensamento de grandes grupos, do coletivo. Também existe a situação polêmica em que a própria notícia já tem um aspecto que instiga os indivíduos a opinarem sobre uma determinada questão social, como no exemplo em que a notícia discute acerca da discriminação sofrida pela Miss Brasil através da postagem na internet. Neste caso, o assunto já está posto para a discussão.

A partir desta pesquisa, encontramos comentários na rede social Facebook que podem caracterizar o racismo velado que os autores aqui utilizados discutem. Os internautas tentam sempre defender que há harmonia social entre negros e brancos, mas, ao mesmo tempo, utilizam-se de argumentos que sugerem a defesa da dicotomia entre brancos e negros, em que

o segundo grupo é colocado em situação de inferioridade em relação ao primeiro através da naturalização de papéis que cada indivíduo deve ocupar como o valor condicionado ao grupo de origem.

Diante dos autores e das autoras descoloniais aqui resenhados e dos exemplos encontrados com esta pesquisa, é coerente afirmar que a colonialidade é um sistema mundo que permanece vivo e potente, mesmo após a independência dos países colonizados. Delimitá-lo a um único aspecto é não compreender a sua complexa dimensão. A colonialidade está presente em nossas vidas desde o micro ao macro, ou vice-versa, apresenta-se em nosso cotidiano nas experiências e vivências mais subjetivas, estabelecendo papéis para cada sujeito na sociedade. Pudemos ver esse condicionamento por meio dos exemplos analisados, como no caso da Miss Brasil sofrer discriminação por ocupar esse papel social sendo negra e nordestina e não pertencer ao grupo que de fato tem para a sociedade o real valor para ocupar essa posição, ou seja, o grupo dos brancos.

A criação da ideia de raça determinou tudo o que é válido e inválido, digno e indigno de ser valorizado. Para compreender esse sistema, é necessário entender que ele é interseccional, perpassando as divisões de classes, de raça e de gênero, além de ser fundamentado por uma epistemologia que lhe promove a legitimidade necessária para a sua existência. Por isso, ao encontrarmos, nos exemplos, casos de preconceito contra a mulher negra, não podíamos deixar de expor e discutir, mesmo que o nosso foco tenha sido a discriminação racial, visto que a discriminação contra a mulher negra tem valor duplo, tanto é de raça quanto de gênero, não se trata de um preconceito sofrido de maneira igual ao sofrido pela mulher branca. Como vimos, o eurocentrismo se fundamenta em uma dominação mundial que abrange variados âmbitos da nossa vida social. É resultado da colonização, influenciando-nos e dominando a partir de múltiplas vertentes, por meio da desqualificação com base na classificação de raça, no gênero e que, muitas vezes, pode ser interseccional, como aponta Crenshaw (2004).

Esta pesquisa nos mostrou como as convicções de grandes grupos são propagadas por indivíduos por meio das mídias sociais, para uma adaptação ao novo meio de interação, mas não há uma nova maneira de se relacionar, visto que os posicionamentos discriminatórios sofridos pela população negra ganha força nesses novos espaços de interação. O ambiente virtual, diferente do físico, pode levar os indivíduos à prática da discriminação sem o medo de ser punido socialmente, visto que, nesses novos espaços, qualquer indivíduo pode assumir uma

identidade falsa para exprimir suas opiniões, excluindo assim o receio em sofrer alguma consequência jurídica e social por isso.

Percebemos que a reprodução da discriminação é sustentada principalmente através da determinação de papéis, do estranhamento e da revolta quando estes lugares são ocupados por indivíduos que, segundo o padrão existente, não deveriam ali estar. Com isso, podemos considerar que a discriminação se desenvolve de forma abrangente através da criação e da naturalização de estereótipos. Podemos ver isso no padrão de beleza estabelecido, no exemplo da notícia da Miss Brasil 2018 e no caso do negro namorando uma mulher branca no fumódromo de uma faculdade. Atestamos o quanto isso despertou o incômodo nas pessoas. Ao mesmo tempo, também identificamos que a discriminação não é, muitas vezes, admitida por aqueles que a praticam, mas se dá sempre por meio da negação e da defesa de uma harmonia social entre brancos e negros.

O fenômeno da dicotomia entre negros e brancos, e a posição de inferioridade em que o negro é colocado em relação ao branco ainda é algo que persiste na contemporaneidade, nas novas mídias sociais, mesmo após longos anos de lutas, como vimos a partir dos autores utilizados neste trabalho. Suas características de efetivação ainda são as mesmas, a subjetividade, os estereótipos e a falsa harmonia social. Os tempos mudaram, mas as concepções discriminatórias ainda continuam num processo de repetição, e mesmo as leis que coíbem essas atitudes não são capazes de colocar um fim nesse processo. Como Amossy defende, as dicotomias sociais sempre vão existir, e é a partir dela que convivemos socialmente, por meio de opiniões antagônicas.

Se a colonização foi responsável pela criação das dicotomias entre brancos e negros e a colonialidade naturalizou essa segregação de diferentes maneiras, aqui expostas, só a partir da desconstrução desses paradigmas será possível romper com esse sistema de opressão, que se sustenta nos padrões do que é válido e inválido na raça, no gênero, no conhecimento. Como propõe Mignolo, por meio de uma desobediência epistêmica, é possível validar o conhecimento que vem daqueles que estão fora do ciclo do eurocentrismo, promovendo não uma mudança com base no estabelecimento de novos padrões, mas uma igualdade de valores entre aqueles que foram historicamente exaltados e oprimidos.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e disciplinares**. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p.129-144, nov.2011. Disponível em: < <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389> >. Acesso em: 14 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios**. Revel, edição especial vol. 14, n. 12, p. 165-190, 2016. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/f563cecec4f8b46afefe57c45529d721.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Apologia da Polêmica. Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante (Org.) et al. São Paulo: Contexto, 2017.

ALCÂNTARA, José O. Júnior. **Georg Simmel e o conflito social**. Caderno Pós Ciências Sociais. v.2, n.3, jan / jul , São Luis/MA, p. 07-15, 2005. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/222> >. Acesso em: 30 nov. 2017.

AMINA, Mama. **Será ético estudar ÁFRICA: considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade**. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez. p. 603-635, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-58, 2002. Disponível em: < <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf> >. Acesso em: 12 Abr. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Elogio à serenidade e outros escritos morais**. São Paulo. Unesp. 2002.

BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Atualização da polêmica nos comentários de notícias**. Palestra apresentada por ocasião do Colóquio argumentação e polêmica. Natal, 2018.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual**. Revel, edição especial vol. 14, n. 12, p. 106-124, 2016. Disponível em:< <http://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb01f8dde37a9435628505a55d.pdf> >. Acesso em: 20 Abr. 2018.

\_\_\_\_\_, Mônica Magalhães. **Teoria da argumentação no discurso na linguística textual**. Palestra apresentada por ocasião do Colóquio argumentação e polêmica. Natal, 2018.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude crítica e acrítica: a supremacia racial e o branco antirracista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Vol. 8, n. 1,

p.607-630, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/773/77315079028/>>. Acesso em: 15 Abr. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** Cruzamento: raça e gênero. UNIFEM. p. 07-16, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 18 Mai. 2017.

CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo.** In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 25 Fev. 2018.

CUNHA, Teresa. **As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 96, p.67-86. 2012.

CUNHA, Tito Cardoso e. **A nova retórica de Perelman.** Coleção: Artigos LUSOSOFIA. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2010. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/cunha\\_tito\\_nova\\_retorica\\_perelman.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_nova_retorica_perelman.pdf)>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

CHIZIANE, Paulina. **Eu mulher... Por uma nova visão do mundo. Abril - Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 5, n. 10, p. 199-205, abril de 2013.**

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe.** Tradução Livre, Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

DUSSEL, Fernando. **“Europa, modernidade e eurocentrismo”.** In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. p. 24-32, 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 25 Fev. 2018.

FANON, Frantz. **Pele Negra. Máscaras Brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações.** Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21,1995.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito.** In: II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GODIN, Patrícia Zancanaro. **Menores de idade na criminalidade e o discurso da revista Veja**. Linguagens & Cidadania, v. 19, jan./dez., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/28724/pdf>>. Acesso em: 12 de Dez. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Depois da democracia racial**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Porto Alegre. Artmed, 2005.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género: hacia um feminismo descolonial**. In: MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad*. Colección Pensamiento crítico y opción descolonial. Ediciones del Signo. p. 13-42, 2014.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. *Tabula Rasa*. Bogotá – Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida de. **Elementos Textuais Para Uma Análise Argumentativa Do Discurso**. Fortaleza: UFC, 2018.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3ª ed. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: literatura, Línguas e Identidades. Rio de Janeiro: Cadernos de Letras da UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. **La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2ed., Rio de Janeiro: Berhand, 1998.

MOUFEE, Chantal. **Por Um Modelo Agonístico de Democracia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 165-175, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802503>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no brasil- Entrevista de Kabengele Munanga**. Estudos Avançados, p. 51-56, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005)>. Acesso em: 17 Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **O racismo velado**. Revista Fórum. 2009. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/o-racismo-velado-por-kabengele-munanga>. Acesso em 15/01/18 >. Acesso em 23 de Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.



PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. **Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago. 2014.

PATTI, Ane Ribeiro. **A noção de sujeito discursivo**. Fragmentum, N. 32. Laboratório Corpus: UFSM, Jan./ Mar. 2012.

PERELMAN, Chaïm. **Argumentação**. Enciclopédia Einaudi. v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 234-265, 1987.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIMENTA, Carlos. **Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais** (Manual). 1a ed. V. Nova de Famalicão: Húmus. 2013.

PINTO, R., Cavalcante, M., & Brito, M. Polêmica e Argumentação: Interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica*, 32(1), p. 5-24, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.21814/diacritica.140>>. Acesso em: 30 Dez. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Apresentação da edição em português**. In LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 9-15, 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 30 Dez. 2018.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**. In LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 107-130, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 25 Fev. 2018.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Introdução**. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, p. 9-19, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. **“Questão racial e etnicidade”**. In: MICELI, Sérgio. (org), O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). Vol. 1: Antropologia. São Paulo, Sumaré/Anpocs, p. 267-326, 1999. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-1995-opcao-b/volume-i-antropologia/634-questao-racial-e-etnicidade/file>>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**. In Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, p.122-134, 1983.

SCHOPENHAUER, Arthur. **38 estratégias para vencer qualquer debate: a arte de ter razão**. São Paulo: Faro Editorial, 2014. Disponível em:  
<<https://kosmotheories.files.wordpress.com/2016/02/38-estrategias-para-vencer-qual-arthur-schopenhauer.pdf>>. Acesso em: 12 Mai. 2018.